

Edição 2 - fevereiro de 2011



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2010 E DIRETRIZES PARA 2011



PREFEITO	EDUARDO PAES
VICE – PREFEITO	CARLOS ALBERTO VIEIRA MUNIZ
CONTROLADOR GERAL	A partir de 22/06/2010: ANTÔNIO CESAR LINS CAVALCANTI Até 21/06/2010: VINÍCIUS COSTA ROCHA VIANA
SUBCONTROLADOR DE GESTÃO	CARLOS MAURÍCIO BORUP BAKKER
GERENTE DE RECURSOS HUMANOS	EMIL LEITE IBRAHIM
GERENTE DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA	VANDA TERESA PASTRO
SUBCONTROLADOR DE INTEGRAÇÃO DE CONTROLES	MÁRCIA MARIA ALVES PINHEIRO
AUDITOR GERAL	GUSTAVO DE AVELLAR BRAMILI
COORDENADOR DE AUDITORIA OPERACIONAL E DE PROGRAMAS	EUNICE SORRILHA DE CARVALHO
COORDENADOR DE AUDITORIA DE ACOMPANHAMENTO E DESEMPENHO	ERIKA CORREA COELHO
COORDENADOR DE AUDITORIAS INTERNAS	MARIA DA PENHA C. DA VEIGA
CONTADOR GERAL	ÂNGELA DE AREZZO MEIRELES
COORDENADOR DE CONTABILIDADE	VÂNIA RIBEIRO PELIZZARO
COORDENADOR DE SISTEMAS CONTÁBEIS	JOSÉ PAULO DE MENEZES JÚNIOR

COORDENADOR DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	MARIA DE FÁTIMA GOUVEIA
COORDENADOR GERAL DE ANÁLISES DA DESPESA	ROSÂNGELA DE FÁTIMA SILVA
COORDENADOR DE ANÁLISES ESPECÍFICAS	CARLOS ALBERTO C. DA SILVA
COORDENADOR DE EXAMES DA LIQUIDAÇÃO	ADERALDO DE CASTRO L. FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA DE ESTRATÉGIA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE CONTROLE	MÁRCIA ANDRÉA PERES
ASSESSORIA TÉCNICA DE CUSTOS E INFORMAÇÕES GERENCIAIS	GERALDO DE ABREU JÚNIOR
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	MARGARETE RAMOS

Elaboração do Relatório:

As informações, gráficos e tabelas referentes às atividades, resultados e indicadores apresentados no presente Relatório foram baseados em documentos elaborados pelos titulares dos respectivos setores, avaliados pela CG/SIC e consolidados pela CG/ATRIC.

A Controladoria Geral teve sua estrutura organizacional e competências redefinidas, em 2010, através do Decreto nº 33.013/2010, que teve como uma das suas motivações o disposto no Decreto nº 32.523/2010, referente ao aprimoramento de exame preventivo, baseado em análise de risco dos processos de despesa, fortalecendo as inspeções *in loco*".

Para atingir esses objetivos e, ainda, manter as demais atividades de controle, a Controladoria Geral realinhou alguns processos de trabalho e adequou o planejamento estratégico a essas novas diretrizes definindo ações prioritárias, que serviu como um instrumento norteador de suas atividades.

O presente relatório tem por finalidade demonstrar as ações desenvolvidas pela Controladoria Geral ao longo de 2010 para alcançar seus objetivos e para cumprir sua missão institucional, reportando, também, os resultados obtidos. Representa um documento relevante por registrar mais uma etapa na história da Controladoria Geral.

Com muita dedicação e comprometimento, os integrantes da Controladoria Geral construíram cada qual em sua atividade e setor, um caminho que fez com que chegássemos ao final de 2010 tendo cumprido rigorosamente os objetivos impostos a este órgão conforme relatados acima, cujos resultados temos motivada satisfação em apresentar no presente relatório.

Boa Leitura.

Antonio Cesar Lins Cavalcanti
Controlador Geral do Município

1) Estratégia Principal da CGM	07
2) Competências – O papel da CGM	09
3) Estrutura e Organização	
3.1) Estrutura Organizacional	21
3.2) Recursos Orçamentários	25
3.3) Recursos Humanos	28
4) Planejamento Estratégico	
4.1) Diretrizes Adotadas para Formulação	30
4.2) Objetivos Estratégicos	31
4.3) Mapa Estratégico	32
4.4) Ações Estratégicas para 2010	33
4.5) Ações Operacionais para 2010	36
4.6) Distribuição das Ações por Setores	39
4.7) Monitoramento Estratégico	40
4.8) Resultados das Ações Estratégicas	41
4.9) Resultados das Ações Operacionais	45
4.10) Apresentação dos Resultados aos Servidores da CGM	49
5) Projetos e Atividades Desenvolvidos em 2010.....	50
5.1) Gabinete do Controlador Geral	51
5.2) Subcontroladoria de Gestão	52
5.3) Subcontroladoria de Integração de Controles	54
5.3.1) Auditoria Geral	56
5.3.2) Contadoria Geral	69
5.3.3) Coordenadoria Geral de Análises Preventivas	80

5.3.4) Assessoria Técnica de Custos e Informações Gerenciais	86
5.3.5) Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais de Controle	91
5.3.6) Assessoria de Comunicação Social	103
5.3.7) Ouvidoria	106
6) Eventos Promovidos	
6.1) 1º ENINTE	107
6.2) Seminários CGM	110
6.3) Conhecendo a Prefeitura	113
6.4) Discussões Técnicas	114
7) Participações em Grupos de Trabalho e Comissões Instituídas pelo Prefeito ...	115
8) Transparência e Controle Social das Contas Públicas	116
9) Relacionamento Institucional Externo	118
10) Diretrizes para 2011	122
11) Conclusão	123

1) Estratégia Principal da CGM



OBJETIVO PRINCIPAL

Controle Interno dos órgãos municipais, da aplicação do dinheiro público e da guarda de bens do Município do Rio de Janeiro.

MISSÃO

Promover o controle interno na PCRJ para a efetividade da gestão municipal.

VISÃO

Ter o reconhecimento de que o Sistema de Controle Interno da PCRJ é instrumento essencial na efetividade da gestão municipal.

VALORES ESSENCIAIS

São valores essenciais da CGM:

- **Comprometimento**

Nós estamos permanentemente comprometidos com os ideais do Controle Interno e com o nosso trabalho. Somos todos responsáveis pela formação e divulgação de uma imagem positiva da Controladoria Geral do Município.

- **Ética**

Nós valorizamos o comportamento ético, mantendo o sigilo das informações colhidas, tratando as pessoas com educação.

- **Qualidade dos Serviços**

Nós fornecemos serviços observando as técnicas adequadas e estamos interessados no aprimoramento contínuo das técnicas e métodos empregados.

1) Estratégia Principal da CGM



- **Competência**

Nós representamos uma equipe de funcionários habilitados para realizar nossas tarefas cotidianas, valorizamos a capacitação profissional e a busca pelo aperfeiçoamento.

- **Cooperação**

Nós acreditamos na importância do trabalho em equipe, de forma integrada e colaborativa, na parceria, na participação, na comunicação e na valorização de um bom ambiente de trabalho.

Os itens desta seção foram desenvolvidos em conjunto com a Coordenadoria Geral de Gestão Institucional da Secretaria Municipal da Casa Civil.

2) Competências - O papel da CGM



A Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro foi criada em 22 de dezembro de 1993, por meio da Lei Municipal nº. 2.068/1993, alterada pela Lei Municipal nº. 4.015/2005. Foi o primeiro município brasileiro a instituir um órgão exclusivo para coordenar o Sistema Integrado de Fiscalização Financeira, Contabilidade e Auditoria do Poder Executivo, atuando como órgão central do Sistema de Controle Interno.

As competências da Controladoria estão estabelecidas no art. 96 da Lei Orgânica Municipal e foram reproduzidas no art. 2º da sua Lei de Criação, que coadunam com os preceitos constitucionais para esse tema. Dentre essas, podemos destacar: comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, e da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município; examinar as demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras de órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional; examinar as prestações de contas dos agentes da administração direta, indireta e fundacional responsáveis por bens e valores pertencentes ou confiados à Fazenda Municipal; avaliar a execução dos serviços de qualquer natureza mantidos pela administração direta, indireta e fundacional; observar o fiel cumprimento das leis e outros atos normativos, inclusive os oriundos do próprio Governo Municipal, pelos órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional; avaliar o cumprimento dos contratos, convênios, acordos e ajustes de qualquer natureza; controlar os custos e preços dos serviços de qualquer natureza mantidos pela administração direta, indireta e fundacional; e apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A atuação da Controladoria Geral abrange toda a Administração Municipal, composta pelas seguintes organizações:

SECRETARIAS

Secretaria Municipal da Casa Civil – CVL;

Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência – SMPD;

Secretaria Municipal de Administração – SMA;

Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS;

Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos –SECONSERVA;

Secretaria Municipal de Cultura – SMC;

Secretaria Municipal de Educação – SME;

Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – SMEL;

2) Competências - O papel da CGM



Secretaria Municipal de Fazenda – SMF;

Secretaria Municipal de Habitação – SMH;

Secretaria Municipal de Obras– SMO;

Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil – SMSDC;

Secretaria Municipal de Transportes – SMTR;

Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU;

Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SMAC;

Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego – SMTE;

Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro – CGM;

Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro – PGM;

Secretaria Especial da Copa 2014 e Rio 2016 – SERIO;

Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia – SECT;

Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário – SEDES;

Secretaria Especial de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida – SESQV;

Secretaria Especial de Ordem Pública – SEOP;

Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Animais – SEPDA;

Secretaria Especial de Turismo - SETUR;

Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento – SEDE.

FUNDOS ESPECIAIS

Fundo de Assistência à Saúde do Servidor;

Fundo Municipal de Conservação Ambiental;

Fundo de Desenvolvimento Econômico e Trabalho do Município do Rio de Janeiro;

2) Competências - O papel da CGM



Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação;

Fundo de Mobilização do Esporte Olímpico;

Fundo Especial de Previdência do Município;

Fundo Especial do Projeto Tiradentes;

Fundo Municipal Antidrogas;

Fundo Municipal de Assistência Social;

Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano;

Fundo Municipal de Habitação;

Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

Fundo Municipal de Saúde;

Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e Adolescente;

Fundo Orçamentário Especial da Procuradoria Geral do Município;

Fundo Especial de Iluminação Pública;

Fundo Municipal do Idoso.

AUTARQUIAS

Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro – PREVI-RIO;

Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos – IPP;

Guarda Municipal do Rio de Janeiro – GM-Rio.

FUNDAÇÕES

Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro – GEO RIO;

Fundação Jardim Zoológico da Cidade do Rio de Janeiro – RIO-ZÔO;

2) Competências - O papel da CGM



Fundação Parques e Jardins do Município do Rio de Janeiro – FPJ;

Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro – PLANETÁRIO.

EMPRESAS PÚBLICAS

Companhia Municipal de Energia e Iluminação – RIOLUZ;

Empresa Distribuidora de Filmes S/A – RIOFILME;

Empresa Municipal de Artes Gráficas S/A - IMPRENSA DA CIDADE;

Empresa Municipal de Informática S/A – IPLANRIO;

Empresa Municipal de Multimeios Ltda – MULTIRIO;

Empresa Municipal de Urbanização – RIO-URBE.

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Centro de Feiras, Exposições e Congressos do Rio de Janeiro S/A – RIOCENTRO;

Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro – CET-RIO;

Companhia Municipal de Limpeza Urbana – COMLURB;

Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro – RIOTUR;

Companhia Municipal de Conservação e Obras Públicas – RIOCOP;

Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro – CDURP (Empresa Estatal independente).

Adicionalmente, a Controladoria Geral é responsável pela análise e certificação das prestações de contas da Colenda Câmara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, em atendimento à solicitação desse laborioso órgão, que recorre subsidiariamente ao exame da Controladoria Geral para cumprimento do disposto na Lei nº. 289/81, Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, alterada pela Lei Complementar nº. 82/07, nos termos do inciso III do seu art. 40.

2) Competências - O papel da CGM



O Decreto nº. 30.872/09, que alterou o Decreto nº. 25.051/05 determina, em seu Art. 1º que a Controladoria Geral do Município publicará bimestralmente o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e quadrimestralmente o Relatório de Gestão Fiscal previstos pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Esses demonstrativos são publicados no Diário Oficial do Município e disponibilizados no site CGM. Além disso, o Art. 2º do referido Decreto determina que a Controladoria Geral do Município auditará a aplicação pela Administração Municipal dos parâmetros estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, emitindo certificado de auditoria que deverá acompanhar a prestação de contas anual do Poder Executivo a ser submetida ao exame do Tribunal de Contas do Município.

A Controladoria Geral está sujeita, também, à apresentação ao Senhor Prefeito de relatório anual da sua gestão, nos termos do inc. III do art. 120 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro.

O § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF define que, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais. Para isso, a Controladoria Geral contribui apresentando nas referidas audiências um relatório contendo de forma resumida, alguns aspectos considerados mais relevantes da execução orçamentária e financeira da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Esses relatórios são disponibilizados no site da CGM.

No que tange à função de apoio ao controle Externo, outras atribuições foram concedidas à Controladoria Geral pela Lei nº 289/81, Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, alterada pela Lei Complementar nº 82/07, nos termos dos incisos III e V do art. 40. Esses dispositivos definem que os processos de prestação e de tomada de contas a serem enviados para julgamento do TCM serão instruídos com a documentação determinada pelo controle interno, devendo ser emitido, por esse órgão, relatório e certificado de auditoria respectivos. Essa determinação resulta na análise prévia pela Controladoria Geral, realizada pela Auditoria Geral, de todas as prestações de contas de gestão e de responsáveis por almoxarifados, auxiliando a análise do Egrégio Tribunal de Contas em seus julgamentos regimentares.

Ainda no que se refere às atribuições expressas na Lei Orgânica do Tribunal de Contas, o §1º do art. 39 estabelece que, não sendo atendido pelos gestores municipais o disposto no caput do referido artigo, o Tribunal determinará ao órgão central de controle interno a instauração da tomada de contas especial, fixando prazo para cumprimento dessa decisão.

Sendo assim, a Controladoria Geral também realiza a certificação nas Tomadas de Contas Especiais instauradas a pedido do Egrégio Tribunal.

Especificamente para o exercício de 2010 foram editados diversos decretos relacionados ao desenvolvimento de trabalhos pela CGM, conforme a seguir:

2) Competências - O papel da CGM

Legislação	Ementa	Como a CGM participa
DECRETO n.º 32.120, de 13 de abril de 2010	Publica o regulamento do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas-FGP, criado pela Lei Complementar n.º 105, de 22 de dezembro de 2009.	Art5º Compete ao Administrador, entre outras atribuições previstas neste Regulamento: XXII - remeter à Controladoria Geral do Município , ao CGP, à Secretaria Municipal de Fazenda, ao Tribunal de Contas do Município e à Câmara Municipal de Vereadores, com periodicidade semestral, relatórios gerenciais das ações, evolução patrimonial, demonstrações contábeis, rentabilidade e liquidez do FGP e demais fatos relevantes, sem prejuízo de parecer de auditores independentes, conforme definido neste Regulamento. Art. 41. As informações a serem preparadas e enviadas pelo Administrador do Fundo, semestralmente, com datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro, ao cotista, à Controladoria Geral do Município , ao Tribunal de Contas do Município e à Câmara Municipal de Vereadores, compreendem: I - Demonstrações financeiras: a) Balanço Patrimonial; b) Demonstrações do Resultado; e c) Demonstrações do Fluxo de Caixa. II - Parecer do Auditor Independente; e III - Relatório de Administração.

2) Competências - O papel da CGM

Legislação	Ementa	Como a CGM participa
<p>DECRETO n.º 32.166, de 26 de abril de 2010</p>	<p>Estabelece regras e procedimentos de controle financeiro e orçamentário para a gestão da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro – CDURP e dá outras providências.</p>	<p>Art. 1.º Face às determinações contidas na Lei n.º 2.068/93, Lei Complementar Municipal n.º 289/81, Lei n.º 788/85, Lei n.º 3.789/04 e no Parágrafo único do Art. 5.º da Lei Complementar Municipal n.º 102/09, fica submetida a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro - CDURP às regras e normas estabelecidas pela Controladoria Geral do Município - CGM, Procuradoria Geral do Município – PGM e Secretaria Municipal de Administração - SMA.</p> <p>Parágrafo único. Inclui-se às regras de submissão da empresa as normas de contratação prevista na Lei Federal n.º 8.666/93 e no CAF/RGCAF/81 e suas alterações</p> <p>Art. 2.º A CDURP manterá em sua estrutura cargo de Auditor Interno que será preenchido por profissional indicado pelo Controlador Geral.</p> <p>Art. 3.º A Auditoria Geral da CGM irá prever, em seu planejamento anual de trabalho, auditorias financeiras, patrimoniais, na área de pessoal e nas rotinas operacionais da empresa para servirem de base na ocasião da análise da prestação de contas anual da entidade.</p> <p>§ 1.º A CDURP estará sujeita aos mesmos procedimentos estabelecidos às demais entidades da Administração Indireta no tocante à Prestação de Contas anual a ser remetida para a CGM.</p> <p>§ 2.º A Auditoria Geral da CGM publicará portaria específica regulamentando forma e prazo para que a CDURP organize e apresente sua prestação de contas.</p> <p>Art. 4.º Face ao determinado no caput do Art. 5.º da Lei Complementar Municipal n.º 102/09, a empresa estará desobrigada às regras em vigor, bem como suas alterações no que tange às questões elencadas nos incisos abaixo:</p> <p>V - Contratação de Auditoria independente: Opinamento CGM (Decreto n.º 12.251/93)</p> <p>VII - Análise Preventiva da CGM (Decretos n.º 30.359/09 e n.º 30.467/09, Resolução CGM n.º 892/09, Resolução CGM n.º 903/09)</p> <p>VIII - Normas para o registro, o controle e a movimentação dos bens patrimoniais</p>

2) Competências - O papel da CGM

Legislação	Ementa	Como a CGM participa
		<p>permanentes deste Município e de terceiros, para fins de contabilização, apropriação de custos e prestação de contas de gestão (Resolução CGM n.º 841/08)</p> <p>Parágrafo único. A excepcionalização às regras relacionadas neste artigo não isentará os dirigentes da empresa da responsabilidade sobre possíveis impropriedades detectadas no exame da gestão anual da empresa ou nas auditorias planejadas pela Auditoria Geral da CGM.</p>
<p>DECRETO n.º 32.214, de 04 de maio de 2010</p>	<p>Fixa metas e indicadores de desempenho para os Órgãos da Administração Direta do Município do Rio de Janeiro, a serem objeto de Acordos de Resultados e disciplina, para fins de premiação, a forma de aplicação da gratificação prevista no art. 119, inciso IV, da Lei Municipal n.º 94/1979 especificamente para tal desiderato.</p>	<p>Art. 10. A economia das despesas de custeio por parte do Órgão acordante, derivada do cumprimento das metas fixadas no acordo de resultados, se dará através da liberação do uso de 80% dos recursos economizados, a serem aplicados em rubricas de investimento no ano seguinte, preferencialmente em benefício da atividade-meio, ouvida a Comissão de Programação Financeira e Gestão Fiscal e segundo os seguintes critérios:</p> <p>§ 2.º A ratificação destes valores será feita após verificação da Controladoria Geral do Município e fechamento do Balanço Anual.</p> <p>§ 3.º Nos cálculos acima, não serão computadas as despesas do Elemento 92 – Despesas de Exercícios Anteriores.</p>
<p>DECRETO n.º 32.413, de 21 de junho de 2010</p>	<p>Altera a Composição da Comissão de Programação e Controle da Despesa – CODESP, na forma que menciona.</p>	<p>Art. 2º A Controladoria Geral do Município – CGM indicará mais dois representantes como membros efetivos e respectivos suplentes.</p>
<p>DECRETO n.º 32.415, de 21 de junho de 2010</p>	<p>Estabelece a composição da Comissão de Análise de Contratações de Organizações Não Governamentais – CACO, na forma que menciona.</p>	<p>Art. 1º A Comissão de Análise de Contratações de Organizações Não-Governamentais – CACO, passa a ter a seguinte composição:</p> <p>II – Representante da Controladoria Geral do Município.</p>

2) Competências - O papel da CGM

Legislação	Ementa	Como a CGM participa
DECRETO n.º 32.422, de 21 de junho de 2010	Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas-PROPAR-RIO e dá outras providências.	Art. 5.º - A Controladoria Geral do Município , antes da análise pelo Conselho Gestor verificará a conformidade da manifestação da CVL, SMF e PGM com os termos deste Regimento, sem prejuízo da observância das demais normas de controle interno do Município. Parágrafo único – A Controladoria Geral do Município se manifestará acerca da necessidade de posterior encaminhamento do contrato celebrado para fins de registro contábil. Parágrafo único – A Controladoria Geral do Município se manifestará acerca da necessidade de posterior encaminhamento do contrato celebrado para fins de registro contábil.
DECRETO n.º 32.426, de 29 de junho de 2010	Disciplina os procedimentos relativos ao repasse de depósitos judiciais tributos ao Município do Rio de Janeiro, nos termos da Lei Federal n.º 10.819, de 16 de dezembro de 2003, e da Lei Municipal n.º 5.150, de 15 de abril de 2010.	Art. 9.º §2.º A Controladoria Geral do Município editará normas que sejam necessárias à regulamentação da identificação contábil a que se refere este Decreto.
DECRETO n.º 32.428, de 29 de junho de 2010- alterado pelo Decreto 32.836 de 29/09/2010	Cria Grupo de Trabalho com a finalidade que menciona.	Art. 1.º Fica criado Grupo de Trabalho com a finalidade de estudar o impacto decorrente da existência de dois regimes jurídicos de pessoal na Administração Direta do Município IV- 1 (um) representante da Controladoria Geral do Município – CGM .

2) Competências - O papel da CGM

Legislação	Ementa	Como a CGM participa
DECRETO n.º 32.523, de 14 de julho de 2010-revoga integralmente a Res. CGM 903 de 22/05/2009	Dispõe sobre atividades sistemáticas de controle por parte da Controladoria Geral do Município.	Art.1.º A Controladoria Geral do Município – CGM deverá apresentar ao Exmo. Sr. Prefeito, no prazo de 30 (trinta) dias, proposta de aprimoramento de exame preventivo, baseado em análise de risco dos processos de despesa da administração direta e indireta, fortalecendo as inspeções in loco. §1.º A proposta apresentada deverá vir acompanhada das sugestões de alterações estruturais necessárias ao cumprimento do disposto no caput deste artigo. §2.º Os processos atualmente selecionados pela CGM para exame preventivo deverão ser devolvidos aos respectivos Órgãos. Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução CGM n.º 903, de 22 de maio de 2009.
DECRETO n.º 32.556, de 20 de julho de 2010	Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos da Administração Pública Municipal, Direta e Indireta, para fins de celebração de Atos Complementares de Cooperação Técnica recebida, decorrentes de Acordos Básicos firmados entre o Governo Brasileiro e organismos internacionais cooperantes, e da aprovação e gestão de projetos vinculados aos referidos instrumentos.	Art. 12 Compete à Controladoria Geral do Município auditar e fiscalizar o cumprimento das disposições deste Decreto.

2) Competências - O papel da CGM



Legislação	Ementa	Como a CGM participa
DECRETO n.º 32.861, de 04 de outubro de 2010	Estabelece procedimentos para liquidação das despesas decorrentes de operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes do Município do Rio de Janeiro.	Art. 2.º Os Órgãos e Entidades indicados pela Controladoria Geral do Município para realizarem a liquidação da despesa sob o aspecto contábil deverão efetivá-las em até 3 (três) dias úteis após a liquidação sob o aspecto administrativo. Art. 3.º Os Órgãos e Entidades cuja liquidação, sob aspecto contábil, seja realizada de forma centralizada pela Controladoria Geral do Município deverão encaminhar o processo de despesa para a Controladoria Geral do Município/CEL em até 3 (três) dias úteis, após a liquidação sob o aspecto administrativo.
DECRETO n.º 33.043, de 08 de novembro de 2010	Dispõe sobre atividades de inspeções in loco promovidas pela Controladoria Geral do Município.	Art. 1.º Os órgãos da Administração Direta e entidades da Administração Indireta e Fundacional deverão prover os meios necessários para realização das inspeções in loco promovidas pela Controladoria Geral do Município – CGM , e principalmente: § 1.º Para o atendimento do disposto no caput deste artigo, a CGM poderá solicitar aos órgãos da Administração Direta e entidades da Administração Indireta e Fundacional a indicação de servidor do órgão ou entidade para atuar como agente facilitador no relacionamento com os técnicos da Controladoria Geral do Município. § 2.º A indicação de servidor que trata o parágrafo anterior deverá ser realizada no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da solicitação, e ser providenciada através de ofício do órgão ou entidade. Art. 2.º O resultado da inspeção in loco será comunicado ao órgão ou entidade pela Controladoria Geral através de relatório circunstanciado, contendo a análise realizada dentro do escopo definido. Art. 3.º Fica a Controladoria Geral do Município autorizada a editar normas e procedimentos objetivando regulamentar o disposto neste Decreto.

2) Competências - O papel da CGM

Legislação	Ementa	Como a CGM participa
DECRETO n.º 33.118, de 23 de novembro de 2010-altera o DECRETO 19615 de 06/03/2001	Altera o Decreto n.º 19.615, de 6 de março de 2001, na forma que menciona.	Art. 1.º Ficam alterados o art. 4.º e o art. 8.º do Decreto n.º 19.615, de 6 de março de 2001, que passam a vigorar com as seguintes redações: Art. 4.º A Câmara Gestora terá a seguinte composição: VIII - um representante da Controladoria Geral do Município – CGM.
DECRETO n.º 33.127, de 30 de novembro de 2010	Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2010 e dá outras providências.	Art. 7.º A Controladoria Geral do Município e a Secretaria Municipal de Fazenda adotarão as medidas necessárias para o cumprimento deste Decreto.
DECRETO n.º 33.321, de 22 de dezembro de 2010-revoga integralmente o Decreto 24. 726 de 18/10/2004	Estabelece procedimentos para venda de tíquetes de estacionamento e dá outras providências.	Art. 3º Caberá à Controladoria Geral do Município a definição do Código de Receita a ser adotado para o recolhimento citado no Art. 1º.

3) Estrutura e Organização

3.1) Estrutura Organizacional



Objetivando atender as diretrizes estabelecidas pela direção da CGM, e motivada pelo disposto no Decreto nº 32.523/2010, referente ao aprimoramento de exame preventivo, baseado em análise de risco dos processos de despesa e com o fortalecimento das inspeções in loco, a estrutura organizacional e as competências da Controladoria foram redefinidas através do Decreto nº 33.013, de 03 de novembro de 2010.

As principais alterações na estrutura e atividades da CGM podem ser assim sintetizadas:

- Coordenadoria Geral de Análises da Despesa (CGAD) – transformação da Coordenadoria de Análise Processual do Empenhamento na Coordenadoria de Análises Específicas, tendo por principais atribuições a análise de conformidade da despesa e realização de inspeções in loco, e ainda absorvendo as atribuições e estrutura da antiga Gerência de Análises Específicas. A Coordenadoria de Análise Processual da Liquidação passou a ser denominada de Coordenadoria de Exames da Liquidação – CEL, tendo sido mantidas basicamente as mesmas atribuições;
- Auditoria Geral (ADG) – transformação da Gerência de Auditoria Interna em Coordenadoria, assim a ADG passou a contar com três Coordenadorias: Coordenadoria de Auditorias Internas – CIN, Coordenadoria de Auditoria Operacional e de Controles – COP e Coordenadoria de Auditoria de Acompanhamento de Desempenho – CAD. Em decorrência da reestruturação foi extinta a Gerência de Planejamento, cujas atividades passaram a ser desempenhadas diretamente por assessores vinculados ao Auditor Geral;
- Contadoria Geral (CTG) – transformação de um cargo de assessoramento que passou a ser vinculado diretamente a Contadora Geral, visando, principalmente, auxiliar no gerenciamento dos estudos e procedimentos necessários a implementação das normas de contabilidade aplicadas ao setor público no Município, tendo sido mantidas as três Coordenadorias existentes: Coordenadoria de Contabilidade - CCT, Coordenadoria de Informações Contábeis - CIC e Coordenadoria de Sistemas Contábeis - CSC.

3) Estrutura e Organização

3.1) Estrutura Organizacional



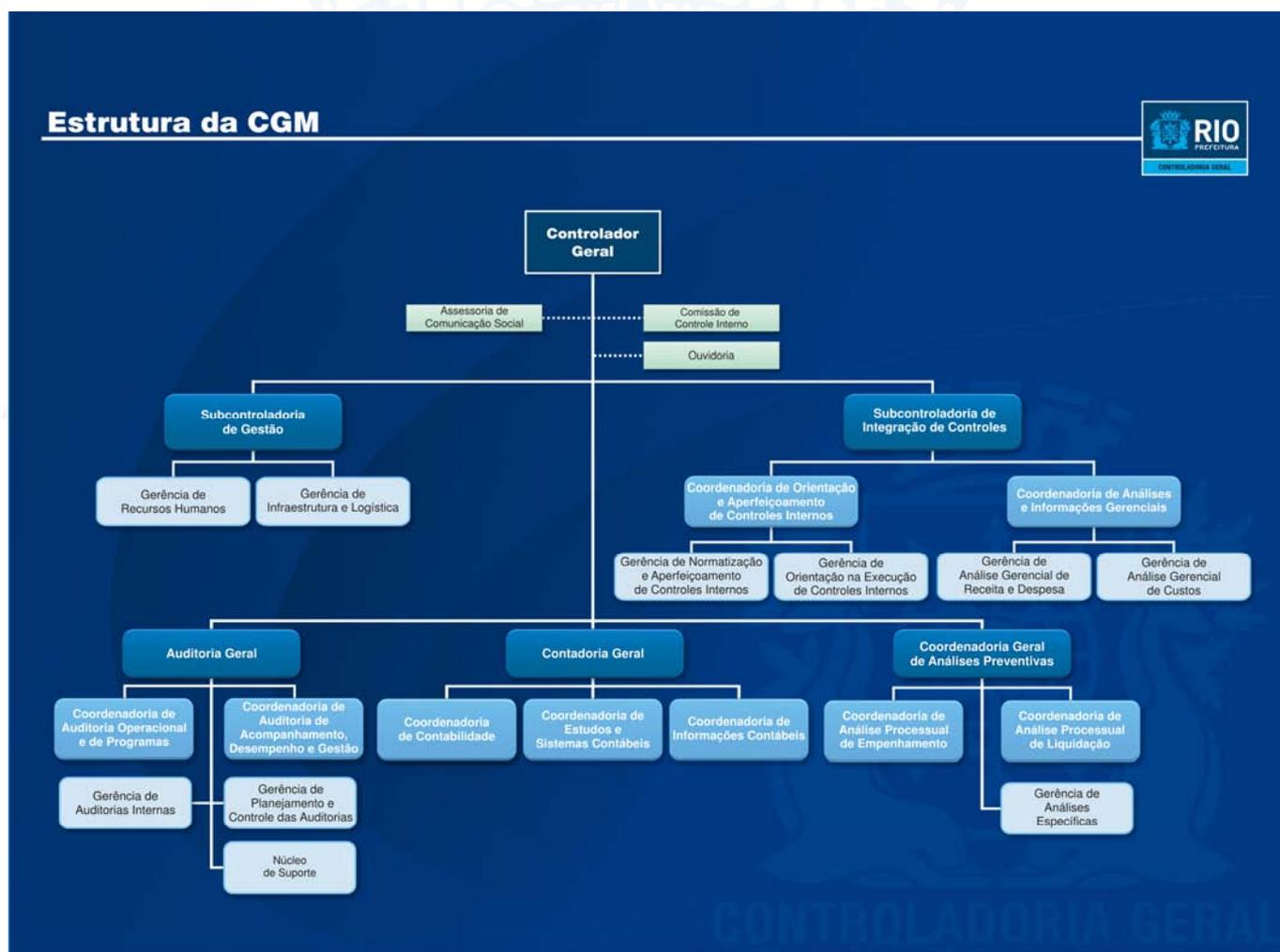
- Assessoria Técnica de Custos e Informações Gerenciais (ATCIG) – criada a partir da Coordenadoria de Custos e Informações Gerenciais, continuou vinculada diretamente ao Controlador Geral, e mantendo as atribuições de auxiliar a administração municipal na área de custos e informações gerenciais;
- Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais de Controle (ATRIC) – criada a partir da reformulação da estrutura, vinculada diretamente ao Controlador, tendo entre suas principais atividades, a coordenação do relacionamento interinstitucional entre a Controladoria Geral e Órgãos e Entidades de controle, bem como a coordenação das ações para viabilizar o planejamento e monitoramento da estratégia global e objetivos da CGM;
- Subcontroladoria de Gestão (SUBG) – continuou tendo por atribuições a supervisão da Gerência de Infraestrutura e Logística e da Gerência de Recursos Humanos, bem como a gestão da CGM.
- Subcontroladoria de Integração de Controles (SIC) - passou a ter por responsabilidade promover e supervisionar a integração das atividades e produtos desenvolvidos pela Auditoria Geral, Contadoria Geral e Coordenadoria Geral de Análises da Despesa, bem como exercer ação orientadora e monitorar prazos relativos às atividades e produtos desses setores.

3) Estrutura e Organização

3.1) Estrutura Organizacional

Registramos, a seguir, a estrutura anterior e, logo após, a vigente a partir de 03 de novembro de 2010.

- **Estrutura anterior:**

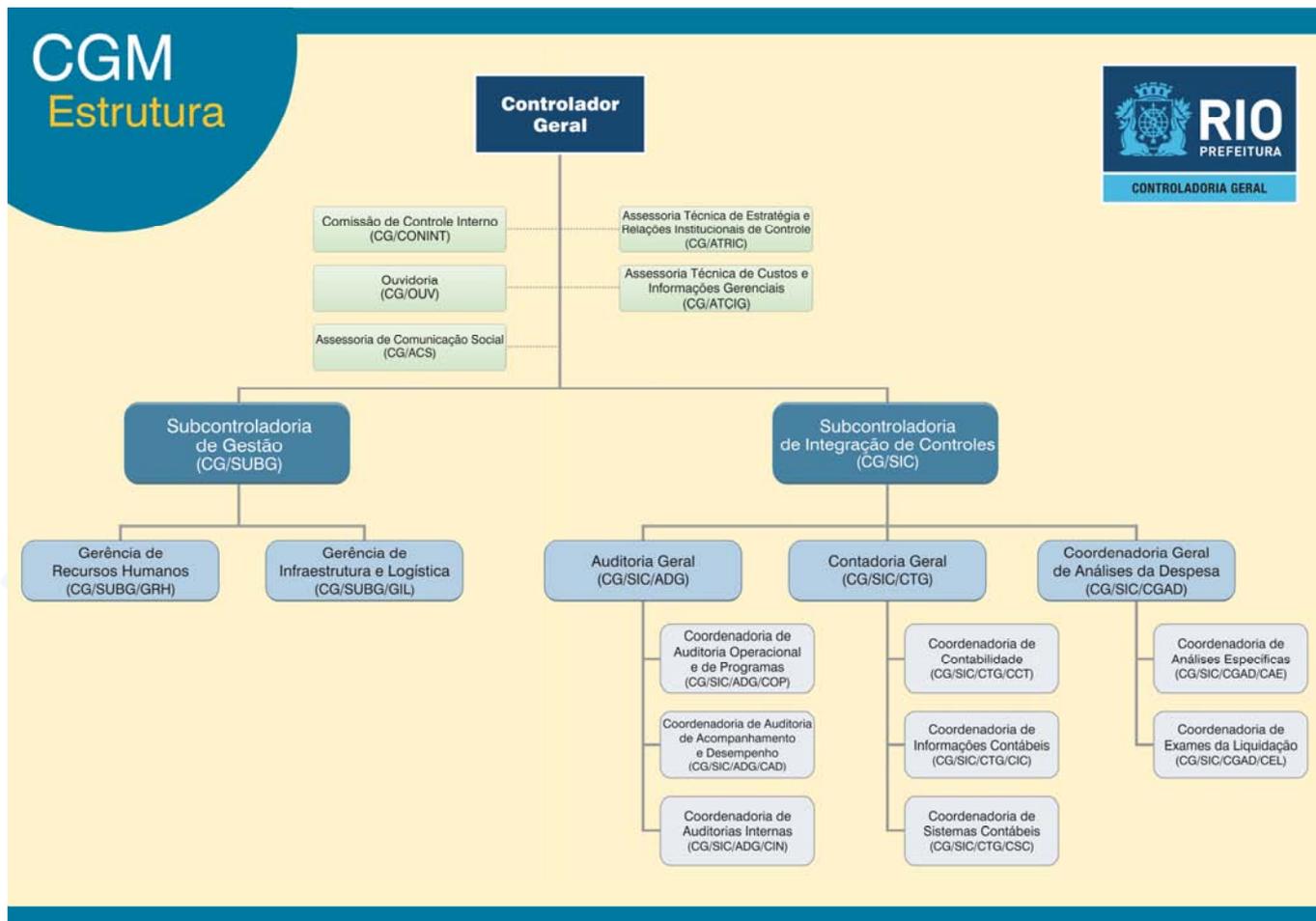


3) Estrutura e Organização

3.1) Estrutura Organizacional



- Estrutura vigente a partir de 03/11/2010:



3) Estrutura e Organização

3.2) Recursos Orçamentários



3.2.1) Com relação à execução orçamentária de 2010, a Controladoria Geral teve o seguinte desempenho:

1. Despesa autorizada inicial

- . pessoal - R\$ 30.839.000,00
- . outras - R\$ 6.629.502,00

2. Despesa Autorizada Final

- . pessoal - R\$ 29.519.000,00
- . outras - R\$ 5.298.289,06

3. Despesa Empenhada

- . pessoal - R\$ 29.123.623,54
- . outras - R\$ 3.262.820,42

4. Despesa Liquidada

- . pessoal - R\$ 29.123.623,54
- . outras - R\$ 3.159.752,77

3.2.2) Principais Contratos

Os principais contratos com execução em 2010 foram:

- Nº. 09/2007 - Fundação Getúlio Vargas - Prestação de serviços técnicos profissionais de coleta e fornecimento de preços e apuração de custos dos itens componentes das seguintes categorias: Serviços de Limpeza e Conservação, Serviços de Vigilância e Segurança e Obras e Serviços de Engenharia, e no cálculo de índices de preços de Obras e Serviços de Engenharia. - Valor total do contrato R\$ 694.079,76;

3) Estrutura e Organização

3.2) Recursos Orçamentários



- Nº. 10/2007 - Fundação Getúlio Vargas - Prestação de serviços técnicos profissionais de coleta e fornecimento de preços de insumos para as seguintes categorias: Materiais Diversos (Uso Geral e Informática) e Gêneros Alimentícios e Bebidas, assim como o cálculo de índices de preços dos referidos serviços - Valor total do contrato R\$ 295.696,80, sendo R\$ 66.270,00 para a CGM e 229.426,80 para a SME;
- Nº. 05/2010 – Locanty Com. Serviços Ltda – Prest. de Serviços de apoio operacional às atividades da CGM. - Valor total do contrato R\$ 184.954,32;
- Nº. 06/2010 - Extend Software Ltda - Prestação de serviços de suporte técnico on-site, treinamento dos usuários finais do sistema e a manutenção do Sistema de Informações Gerenciais - SIG e todos os componentes envolvidos na solução, inclusive o Data-Entry, De-Para, Logs, Scripts, Telas, Rotinas, Parâmetros de Configuração, construções no banco de dados relacional (SQL SERVER) e OLAP (PILOT), construções no metawarehouse e webdesigner, bem como os demais produtos construídos para atender à solução SIG - Valor total do contrato R\$ 763.280,00;
- Nº. 13/2010 – Allen Rio Serviços e Comércio de Produtos de Informática Ltda – agenciamento cessão de Direito de Uso de licenças diversas. - Valor total do contrato R\$ 186.706,96;

3) Estrutura e Organização

3.2) Recursos Orçamentários



3.2.3) Convênios Firmados

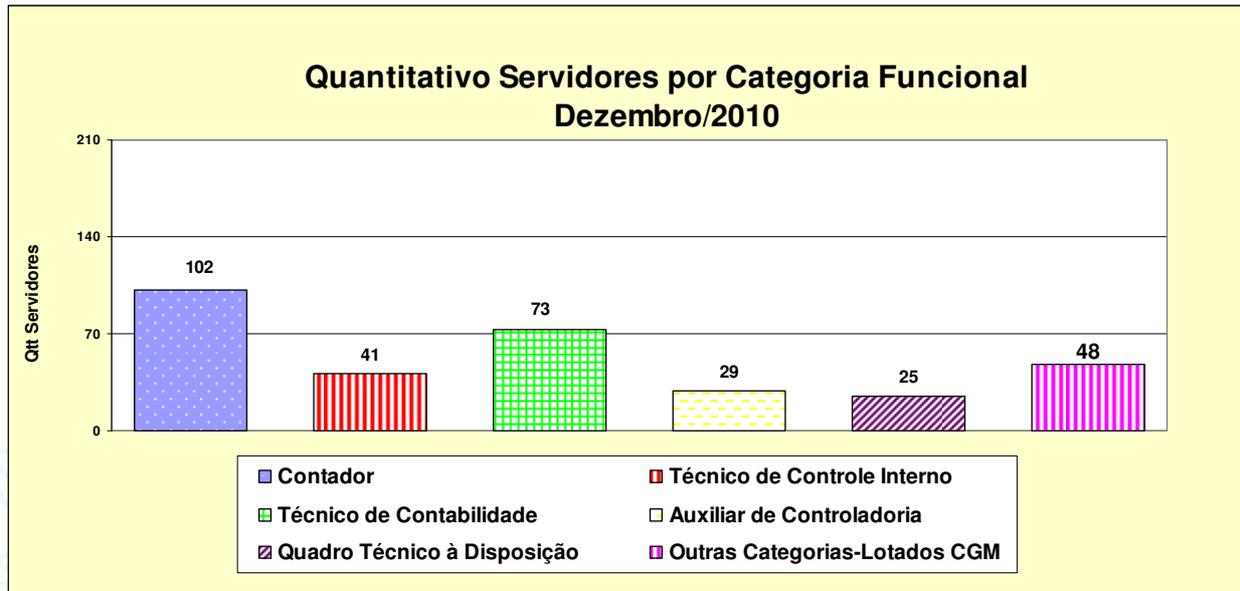
A Controladoria Geral possui um convênio relevante e que foi desenvolvido em 2010:

- Nº. 04/06 - Universidade do Rio de Janeiro - Apoio técnico visando à realização de estudos, pesquisas e outras atividades relacionadas com a formação acadêmica e intercâmbio técnico-científico e desenvolvimento de programas de cooperação técnica voltada para o estudo e pesquisa de temas da área governamental, em especial na esfera municipal, nas áreas de finanças públicas, contabilidade e auditoria; Esse convênio possibilita a participação de 2 integrantes da Controladoria Geral em cada turma de Mestrado em Ciências Contábeis oferecida pela Universidade. Valor total de R\$ 120.000,00.

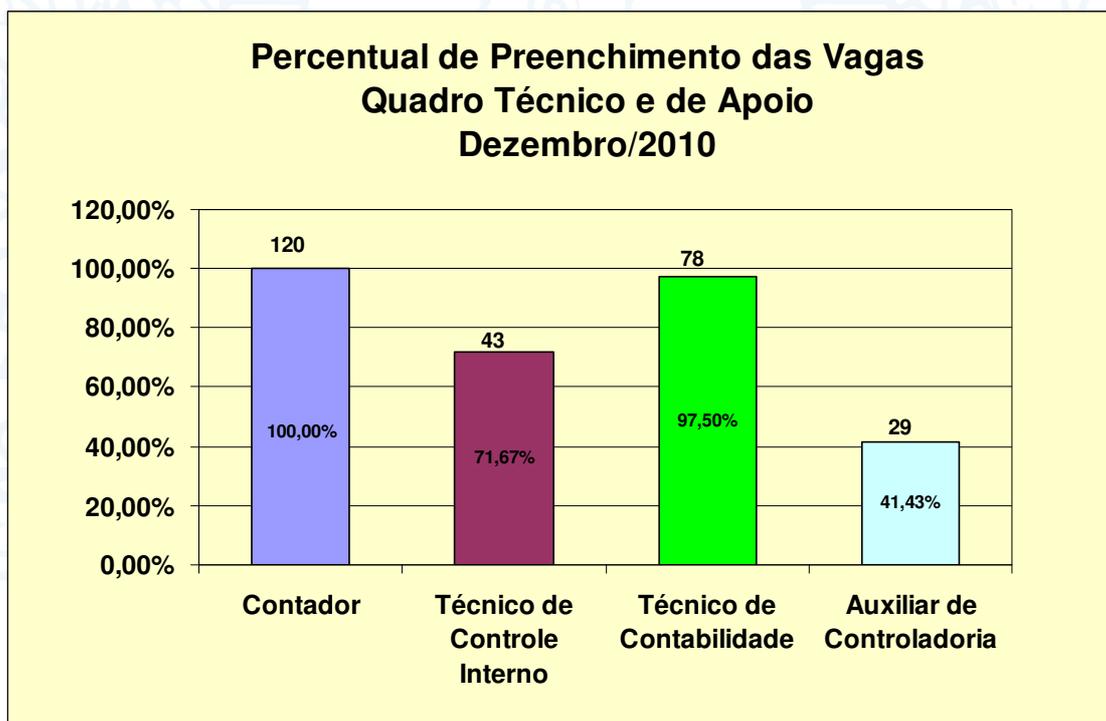
3) Estrutura e Organização

3.3) Recursos Humanos

A Controladoria Geral possui quadro total de 318 servidores divididos nas seguintes categorias:



O preenchimento de vagas em função dos limites introduzidos pela Lei nº. 4.015/05, totalizando 270 vagas, é o seguinte:



3) Estrutura e Organização

3.3) Recursos Humanos

Foram realizados eventos de formações específicas, como 2º Programa de formação para Auxiliares de Controladoria. Abaixo foram incluídas fotos de alguns treinamentos realizados “in company”:

Desenvolvimento da Competência Interpessoal



O papel do líder no desenvolvimento organizacional



Os projetos desenvolvidos pela área de Recursos Humanos associados às ações estratégicas estão apresentados na Seção 5.2.1 deste Relatório.

4) Planejamento Estratégico

4.1) Diretrizes adotadas para formulação



A revisão para 2010 do Planejamento Estratégico da CGM foi desenvolvida a partir das orientações estratégicas gerais atribuídas à CGM por Decretos divulgados no exercício de 2010 e pelas diretrizes emanadas pelo Senhor Prefeito.

Para cumprir esses objetivos, a Controladoria Geral elaborou um processo de planejamento estratégico a partir da identificação das necessidades internas para atendimento às respectivas orientações, desmembradas no instrumento Plano Estratégico. Esse Plano foi aprovado através da Resolução CGM nº. 953 de 26 de março de 2010.

Em Julho de 2010 novas diretrizes foram apresentadas à CGM resultando na reestruturação organizacional realizada pelo Decreto nº 33.013 de 03 de novembro de 2010.

Para que fosse possível adequar o planejamento estratégico às novas diretrizes recebidas pelo Controlador Geral foi necessário fazer algumas adaptações no planejamento estratégico de 2010. Após discussão entre os dirigentes da CGM, das 33 ações inicialmente elencadas, 7 ações foram descontinuadas e 4 novas ações inseridas, ficando assim, o planejamento estratégico com o total de 30 ações.

Alinhado com as diretrizes da Administração Municipal para a elaboração de Planejamento Estratégico pelos órgãos e entidades municipais, o Plano Estratégico apresenta os objetivos organizacionais definidos e as ações estratégicas a serem desenvolvidas no exercício de 2010 para alcance das diretrizes de atuação, da visão da organização e do cumprimento da missão pela CGM, tendo como base o período de execução de 2009 a 2012 e a revisão do plano em 2010.

Para cada ação estratégica estabelecida foi indicado um líder responsável pelo desenvolvimento da ação. Foi elaborado pelos setores responsáveis, Plano de Ação contendo objetivos, metas quantitativas e indicadores que permitiram monitorar o progresso das mesmas e o alcance dos seus objetivos.

4) Planejamento Estratégico

4.2) Objetivos Estratégicos

São os objetivos principais para o cumprimento das diretrizes a partir dos quais serão estabelecidas metas e ações. Esses objetivos foram estabelecidos considerando as dimensões do “Balanced Scorecard”, complementados com o Mapa Estratégico apresentado na seção 4.3 do presente relatório.

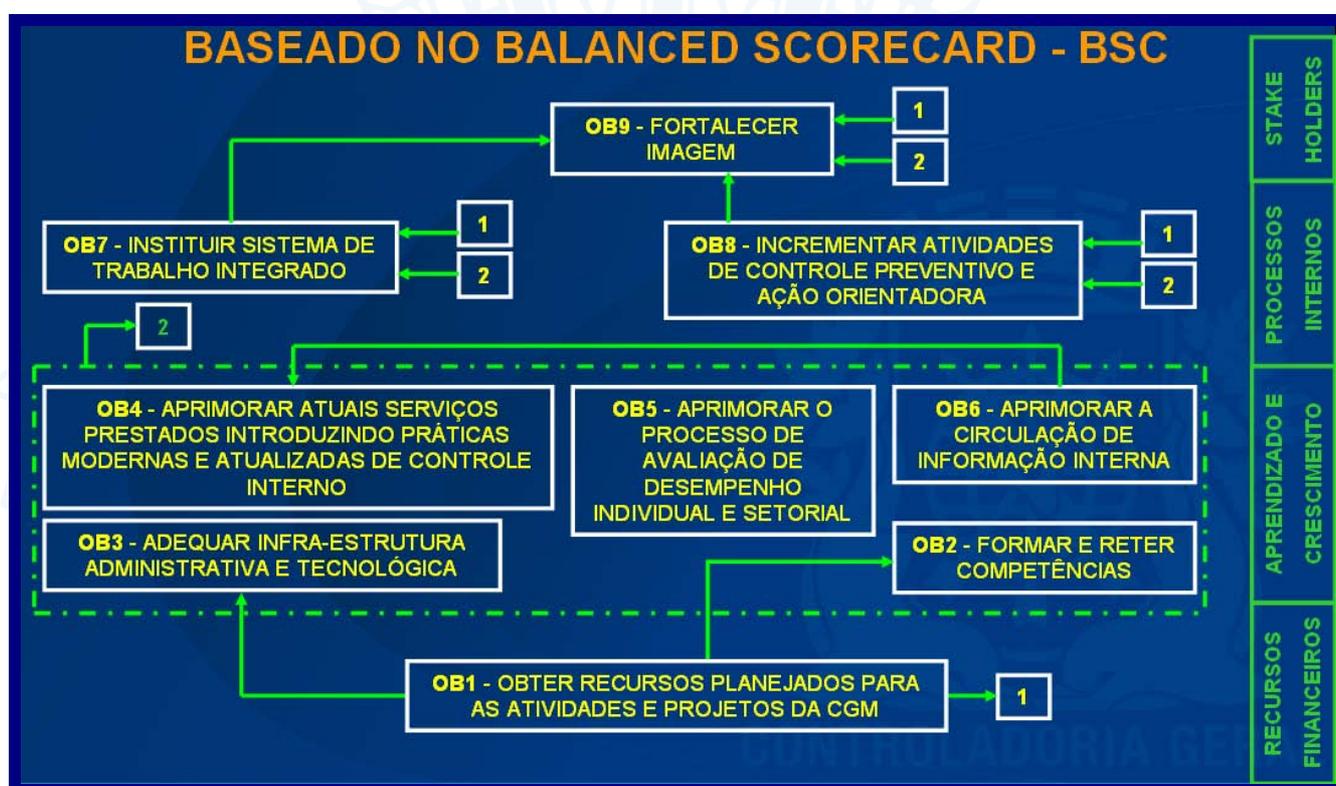
- (OB 01)** Obter os recursos planejados para as atividades e projetos da CGM
- (OB 02)** Formar e reter Competências
- (OB 03)** Adequar a Infraestrutura Administrativa e Tecnológica
- (OB 04)** Aprimorar atuais serviços prestados introduzindo práticas modernas e atualizadas de Controle Interno
- (OB 05)** Aprimorar o processo de avaliação de desempenho individual e setorial
- (OB 06)** Aprimorar a circulação de informação interna
- (OB 07)** Instituir sistema de trabalho interno integrado
- (OB 08)** Incrementar atividades de controle preventivo e ação orientadora
- (OB 09)** Fortalecer a imagem

4) Planejamento Estratégico

4.3) Mapa Estratégico

O Mapa Estratégico apresenta a representação gráfica dos objetivos estratégicos definidos para o alcance da visão e cumprimento da missão, classificados de acordo com as dimensões do Balanced Scorecard – BSC.

A partir dos objetivos estratégicos definidos, o Mapa Estratégico da CGM é o seguinte:



4) Planejamento Estratégico

4.4) Ações Estratégicas para 2010

A partir dos objetivos estratégicos e das revisões realizadas, foram definidas 30 ações estratégicas prioritárias para desenvolvimento em 2010, conforme a seguir:

AÇÕES ESTRATÉGICAS 2010		
PERSPECTIVA FINANCEIRA		
OB1 - OBTER OS RECURSOS PLANEJADOS PARA AS ATIVIDADES E PROJETOS DA CGM		
AÇÕES ESTRATÉGICAS	Nº AÇÃO	SETORES RESPONSÁVEIS
O processo de Planejamento Orçamentário foi considerado como atividade.		Subcontroladoria de Gestão
PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO		
OB2 - FORMAR E RETER COMPETÊNCIAS		
AÇÕES ESTRATÉGICAS	Nº AÇÃO	SETORES RESPONSÁVEIS
2.1 – Realizar Diagnóstico Organizacional considerando a pesquisa de clima realizada.	1	Coordenadoria Especial de Gestão Institucional
2.2 – Implementar o Plano de Capacitação de servidores.	2	Subcontroladoria de Gestão
2.3 – Desenvolver plano de parceria para assistência psicológica.	3	Subcontroladoria de Gestão
2.4 - Estabelecer programa de rodízio de servidores entre as áreas da CGM.	4	Subcontroladoria de Gestão
OB3 - ADEQUAR INFRAESTRUTURA ADMINISTRATIVA E TECNOLÓGICA		
AÇÕES ESTRATÉGICAS	Nº AÇÃO	SETORES RESPONSÁVEIS
3.1 – Implementar Sistemas de Informática para suporte às atividades de Controle		
3.1.1 – Instituir sistema de controle de análises preventivas de processos.	5	Coordenadoria Geral de Análises Preventivas
3.1.2 – Reestudar o Sistema de Convênios.	6	Coordenadoria Geral de Análises Preventivas
3.2 – Aprimorar Sistemas de Informática existentes para suporte às atividades de Controle		
3.2.1 – Implantação do Módulo Gerencial do SPMM.	7	Coordenadoria Geral de Análises Preventivas

4) Planejamento Estratégico

4.4) Ações Estratégicas para 2010

3.2.2 - Aprimorar o sistema SIGEN.	8	Coordenadoria Geral de Análises Preventivas
3.2.3 - Implementar o módulo de Registro de Preços.	9	Contadoria Geral
3.2.4 - Implementar o débito automático para as concessionárias.	10	Contadoria Geral
3.2.5 - Estudar o módulo de Notas Fiscais.	11	Contadoria Geral

OB4 - APRIMORAR ATUAIS SERVIÇOS PRESTADOS INTRODUZINDO PRÁTICAS MODERNAS E ATUALIZADAS DE CONTROLE INTERNO

AÇÕES ESTRATÉGICAS	Nº AÇÃO	SETORES RESPONSÁVEIS
4.1 - Instituir atividade de Inspeções Físicas	12	Coordenadoria Geral de Análises Preventivas
4.2 – Revisar os processos de trabalho da Auditoria	13	Auditoria Geral
4.3 - Desenvolver projetos de monitoramento de despesas.	14	Auditoria Geral
4.4 - Racionalizar os procedimentos de prestação de contas de almoxarifado.	15	Auditoria Geral
4.5 - Desenvolver projeto sobre a forma de atuação da CGM em obras e serviços de engenharia.	16	Auditoria Geral
4.6 - Implementar a conciliação bancária automática.	17	Contadoria Geral
4.7 – Aperfeiçoar a metodologia para planejamento dos trabalhos baseado em avaliação de riscos.		
4.7.1 - Elaborar matriz de risco de cada entidade - setorial.	18	Auditoria Geral
4.7.2 - Elaborar matriz de risco por segmento relevante nas áreas especializadas - matriz de folha de pessoal e matriz de sistemas.	19	Auditoria Geral
4.7.3 - Aprimorar requisitos da matriz de risco global.	20	Auditoria Geral

OB5 - APRIMORAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL E SETORIAL

AÇÕES ESTRATÉGICAS	Nº AÇÃO	SETORES RESPONSÁVEIS
5.1 – Elaborar estudo para o sistema de avaliação de desempenho dos servidores. (ETAPA 2010: Apresentar modelos de avaliação de desempenho utilizados pelo setor público).	21	Subcontroladoria de Gestão
5.2 – Promover estudo para identificar indicadores operacionais de acordo com os processos finalísticos de cada setor.	22	Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais de Controle

4) Planejamento Estratégico

4.4) Ações Estratégicas para 2010

OB6 - APRIMORAR A CIRCULAÇÃO DE INFORMAÇÃO INTERNA

AÇÕES ESTRATÉGICAS	Nº AÇÃO	SETORES RESPONSÁVEIS
6.1 – Modernizar a Intranet CGM.	23	Assessoria de Comunicação Social

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

OB7 - INSTITUIR SISTEMA DE TRABALHO INTERNO INTEGRADO

AÇÕES ESTRATÉGICAS	Nº AÇÃO	SETORES RESPONSÁVEIS
7.1 - Ampliar o monitoramento integrado de informações do SISGEN.	24	Coordenadoria Geral de Análises Preventivas

OB8 - INCREMENTAR ATIVIDADES DE CONTROLE PREVENTIVO E AÇÃO ORIENTADORA

AÇÕES ESTRATÉGICAS	Nº AÇÃO	SETORES RESPONSÁVEIS
8.1. Aprimorar as atividades de controle preventivo		
8.1.1 - Revisar o processo de acompanhamento de preços realizado pela CGAP	25	Coordenadoria Geral de Análises Preventivas
8.1.2 - Criar método para implementação de monitoramento	26	Coordenadoria Geral de Análises Preventivas
8.1.3 - Aprimorar análise de processo de despesa com ênfase em verificação "in loco"	27	Coordenadoria Geral de Análises Preventivas
8.2. Ampliar a ação orientadora na implementação de procedimentos de Controle Interno		
8.2.1 – Participar da implementação do sistema único de legislação da PCRJ.	28	Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais de Controle

PERSPECTIVA STAKEHOLDERS

OB9 - FORTALECER A IMAGEM

AÇÕES ESTRATÉGICAS	Nº AÇÃO	SETORES RESPONSÁVEIS
9.1 – Adequar as informações do Site CGM às diretrizes do novo portal da PCRJ.	29	Assessoria de Comunicação Social
9.2 - Implantar projeto "Conhecendo a Prefeitura" - Coordenado pela ATRIC - Órgãos convidados pela CGM.	30	Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais de Controle

4) Planejamento Estratégico

4.5) Ações Operacionais para 2010

Também foram definidas 19 ações operacionais para desenvolvimento em 2010, conforme a seguir:

AÇÕES OPERACIONAIS 2010		
PERSPECTIVA FINANCEIRA		
OB1 - OBTER OS RECURSOS PLANEJADOS PARA AS ATIVIDADES E PROJETOS DA CGM		
AÇÕES OPERACIONAIS	Nº AÇÃO	SETORES RESPONSÁVEIS
PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO		
OB2 - FORMAR E RETER COMPETÊNCIAS		
AÇÕES OPERACIONAIS	Nº AÇÃO	SETORES RESPONSÁVEIS
2.1 - Elaborar estudo do quantitativo de aposentadorias ao longo dos próximos anos.	1	SUBG
2.2 - Manter Seminários CGM	2	ATRIC
OB3 - ADEQUAR INFRAESTRUTURA ADMINISTRATIVA E TECNOLÓGICA		
AÇÕES OPERACIONAIS	Nº AÇÃO	SETORES RESPONSÁVEIS
3.1 - Administrativa		
3.2. Tecnológica - Hardware e Software		
3.2.1 - Implantar o sistema de SDP	3	CGAP
3.2.2 - Estudar o identificador de uso (IDUSO) junto ao sistema de Orçamento	4	CTG
OB4 - APRIMORAR ATUAIS SERVIÇOS PRESTADOS INTRODUZINDO PRÁTICAS MODERNAS E ATUALIZADAS DE CONTROLE INTERNO		
AÇÕES OPERACIONAIS	Nº AÇÃO	SETORES RESPONSÁVEIS
4.1 - Implantar sistema de Custos na Iplanrio	5	CIG

4) Planejamento Estratégico

4.5) Ações Operacionais para 2010

4.2 - Ações de aprimoramento do Núcleo de Pesquisa: 1 - Elaborar 20 informativos Controladoria em Foco. 2 - Desenvolver 2 eventos de Discussão Técnica. 3 - Publicar o periódico Revista de Controle e Administração (RCA).	6	ATRIC / NUPE
4.3 - Definir controle da utilização da tabela de serviços de limpeza e vigilância.	7	CGAP
4.4 - Estimular a visitação de servidores da CGM a outros órgãos. Realizar levantamento junto às áreas para identificar quais práticas e temas de outras organizações que desejam conhecer.	8	ATRIC
4.5 - Estimular a visitação de servidores da CGM a outros órgãos. Criar metodologia para regulamentar os processos de intercâmbio	9	ATRIC
4.6 - Encaminhar à CGU-RJ documentação final necessária à formalização do Termo de Adesão à Rede de Controle Social.	10	ATRIC
4.7 - Encaminhar ao TCU-RJ documentação final necessária à formalização do Termo de Adesão à Rede de Controle da Gestão Pública.	11	ATRIC

OB5 - APRIMORAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL E SETORIAL

AÇÕES OPERACIONAIS	Nº AÇÃO	SETORES RESPONSÁVEIS

OB6 - APRIMORAR A CIRCULAÇÃO DE INFORMAÇÃO INTERNA

AÇÕES OPERACIONAIS	Nº AÇÃO	SETORES RESPONSÁVEIS
6.1 - Divulgar na Intranet os livros e as publicações existentes e os setores onde estão para que os interessados possam ter acesso as mesmas. Repassar conhecimentos adquiridos nos treinamentos. (Incluir também material didático.)	12	SUBG
6.2 - Manter o programa de reuniões para divulgação de objetivos e resultados.	13	ATRIC/NUME

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

OB7 - INSTITUIR SISTEMA DE TRABALHO INTERNO INTEGRADO

AÇÕES OPERACIONAIS	Nº AÇÃO	SETORES RESPONSÁVEIS

4) Planejamento Estratégico

4.5) Ações Operacionais para 2010

OB8 - INCREMENTAR ATIVIDADES DE CONTROLE PREVENTIVO E AÇÃO ORIENTADORA

AÇÕES OPERACIONAIS	Nº AÇÃO	SETORES RESPONSÁVEIS
8.1. Aprimorar as atividades de controle preventivo		
8.1.1 - Criar visão para os ordenadores sobre o término de convênio de receita no SIG	14	CIG

PERSPECTIVA STAKEHOLDERS

OB9 - FORTALECER A IMAGEM

AÇÕES OPERACIONAIS	Nº AÇÃO	SETORES RESPONSÁVEIS
9.1 - Editar cadernos CGM.	15	ACS
9.2 - Instituir informativo com foco na área de controles e de realizações da CGM.	16	ACS
9.3 - Criar no site CGM área para agendamento de visitas à CGM	17	ATRIC
9.4 - Estudo para criação de metodologia sobre os procedimentos necessários para o processo de recebimento de visitas.	18	ATRIC
9.5 - Realizar levantamento dos produtos e serviços prestados pela CGM, para criação de um portfólio.	19	ATRIC

4) Planejamento Estratégico

4.6) Distribuição das ações por setores

A distribuição das ações estratégicas e operacionais por setores foi a seguinte:

N°	SETOR	QTE. ESTRATÉGICAS	%	QTE. OPERACIONAIS	%	TOTAL
1	SUBG	4	13,33	2	10,50	6
2	ADG	7	23,33	0	0	7
3	CGAD	9	30,00	2	10,50	11
4	CTG	4	13,33	1	5,35	5
5	ACS	2	6,67	2	10,50	4
6	ATRIC	3	10,00	10	52,65	13
7	GAB/CEGI	1	3,33	0	0	1
8	ATCIG	0	0	2	10,50	2
TOTAL		30	100	19	100	49

4) Planejamento Estratégico

4.7) Monitoramento Estratégico



Considerando a competência atribuída à Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais de Controle para o acompanhamento do desenvolvimento das ações estratégicas e operacionais, foi alocada a esse setor a função do Núcleo de Monitoramento Estratégico – NUME para essa tarefa, tendo as seguintes atribuições:

- a) Acompanhar se o percentual de execução das ações está de acordo com o percentual previsto para a data;
- b) Avaliar as justificativas apresentadas para não conformidades;
- c) Avaliar se há risco de não alcance do objetivo da ação no prazo final determinado;
- d) Consolidar a posição de todas as ações para reportar ao Subcontrolador de Integração de Controles que os reportará aos dirigentes da CGM;
- e) Consolidar os resultados das ações concluídas.

Foram definidos instrumentos de controle e monitoramento enviados ao NUME pelos líderes de projeto em datas definidas como marcos, a saber: para ações estratégicas 31/05/10, 10/09/10, 29/10/10 e 06/12/10 e para ações operacionais 03/09/10 e 30/11/10. Com base nos instrumentos de controle recebidos das áreas, foi realizada análise do desempenho das ações estratégicas e operacionais, dos respectivos indicadores e leitura das justificativas para os atrasos, sendo produzidos relatórios de monitoramento para a direção da CGM.

4) Planejamento Estratégico

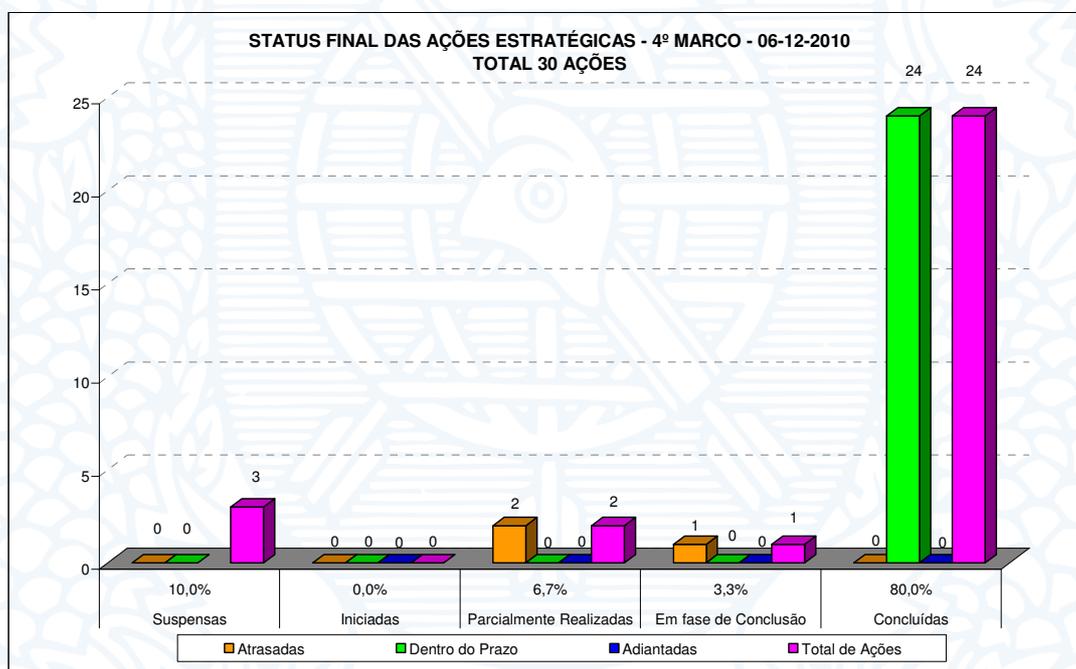
4.8) Resultados das ações estratégicas

Ao final do ciclo de 2010, os resultados das ações estratégicas foram os seguintes:

4.8.1) Visão Global das Ações Estratégicas

a) Status Final das Ações Estratégicas 2010

O gráfico apresentado neste item tem como objetivo informar a situação final das ações estratégicas observando as fases de cumprimento dos prazos até o marco final. Ao final dos quadros, são apresentadas tabelas contendo: faixas de percentuais de desenvolvimento das ações para o enquadramento nas fases definidas; e categorias utilizadas para demonstrar o cumprimento dos prazos.



4) Planejamento Estratégico

4.8) Resultados das ações estratégicas

- **Faixas dos Percentuais de Desenvolvimento das Ações Estratégicas para enquadramento nas fases:**

Faixas de desenvolvimento da ação	fases
0%	Não iniciadas
1% a 20%	Iniciadas
21% a 80%	Parcialmente realizadas
81% a 99%	Em fase de conclusão
100%	Concluídas

- **Categorias do cumprimento dos prazos:**
 - **Adiantadas** – antes do prazo estabelecido no plano de ação;
 - **Dentro do prazo** – conforme estabelecido no plano de ação;
 - **Atrasadas** – após o prazo estabelecido no plano de ação.

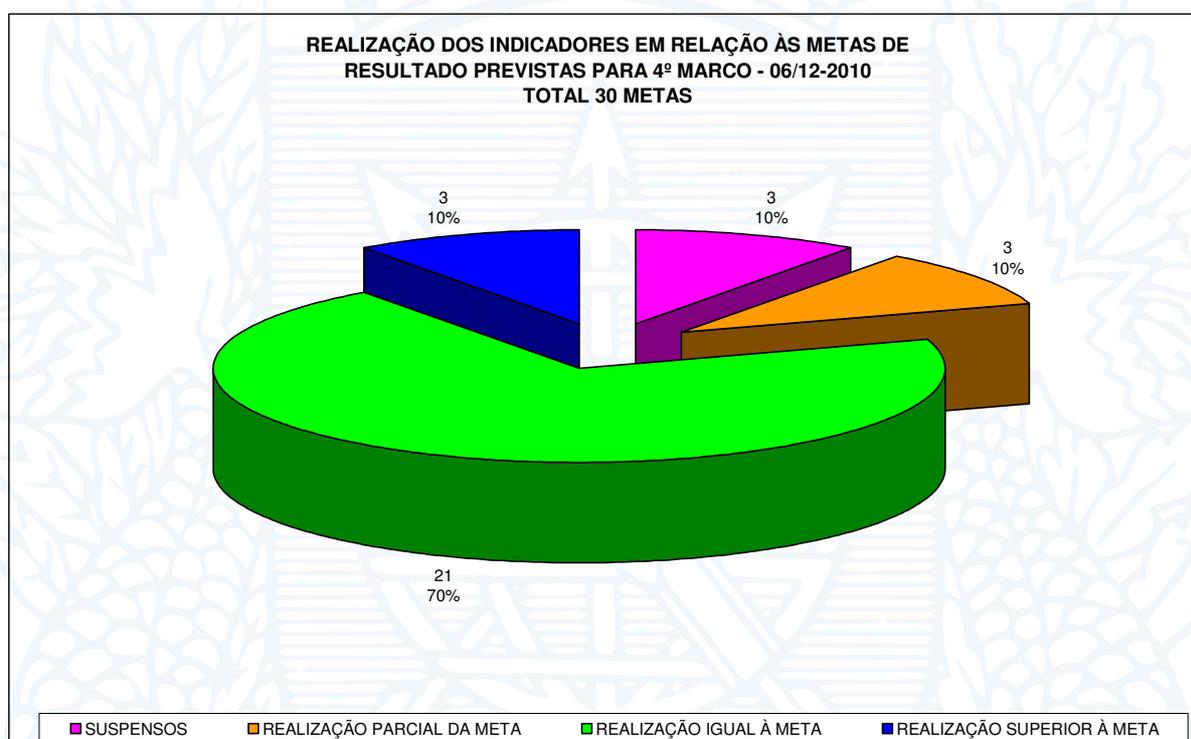
4) Planejamento Estratégico

4.8) Resultados das ações estratégicas

b) Realização dos Indicadores em relação às Metas de Resultado previstas

Este quadro tem como objetivo informar a realização dos indicadores (o quanto foi produzido) em relação às metas de resultado previstas.

O enquadramento foi definido mediante a comparação dos percentuais de previsão e de realização das metas de resultado.



4) Planejamento Estratégico

4.8) Resultados das ações estratégicas



4.8.1.1) Conclusão da análise do desempenho das ações estratégicas

No planejamento estratégico 2010 foram estabelecidas 30 ações estratégicas. Destas, 24 ações (80%) foram concluídas. Das ações concluídas, 21 tiveram realização da meta de resultado igual ao percentual previsto e 3 tiveram realização superior ao previsto.

Para as 3 ações (10%) não concluídas houve realização parcial da meta, o que significa dizer que, embora não tenham alcançado a meta de resultado, elas geraram produtos. 3 ações (10%) não tiveram realização de produto pois foram suspensas.

Considerando a análise global das ações que foram plenamente concluídas com as que, embora não concluídas, tiveram realização parcial das metas estabelecidas, foi atingido um percentual de realização do plano equivalente 90%, ou seja, 27 ações.

Em resumo, o desempenho das ações do plano estratégico de 2010 foi de 80% de ações concluídas e 80% das metas de resultado alcançadas.

4.8.2) Visão das Ações Estratégicas Por Setores

O desempenho dos setores na execução das 30 ações estratégicas definidas para 2010 está apresentado no quadro a seguir. Para cada ação estratégica foi estabelecida uma meta de resultado, perfazendo 30 metas estabelecidas. Neste quadro não foram consideradas as ações suspensas.

Nº	SETOR	AÇÕES E METAS PREVISTAS		AÇÕES E METAS CONCLUÍDAS	
		QTE	%	QTE	%
1	SUBG	4	14,82	3	75
2	ADG	6	22,22	6	100
3	CTG	3	11,11	3	100
4	CGAD	9	33,33	8	89
5	ACS	2	7,41	1	50
6	ATRIC	3	11,11	3	100
	TOTAL	27	100	24	-

4) Planejamento Estratégico

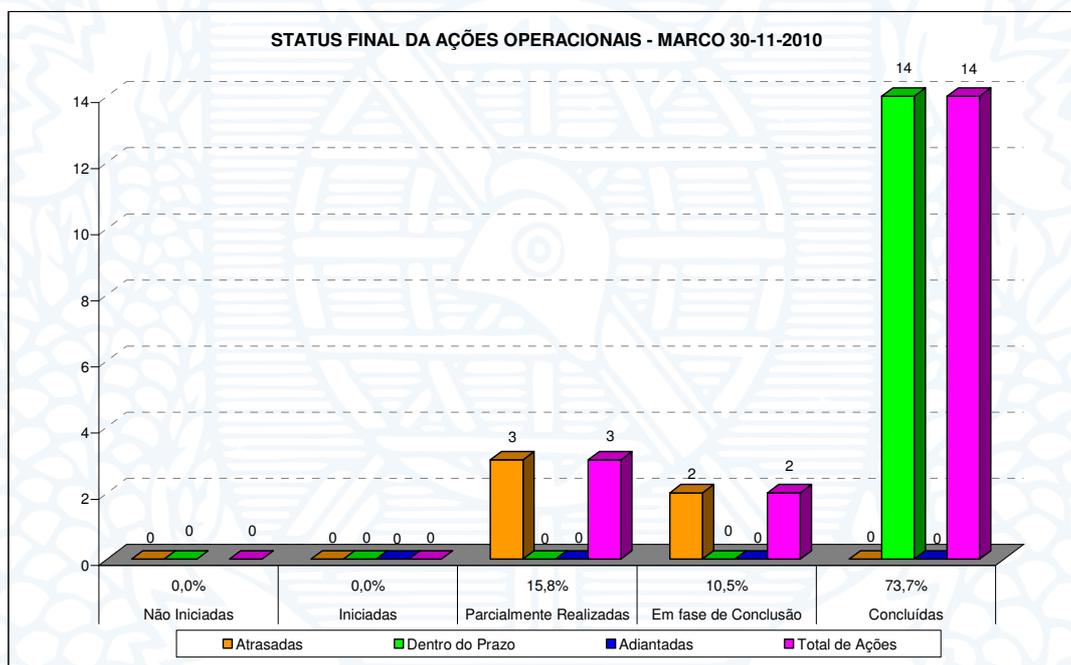
4.9) Resultados das ações operacionais

Ao final do ciclo de 2010, os resultados das ações operacionais foram os seguintes:

4.9.1) Visão Global das Ações Operacionais

a) Status Final das Ações Operacionais 2010

O gráfico apresentado neste item tem como objetivo informar a situação final das ações operacionais observando as fases de cumprimento dos prazos até o marco final. Ao final do quadro, são apresentadas tabelas contendo: faixas de percentuais de desenvolvimento das ações para o enquadramento nas fases definidas; e categorias utilizadas para demonstrar o cumprimento dos prazos.



4) Planejamento Estratégico

4.9) Resultados das ações operacionais

- **Faixas dos Percentuais de Desenvolvimento das Ações Operacionais para enquadramento nas fases:**

Faixas de desenvolvimento da ação	fases
0%	Não iniciadas
1% a 20%	Iniciadas
21% a 80%	Parcialmente realizadas
81% a 99%	Em fase de conclusão
100%	Concluídas

- **Categorias do cumprimento dos prazos:**
 - **Adiantadas** – antes do prazo estabelecido no plano de ação;
 - **Dentro do prazo** – conforme estabelecido no plano de ação;
 - **Atrasadas** – após o prazo estabelecido no plano de ação.

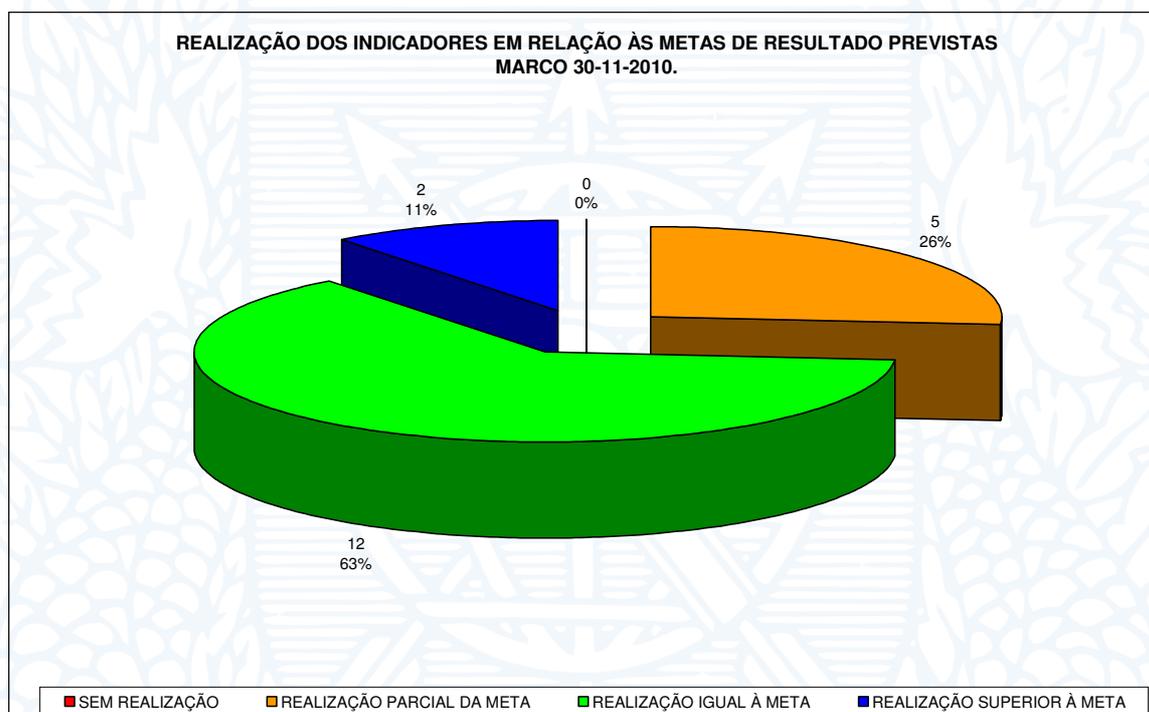
4) Planejamento Estratégico

4.9) Resultados das ações operacionais

b) Realização dos Indicadores em relação às Metas de Resultado previstas

Este quadro tem como objetivo informar a realização dos indicadores (o quanto foi produzido) em relação às metas de resultado previstas.

O enquadramento foi definido mediante a comparação dos percentuais de previsão e de realização das metas de resultado.



4) Planejamento Estratégico

4.9) Resultados das ações operacionais



4.9.1.1) Conclusão da análise do desempenho das ações Operacionais

Em 2010 foram estabelecidas 19 ações operacionais. Destas, 14 ações (74%) foram concluídas. Das ações concluídas, 12 tiveram realização da meta de resultado igual ao percentual previsto e 2 tiveram realização superior ao previsto.

Para as 5 ações (26%) não concluídas houve realização parcial da meta, o que significa dizer que, embora não tenham alcançado a meta de resultado, elas geraram produtos.

Considerando a análise global das ações que foram plenamente concluídas com as que, embora não concluídas, tiveram realização parcial das metas estabelecidas, foi atingido um percentual de realização do plano equivalente 74%, ou seja, 14 ações.

Em resumo, o desempenho das ações operacionais de 2010 foi de 74% de ações concluídas e 74% das metas de resultado alcançadas.

4.9.2) Visão das Ações Operacionais Por Setores

O desempenho dos setores na execução das 19 ações operacionais definidas para 2010 está apresentado no quadro a seguir. Para cada ação operacional foi estabelecida uma meta de resultado, perfazendo 19 metas estabelecidas.

SETORES		AÇÕES E METAS PREVISTAS		AÇÕES E METAS CONCLUÍDAS	
		QUANT.	%	QUANT.	%
1	SUBG	2	10,50	1	50,0
2	CTG	1	5,35	1	100,0
3	CGAD	2	10,50	1	50,0
4	ACS	2	10,50	0	0
5	CIG	2	10,50	2	100,0
6	ATRIC	10	52,65	9	90,0
TOTAL		19	100,0	14	-

4) Planejamento Estratégico

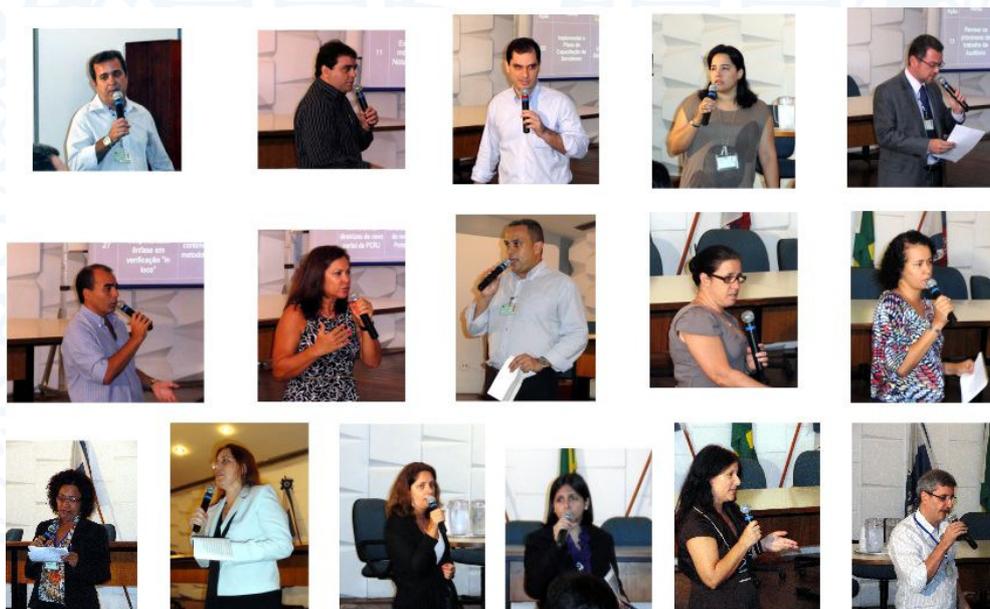
4.10) Apresentação dos Objetivos e Resultados aos servidores da CGM



Com o objetivo de informar os servidores da CGM quanto aos objetivos e resultados alcançados em 2010 (ação operacional nº 22 a cargo da CG/ATRIC), o Controlador Geral realizou evento em 15/12/2010, reunindo todo o corpo funcional. Foram apresentados os resultados das ações estratégicas por cada um dos seus líderes.



O Controlador Geral Antonio Cesar Lins Cavalcanti
fazendo a abertura do evento



Líderes de projeto apresentando os resultados das ações estratégicas

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

Esta seção apresenta os projetos e as atividades desenvolvidas pela CGM, segregando seus setores em subseções específicas.

São abordados, também, os resultados alcançados em cada ação estratégica desenvolvida pelos setores. Além disso, são dispostos os indicadores operacionais, de forma que se possa demonstrar o desempenho do setor em seus processos finalísticos em 2010.



5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.1) Gabinete do Controlador Geral



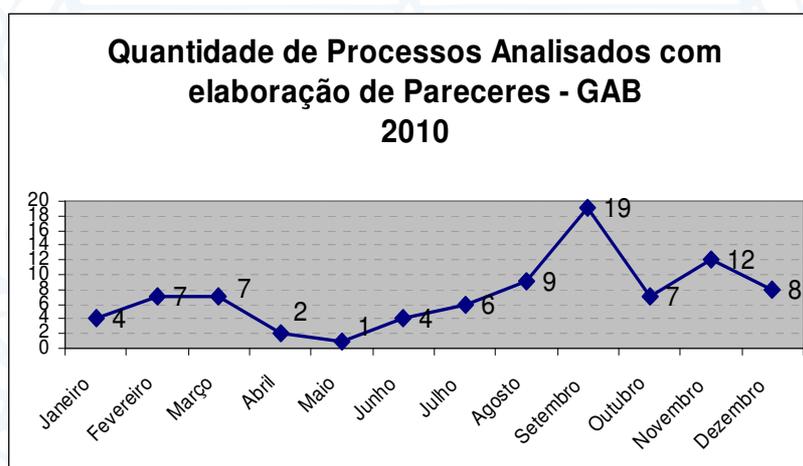
As atividades desenvolvidas pelo Gabinete do Controlador Geral visam apoiar técnica e administrativamente as atividades da Controladoria Geral.

5.1.1) Projetos associados às Ações Estratégicas – 1 projeto

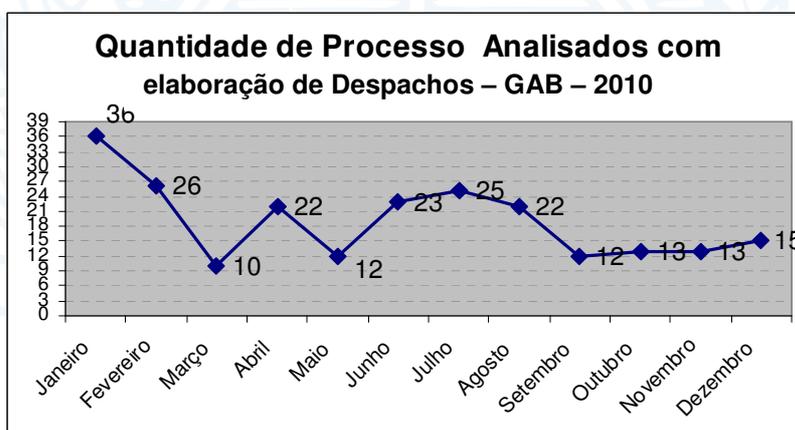
a) **Ação nº 1** – Realizar Diagnóstico Organizacional considerando a pesquisa de clima realizada – Esta ação foi suspensa em 2010 devido às alterações ocorridas na CGM e será continuada em 2011

5.1.2) Indicadores das Principais Atividades

O gráfico abaixo demonstra a quantidade processos administrativos analisados pelos técnicos lotados no gabinete, para os quais foram elaborados pareceres. Total de 86 processos ao longo de 2010.



O gráfico abaixo demonstra a quantidade processos administrativos analisados pelos técnicos lotados no gabinete, para os quais foram elaborados despachos. Total de 229 processos ao longo de 2010.



5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.2) Subcontroladoria de Gestão



A competência principal da Subcontroladoria de Gestão consiste no assessoramento ao Controlador Geral na direção, coordenação e gestão estratégica do órgão. A Subcontroladoria de Gestão atua, também, na supervisão, controle e execução das atividades administrativas da Controladoria Geral que envolvem:

- O planejamento, administração e desenvolvimento de pessoas e valorização do servidor, segundo as diretrizes emanadas do Subsistema de Recursos Humanos gerido pela Secretaria Municipal de Administração;
- O apoio à licitação, contratação de serviços, administração de material e suprimentos, patrimônio, comunicações administrativas, manutenção de bens móveis, serviços gerais, transportes de pessoas, materiais, equipamentos e documentos, segundo as diretrizes emanadas do Subsistema de Infraestrutura e Logística e demais Sistemas Municipais.

5.2.1) Projetos Associados às Ações Estratégicas - 4 Projetos

a) Ação n.º 02 – Implementar o Programa de Capacitação de servidores para 2010, considerando as seguintes categorias: geral, específica e mestrado. Status – Foram oferecidas 465 vagas em cursos e capacitação, superando em 16,25% a meta prevista.

b) Ação n.º 03 - Desenvolver plano de parceria para Assistência Psicológica. Status – Parceria Estabelecida com Gerência de Ambiente e Relações com o Trabalho da Secretaria Municipal de Saúde.

c) Ação n.º 04 – Estabelecer Programa de Rodízio de Servidores da CGM. Status – Executada em 100% da meta inicial, com as devidas adaptações em face da mudança de estrutura ocorrida em 2010, foram contempladas as áreas CGAD, ADG, ATCIG, CTG.

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.2) Subcontroladoria de Gestão



d) Ação n° 21 – Elaborar estudo para o sistema de Avaliação de Desempenho dos servidores. Status – Estudo concluído.

5.2.2) Indicadores das principais atividades

Os indicadores da Subcontroladoria de Gestão desenvolvidos através das gerências que a compõe – Infraestrutura e Logística e Recursos Humanos, estão apresentados em seções específicas deste relatório, a saber: 3.2 – Recursos Orçamentários e Seção 3.3 – Recursos Humanos.

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.3) Subcontroladoria de Integração de Controles



A Subcontroladoria de Integração de Controles teve por incumbência gerir, em conjunto com os dirigentes da CGM, a reformulação da estrutura e das novas competências, tendo por desafio tentar atender as necessidades dos setores da CGM e como pressuposto manter os valores máximos da estrutura anterior. O procedimento de reformulação teve como resultado final, a publicação do Decreto nº 33.013, de 03 de novembro de 2010, que alterou a estrutura organizacional, competências e codificação institucional da CGM.

A partir da reestruturação da CGM, a Subcontroladoria de Integração de Controles -SIC passou a ter entre suas principais atribuições, promover e supervisionar a integração das atividades e produtos desenvolvidos pela Auditoria Geral, Contadoria Geral e Coordenadoria Geral de Análises da Despesa, bem como exercer ação orientadora e monitorar prazos relativos as atividades e produtos desses setores, desta forma tais setores passaram a ser vinculados diretamente a SIC.

A Subcontroladoria de Integração de Controles, além da participação ativa na reestruturação do órgão, iniciou um trabalho de aprimoramento do relacionamento entre os setores da CGM, e desta forma teve participação em cerca de 20 (vinte) reuniões relacionadas especificamente com sua ação integradora e orientadora no âmbito do próprio órgão. Em consequência de sua atuação a SIC teve como principais atividades e produtos no 2º semestre de 2010:

- Sugestão, elaboração e/ou revisão de 10 (dez) normatizações, entre Decretos, Resoluções e Portarias;
- Realização de estudos e encaminhamento de 5 (cinco) comunicações a diversos órgãos e entidades visando orientar e/ou direcionar as atividades dos setores da Controladoria.

Após a adesão da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro à Rede de Controle da Gestão Pública, a SIC participou juntamente com a ATRIC como representante da CGM em reuniões da Rede de Controle ocorridas ao longo do exercício de 2010 e que deverão ter

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.3) Subcontroladoria de Integração de Controles



continuidade no decorrer de 2011.

Para o exercício de 2011 a Subcontroladoria de Integração de Controles - SIC tem por principal objetivo aprimorar o relacionamento entre os setores de forma a minimizar retrabalhos e otimizar o desempenho das diversas atribuições da CGM. Assim, tem entre seus desafios, em conjunto com os próprios setores envolvidos, realizar a integração do planejamento das atividades da Auditoria Geral e da Coordenadoria de Análises da Despesa.

Nas subseções seguintes estão apresentadas as atividades e produtos desenvolvidos pelos setores vinculados diretamente à SIC.



5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.3.1) Auditoria Geral



As principais atividades desenvolvidas pela Auditoria Geral são:

- Realizar auditorias avaliando os procedimentos de controle e operacionais e a eficiência, economicidade e eficácia das ações desenvolvidas pelos órgãos/entidades da Administração Municipal;
- Realizar avaliação em programas desenvolvidos pelos diversos órgãos/entidades municipais, referentes ao atendimento ao cidadão, buscando apurar, dentre outros fatores, a efetividade e equidade dos programas;
- Realizar auditoria nos sistemas informatizados e verificar a implementação das políticas de segurança para tecnologia da informação;
- Realizar auditoria nas folhas de pagamento da Administração Direta, Indireta e Fundacional;
- Realizar auditorias na receita municipal, incluindo em especial a dívida ativa e as tributárias;
- Promover inspeção física em almoxarifados e bens dos órgãos/entidades da Administração Municipal;
- Verificar o cumprimento das metas físicas e orçamentárias do Plano Anual de Trabalho dos órgãos/entidades municipais, bem como avaliar os procedimentos de controles adotados para registro, acompanhamento e divulgação dos indicadores utilizados;

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.3.1) Auditoria Geral



- Executar trabalhos de auditoria dos processos de Prestações e/ou Tomadas de Contas da gestão dos órgãos da Administração Pública Municipal;
- Executar trabalhos de auditorias provocadas por denúncias ou solicitação do Prefeito, Controlador Geral, Titulares das Pastas Municipais e Presidentes das entidades da Administração Indireta e Fundacional.

A Auditoria Geral concentra seus esforços no compromisso de cumprir sua missão, que é avaliar a eficiência, eficácia e efetividade com as quais são administrados os recursos públicos e os programas desenvolvidos para atendimento à comunidade.

Nesse sentido, realizou no exercício de 2010, análises que culminaram na emissão de 365 relatórios de auditoria e 255 certificados da Prestação de Contas dos Ordenadores de Despesa, Arrecadadores de Receita e de Responsáveis por Almoxarifados.

A ADG esteve, também, responsável por 07 ações do Planejamento Estratégico da Controladoria Geral, realizando seis e suspendendo uma ação.

Fizeram parte dessas ações novas iniciativas, como o Monitoramento da Despesa e a Matriz de Risco de Folha, e o aperfeiçoamento de procedimentos internos e de ferramentas cujo uso já está consolidado, como a Matriz de Risco Geral.

A Matriz de Risco Geral é uma ferramenta utilizada para o Planejamento das auditorias. A ADG tem como objetivo atualizar a Matriz de Risco Geral semestralmente, nos meses de janeiro e julho. A atualização da Matriz de Risco Geral, pela inclusão, exclusão e aprimoramentos dos fatores de risco existentes, é necessária para que esta ferramenta se mantenha adequada para a avaliação de risco das unidades auditáveis da Prefeitura. A cada versão da Matriz de Risco Geral a ADG obtêm a posição das unidades auditáveis, dentro dos níveis de risco avaliados (Alto, Médio, Baixo e Mínimo).

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.3.1) Auditoria Geral



Para tanto, nesse período, a ADG contou com uma força de trabalho de 80 servidores, sendo 67 lotados nas áreas técnicas, dentre esses 34 atuando como auditores, sendo que deste número 02 com atividades na área de monitoramento. Os demais 13 servidores atuaram nas áreas de planejamento, administrativa e gabinete.

Objetivando manter a qualidade técnica de seu corpo funcional, foram disponibilizadas, no exercício, 214 vagas em treinamentos que atenderam a 72 servidores.

5.3.1.1) Projetos associados às Ações Estratégicas – 7 projetos

Durante 2010, foram desenvolvidos projetos associados às seguintes ações estratégicas:

a) Ação nº. 13 – Revisar os processos de trabalho da auditoria.

Status – Concluídas 03 minutas de atos normativos, sendo: Decreto – Procedimentos para comunicação de resultados; Resolução – Encaminhamento de Relatórios; Portaria – Rotinas de Auditoria.

b) Ação nº. 14 – Desenvolver projetos de monitoramento de despesas.

Status – Concluídos 04 relatórios dos seguintes projetos: Projeto I – Gêneros Alimentícios; Projeto II – Revisão Analítica das Indiretas; Projeto III – ONGs; Projeto IV – Almojarifado.

c) Ação nº. 15 – Racionalizar os procedimentos de prestação de contas de almojarifado.

Status - Concluído programa de auditoria para certificação dos almojarifados.

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.3.1) Auditoria Geral



d) Ação nº. 16 – Desenvolver projeto sobre a forma de atuação da CGM em obras e serviços de engenharia.

Status - Ação suspensa em Nov/2010 considerando a adesão da CGM à Rede de Controle da Gestão Pública.

e) Ação nº. 18 – Elaborar Matriz de Risco Setorial por Entidade.

Status – Concluído. A nova meta definida foi implementar a matriz de risco setorial elaborada em 2010 e dar continuidade a elaboração de matriz para outras entidades.

f) Ação nº. 19 – Elaborar Matriz de Risco por segmento relevante nas áreas especializadas.

Status – Ação concluída, tendo como produtos: 01 relatório contendo a proposta para elaboração da Matriz de Sistemas, 01 relatório sobre a metodologia para elaboração da Matriz de Risco de Folha de Pessoal e 01 Matriz de Risco de Folha de Pessoal.

g) Ação nº. 20 – Aprimorar requisitos da Matriz de Risco Geral.

Status – Criado 01 novo fator de risco - Modalidade das contratações.

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

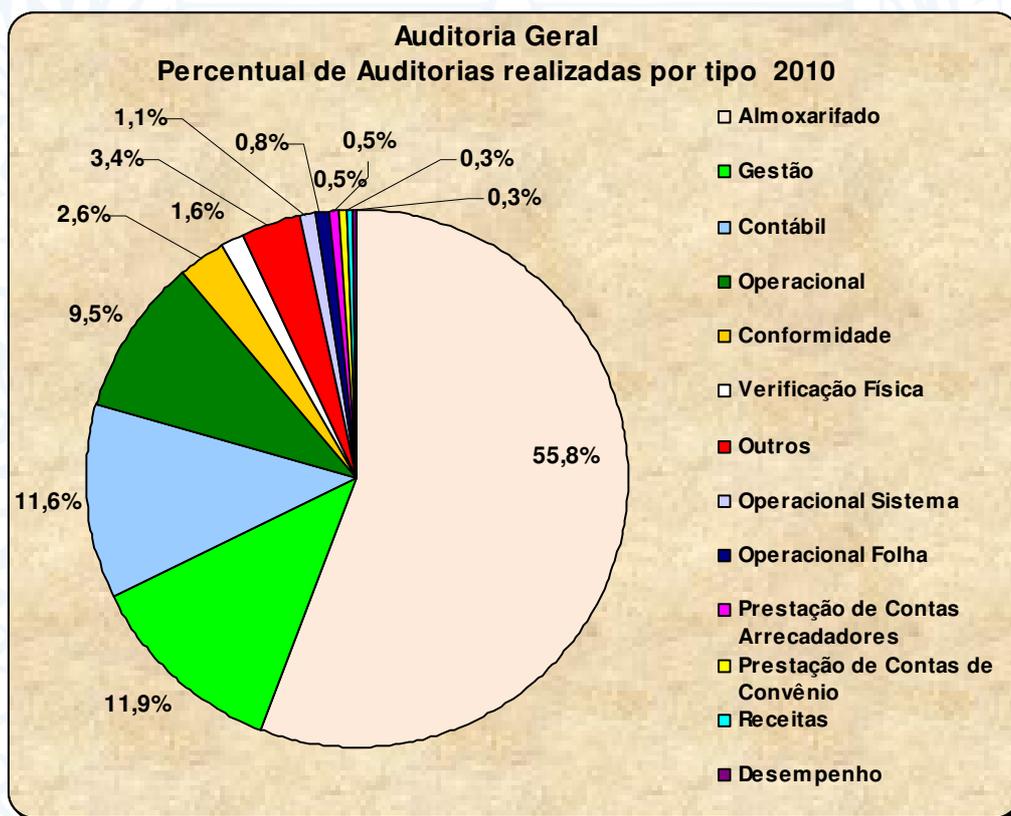
5.3.1) Auditoria Geral

5.3.1.2) Indicadores das Principais Atividades

As principais atividades da Auditoria Geral podem ser expressas pelos seguintes indicadores:

Relatórios de Auditoria

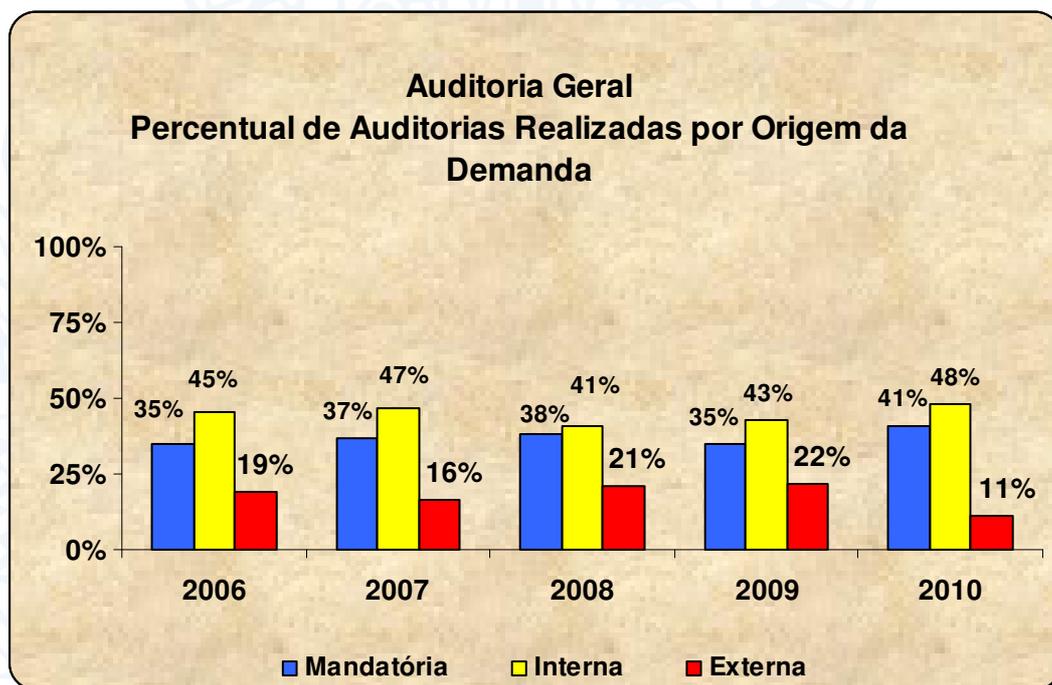
O gráfico abaixo demonstra o percentual de auditorias realizadas por tipo, totalizando 365 relatórios de auditoria finalizados.



5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.3.1) Auditoria Geral

O gráfico abaixo demonstra o percentual de auditorias realizadas considerando a origem da demanda, que pode ser interna ou externa. As demandas internas são advindas da avaliação de risco segundo a Matriz de Risco Geral, e as demandas externas referem-se às solicitações realizadas à Auditoria Geral e originárias de legislações.

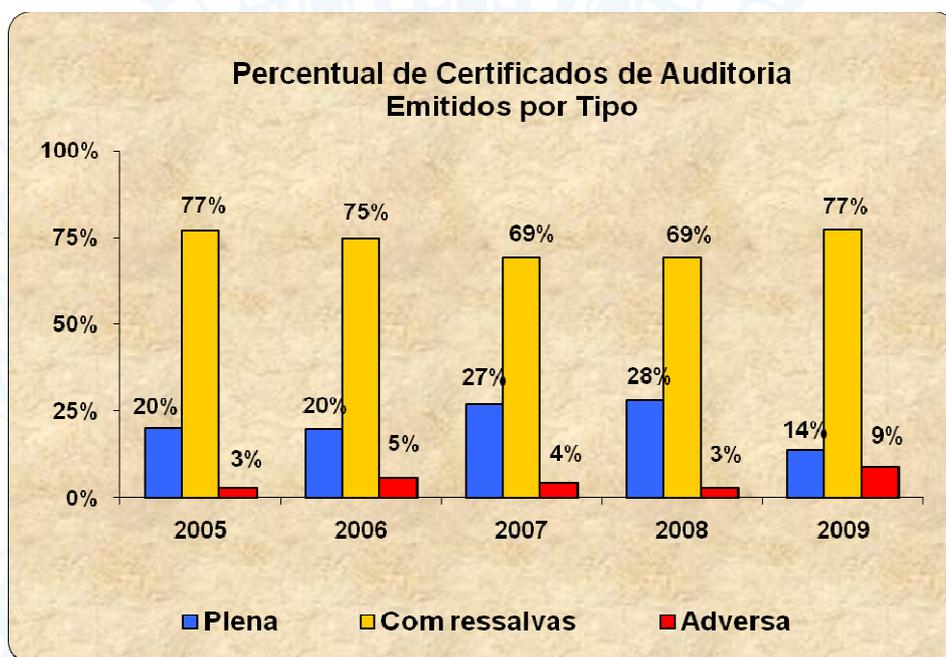


5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.3.1) Auditoria Geral

Exame para a Certificação das Prestações de Contas dos Ordenadores de Despesa e Arrecadadores de Receita

No exercício de 2010 a ADG emitiu 255 certificados de auditoria. O Gráfico a seguir demonstra a comparação entre percentual de tipos de certificados emitidos para os anos de 2005 a 2009.

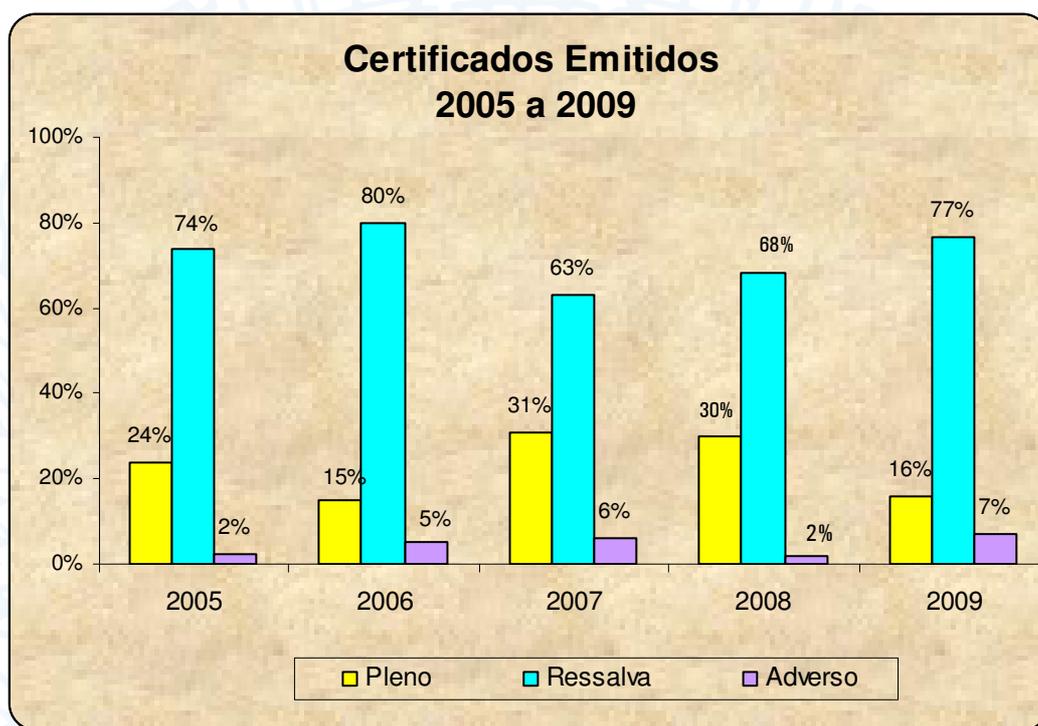


5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.3.1) Auditoria Geral

Exame para a Certificação da Prestação de Contas dos Responsáveis por Almojarifados

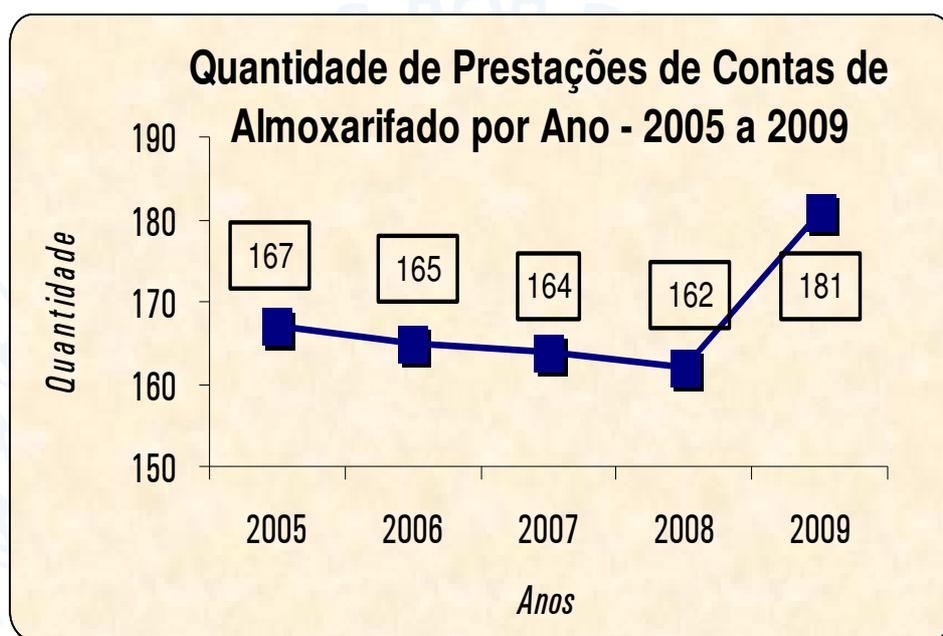
A seguir é apresentada a composição dos certificados relativos às Prestações de Contas dos Almojarifados dos exercícios de 2005 a 2009.



5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.3.1) Auditoria Geral

O Gráfico a seguir demonstra a evolução da quantidade de Prestações de Contas dos Responsáveis por Almoxarifados avaliadas no período de 2005 a 2009.



5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

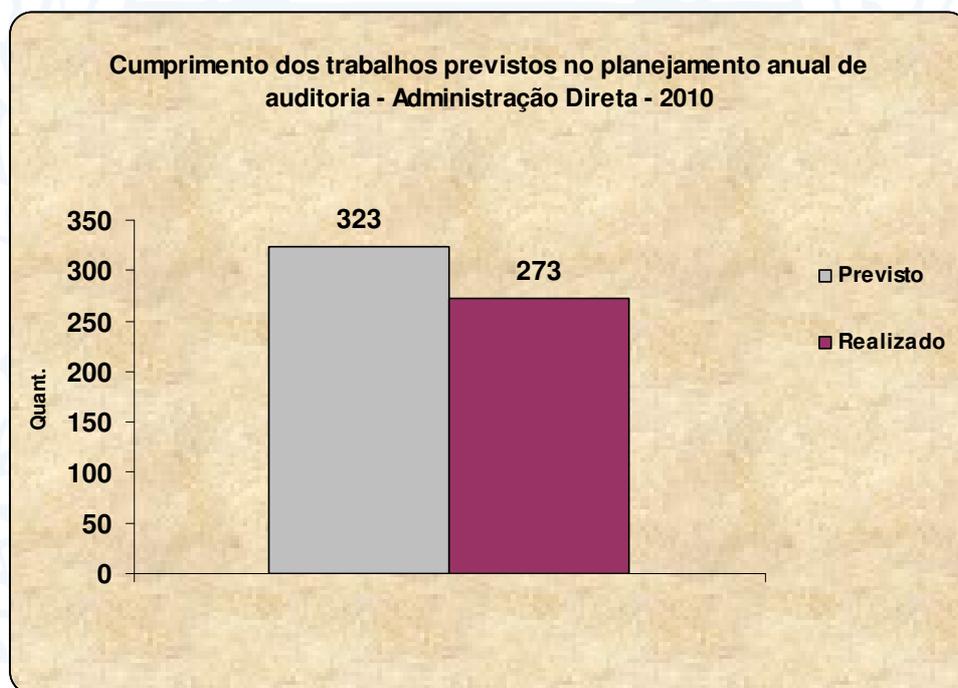
5.3.1) Auditoria Geral

Gerenciamento dos Trabalhos Desenvolvidos

Os gráficos a seguir demonstram o cumprimento dos trabalhos previstos no planejamento anual de auditoria para a Administração Direta, Indireta e Fundacional.

a) Pelos Auditores nos Órgãos da Administração Direta

O Gráfico a seguir demonstra o cumprimento do Plano Anual de Auditorias.

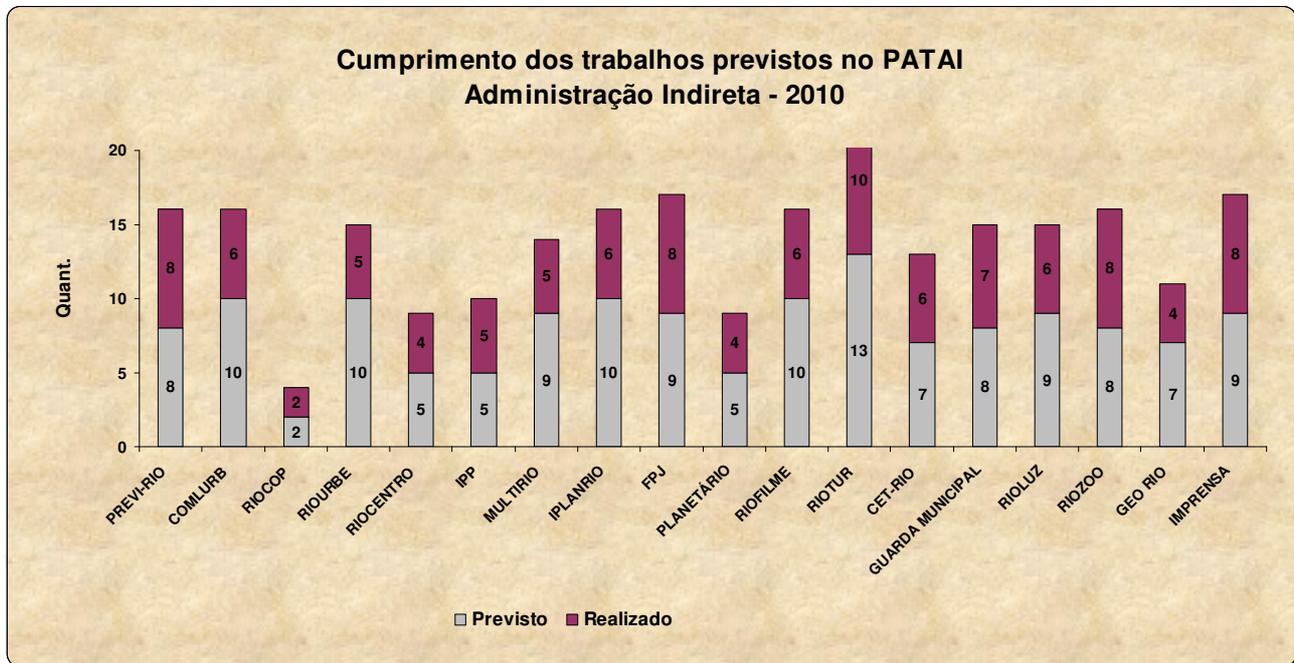


b) Pelos Auditores Internos nas Entidades da Administração Indireta / Fundacional

O Gráfico a seguir demonstra o cumprimento dos Planos Anuais de Trabalho das Auditorias Internas (PATAIs).

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.3.1) Auditoria Geral



Nota: O gráfico acima totaliza 108 trabalhos realizados, sendo que 92 geraram relatórios de auditoria e os demais 16 tiveram suas análises incorporadas aos relatórios de gestão das unidades.

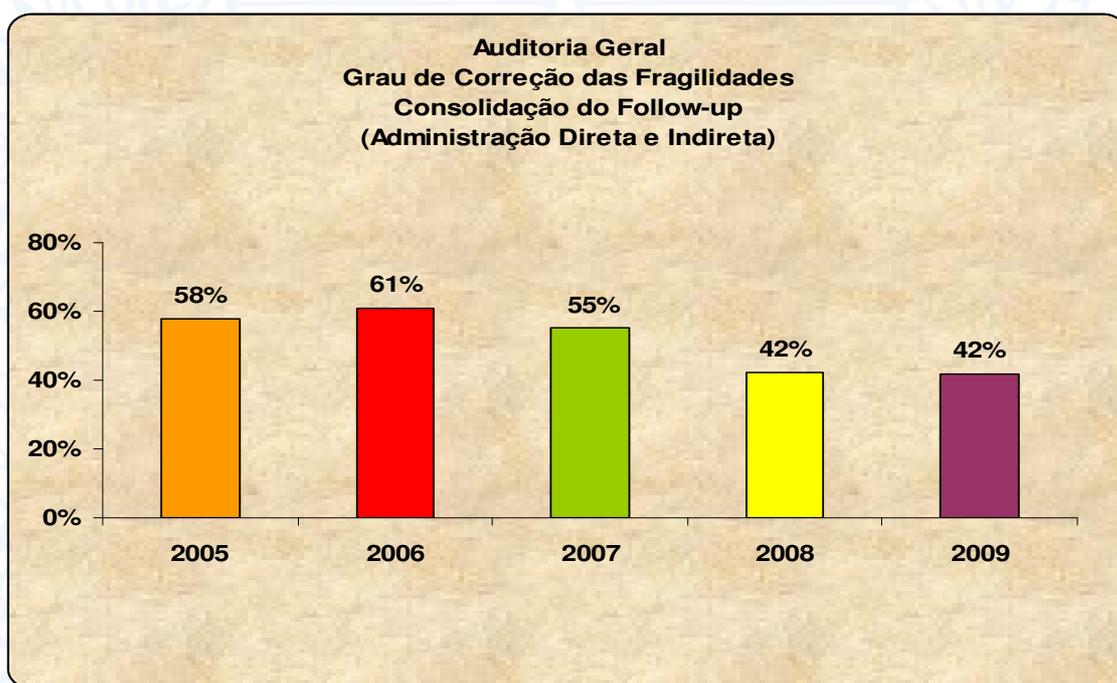
5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.3.1) Auditoria Geral

Monitoramento da Implementação das Recomendações de Auditoria – Follow-up

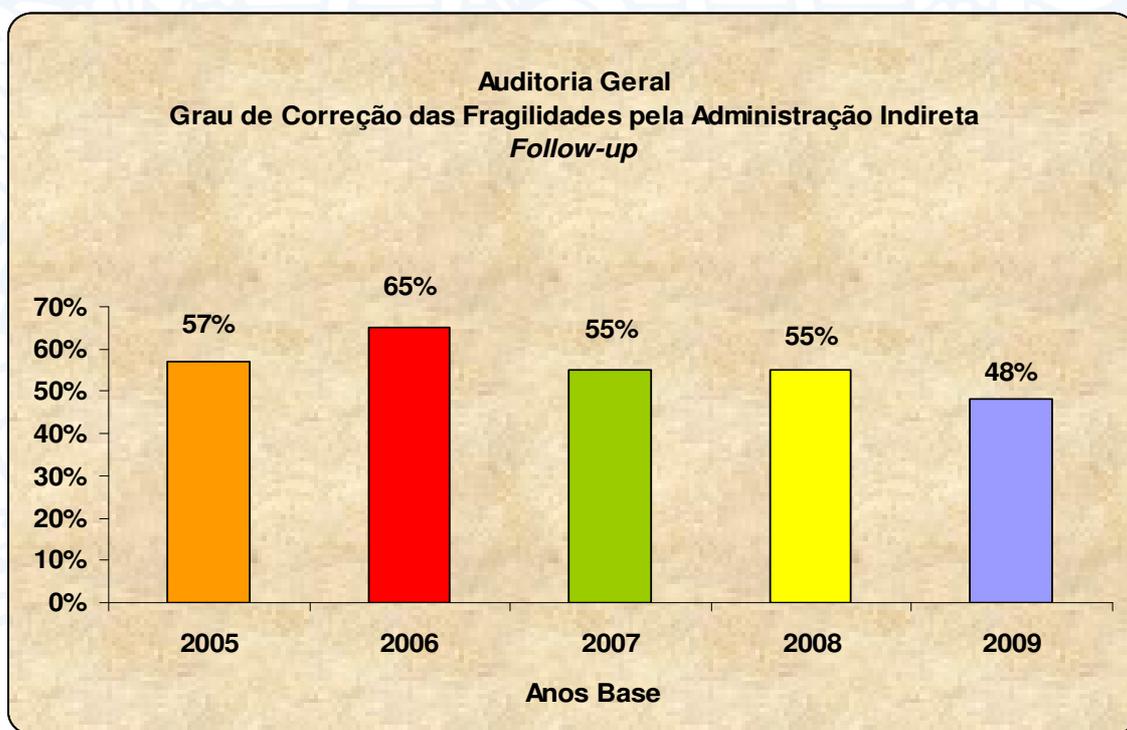
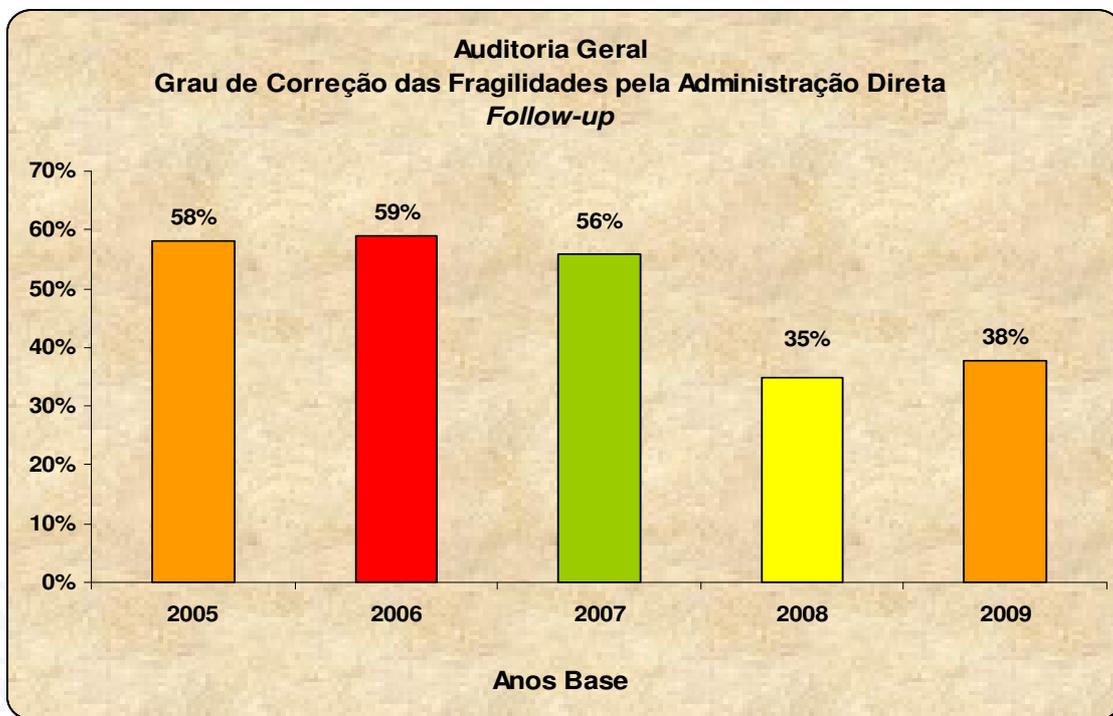
O acompanhamento das implementações das ações promovidas para sanar as fragilidades identificadas nos exames de auditoria é um procedimento realizado anualmente pela Auditoria Geral. O resultado deste acompanhamento é incorporado às Prestações de Contas dos titulares pelas unidades municipais.

Os Gráficos a seguir apresentam a evolução deste indicador relativo aos exames dos períodos de 2005 a 2009.



5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.3.1) Auditoria Geral



5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.3.2) Contadoria Geral



Com a publicação do Decreto nº 33.013, de 3 de novembro de 2010, que alterou a estrutura organizacional da Controladoria Geral do Município, a Contadoria Geral passou a ser subordinada à Subcontroladoria de Integração de Controles, sendo suas competências as seguintes:

- Orientar, coordenar e supervisionar as atividades e produtos desenvolvidos nas unidades subordinadas, em consonância com as diretrizes definidas;
- acompanhar e avaliar os resultados dos registros contábeis dos atos e fatos da Administração Pública Municipal;
- manter e aprimorar o Plano de Contas Único da Administração Pública Municipal;
- aprimorar o processo de registro contábil padronizado dos atos e fatos da Administração Pública Municipal, interagindo com os responsáveis pelos setores de contabilidade da Administração Indireta e Fundacional e da Auditoria Geral;
- desenvolver estudos visando a automatização de registros contábeis, através da integração do sistema contábil com sistemas corporativos municipais;
- acompanhar as normas de contabilidade aplicadas ao setor público, adotando os procedimentos necessários para sua implementação na Administração Pública Municipal;
- acompanhar publicações, normas e legislações que possam influenciar a operação dos sistemas informatizados e atividades sob sua responsabilidade;
- elaborar e divulgar a Prestação de Contas da Gestão do Município;

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.3.2) Contadoria Geral



- exercer a gestão dos sistemas informatizados corporativos de contabilidade da Administração Pública Municipal;
- divulgar os demonstrativos contábeis da Administração Direta e seus Fundos Especiais;
- divulgar os anexos em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, demonstrativos dos limites de aplicação de recursos municipais em ações e serviços públicos de saúde, manutenção e desenvolvimento do ensino e demais limites legais;
- divulgar os manuais de operação e procedimentos dos sistemas informatizados corporativos de contabilidade;
- elaborar, em conjunto com a Secretaria Municipal de Fazenda, e divulgar o Classificador das Despesas e Receitas Orçamentárias, de acordo com a legislação vigente;
- interagir com os demais órgãos e entidades da Administração Pública Municipal visando o adequado registro dos atos e fatos administrativos que impactam o Patrimônio Municipal;
- avaliar as atividades do Subsistema de Contabilidade, editando ou sugerindo à Subcontroladoria de Integração de Controles a edição ou alteração de atos normativos, concernentes a procedimentos contábeis e ao Sistema de Controle Interno;
- propor ao Controlador Geral sanções aos Administradores pela realização de atos de gestão da Administração Pública Municipal que possam impactar o atendimento dos prazos legais dos demonstrativos obrigatórios;
- manter atualizados os indicadores de desempenho decorrentes de suas atividades.

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.3.2) Contadoria Geral



Em 2010 foram gerados os seguintes produtos e desenvolvidas as seguintes atividades:

- A Prestação de Contas da Gestão, principal produto da Contadoria Geral, foi elaborada no 1º trimestre de 2010 e publicada em suplemento especial do Diário Oficial do Município, no dia 15 de abril de 2010, cumprindo assim o prazo legal previsto no artigo 109 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro - LOMRJ. Igualmente, em cumprimento ao inciso XII do artigo 107 da LOMRJ, a Prestação de Contas foi entregue concomitantemente ao Tribunal de Contas do Município e à Câmara de Vereadores no dia 16 de abril de 2010, através dos Ofícios GBP nºs 116 e 117, de 13 de abril de 2010.
- Em atendimento à Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 147, de 05 de março de 2009, foram transmitidos à União, através do Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação – SISTN, os Quadros dos Dados Contábeis Consolidados da PCRJ, em 28 de abril de 2010, e as informações para o Cadastro de Operações de Crédito referente às operações de crédito que compõem o saldo da dívida consolidada, que foram transmitidas em 08 de fevereiro de 2010.
- Elaboração do Classificador da Receita e Despesa para o exercício de 2010, através da Resolução Conjunta CGM/SMF nº 049, de 04 de fevereiro de 2010, e suas respectivas atualizações que ocorreram através das Resoluções Conjuntas CGM/SMF nº 051 de 20 de maio de 2010, CGM/SMF nº 053 de 02 de setembro de 2010 e CGM/SMF nº 056 de 15 de dezembro de 2010.
- Elaboração das Demonstrações Contábeis (Balancetes Orçamentário, Financeiro e Patrimonial) da Administração Direta e dos Fundos Especiais, com o respectivo envio ao Tribunal de Contas do Município e Gestores, referente aos meses de dezembro/2009 e janeiro a novembro/2010. Foram produzidos 42 relatórios mensais até o mês de abril/2010, 45 de maio a julho/2010, 46 de agosto e setembro/2010 e 48 de outubro e novembro/2010, totalizando 533 (quinhentos e trinta e três) relatórios no exercício de 2010. Neste item, destacamos a criação de 2 (dois) Fundos Especiais, sendo: o Fundo Especial de Iluminação Pública (Lei nº5.132

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.3.2) Contadoria Geral



/2009 e Decreto nº 32.238, de 06 de maio de 2010) e o Fundo Municipal do Idoso (Lei nº 5.208 de 01/07/2010 e Decreto nº 32.610, de 10/08/2010) que demandou da Contadoria Geral a especificação de novos relatórios no sistema FINCON, além do permanente controle contábil destes Fundos Especiais

- Elaboração dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e dos Relatórios de Gestão Fiscal, em cumprimento ao estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, através das Resoluções CGM nº 944, 945, 948, 954, 962, 963, 972, 978, 979 e 984, totalizando 80 (oitenta) relatórios emitidos no exercício de 2010.
- Transmissão, à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, dos 80 (oitenta) relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal, através do Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação – SISTN, cujo objetivo é coletar dados e informações contábeis dos poderes e órgãos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios brasileiros, conforme previsto na legislação vigente e portarias expedidas pela STN.
- Elaboração do Relatório do Desempenho da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro frente à Lei de Responsabilidade Fiscal e participação nas Audiências Pública realizadas na Câmara de Vereadores nos dias 18 de março de 2010 (3º quadrimestre de 2010), 17 de junho de 2010 (1º quadrimestre de 2010) e dia 18 de novembro de 2010 (2º quadrimestre de 2010), em cumprimento ao § 4º do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Elaboração do Demonstrativo das Despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino do 6º bimestre de 2009 e 1º ao 5º bimestres de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 72 da Lei Federal nº 9.394/96, através das Resoluções CGM nº 946, 955, 964, 973, 980 e 985.
- Elaboração do Demonstrativo das Despesas com Aplicações em Ações e Serviços Públicos de Saúde do 2º semestre de 2009 e 1º semestre de 2010, de acordo com a Emenda Constitucional n.º 29/2000, através das Resoluções CGM nº 947 e 974.

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.3.2) Contadoria Geral



- Informações prestadas ao Ministério da Saúde, em 11 de março de 2010, referente ao 2º semestre de 2009, e em 31 de agosto de 2010, referente ao 1º semestre de 2010, através do Sistema de Informações sobre o Orçamento Público em Saúde – SIOPS, e que também foram encaminhadas ao Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil e ao Conselho Municipal de Saúde.
- Análise de 190 (cento e noventa) processos de crédito suplementar e/ou descontingenciamento em atendimento ao Decreto nº 31.875, de 27 de janeiro de 2010, que estabelece normas de execução orçamentária e programação financeira para o exercício de 2010 e dá outras providências, constando no anexo 1 a relação dos processos analisados.
- Elaboração de 19 (dezenove) pareceres em resposta a diligências baixadas pelo Tribunal de Contas do Município, constando no anexo 2 a relação dos pareceres emitidos.
- Elaboração de 73 (setenta e três) pareceres em resposta a consultas de diversos órgãos da PCRJ, constando no anexo 3 a relação dos pareceres emitidos.
- Elaboração da Resolução CGM nº 988, de 09 de dezembro de 2010, que estabelece normas sobre o Encerramento do Exercício Financeiro de 2010, divulga os prazos a serem cumpridos e dá outras providências.
- Cadastramento de 224 (duzentos e vinte e quatro) novos usuários no Sistema FINCON.
- Cadastramento de regras de contabilização no Sistema FINCON, conforme quadro abaixo:

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.3.2) Contadoria Geral



Tipo	Órgão	Inclusões	Exclusões
Anulação de Pagamento de Retenção	Adm. Direta	28	28
Anulação de Pagamento de Retenção	Adm. Indireta	18	15
Implantação do Módulo de Contabilidade	Riocentro	335	2
Implantação do Módulo de Contabilidade	Riocop	126	-
Despesa de Pessoal	GM-RIO	3	-
Anulação de Empenho	Previrio	4	-
Despesa de Pessoal	PGM	7	-
Despesa de Pessoal	Iplanrio/Cetrio/Riofilme	8	-
Interface com o Sistema de Arrecadação	Adm. Direta	58	-
Pagamento de Retenção das Entidades Centralizadas	Autarquias e Fundações	1	1
Pagamento de Despesa Orçamentária no módulo de Tesouraria - Modalidade 91	Autarquias e Fundações	20	20
Total		608	66

Como a Contadoria Geral busca constantemente o aprimoramento de suas atividades, em 2010 destacamos as seguintes novas ações realizadas:

- Implantação do RIOCENTRO e RIOCOP no módulo contábil do Sistema FINCON.
- Implantação do RIOCENTRO no Sistema de Unidade de Tesouraria, através da Resolução Conjunta CGM/SMF nº 50, de 10 de fevereiro de 2010.
- Implantação do módulo de Registro de Preço no Sistema FINCON.
- Realização de treinamento para 120 (cento e vinte) usuários do Sistema FINCON, para acesso às funções do módulo de Registro de Preços, sendo 10 (dez) usuários do perfil "Órgão Gerenciador de RP" e 110 (cento e dez) usuários do perfil "Solicitante".
- Implantação de função de Conciliação Bancária Automática no Sistema FINCON.

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.3.2) Contadoria Geral



- Aprimoramento da regra do Sistema FINCON que exige o preenchimento do documento de cobrança na função de Liquidação da Despesa, realizado em conjunto com a CG/SIC/ATCIG e CG/SIC/CGAD, tendo sido publicada a Resolução CGM nº 965, de 10 de junho de 2010.
- Adequação, em conjunto com a CG/SIC/ATCIG, do Aplicativo Rio Transparente em atendimento à Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, que acrescenta dispositivos à LRF a fim de determinar a disponibilização em tempo real de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Preparação, para implantação em 2011 da MULTIRIO e RIO-URBE, do módulo contábil do Sistema FINCON.
- Especificação de relatórios no Sistema FINCON que apresentam a execução orçamentária por subtítulos.
- Realização de pesquisa de satisfação dos usuários do sistema FINCON.
- Aprimoramento da interface entre o Sistema FNCON e o Sistema do Tribunal de Contas do Município.

Além das Resoluções já citadas, foram elaboradas também as seguintes Resoluções:

- Resolução CGM n.º 956, de 08 de abril de 2010, que divulga os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais da Administração Direta do Município do Rio de Janeiro encerrados em 31 de dezembro de 2009.
- Resolução CGM n.º 958, de 16 de abril de 2010, que divulga a republicação de anexos das Resoluções CGM nº 948, 944, 945 e 946, de 28 de janeiro de 2010.

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.3.2) Contadoria Geral



- Resolução CGM n.º 960, de 24 de maio de 2010, que institui os modelos de relatórios a serem elaborados pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro – CDURP, em atendimento ao Decreto n.º. 32.166, de 26 de abril de 2010.
- Resolução CGM n.º 981, de 29 de outubro de 2010 que estabelece o envio de informações contábeis para elaboração do Anexo V – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, do Relatório de Gestão Fiscal - RGF.
- Resolução Conjunta CGM/SMF n.º 54 de 08 de outubro de 2010, que dispõe sobre a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica dos Fundos Especiais vinculados aos órgãos da Administração Direta do Município do Rio de Janeiro.
- A Contadoria Geral também participou da elaboração da Resolução Conjunta SMF/CGM n.º 153, de 26 de agosto de 2010, que dispõe sobre procedimentos de abertura de conta corrente bancária específica vinculada aos convênios firmados com a União, e sobre a transferência de valores relativos à contrapartida antecipada ao repasse e dá outras providências.

Dentro do plano de capacitação de servidores a Controladoria Geral, no exercício de 2010, foram oferecidos 29 (vinte e nove) treinamentos, distribuídos nas seguintes áreas de conhecimento: 14 (quatorze) em contabilidade, 7 (sete) em informática, 3 (três) em comportamento organizacional, 1 (um) em licitação e contratos e 4 (quatro) em outras áreas de conhecimento. Considerando que um servidor pode participar de vários treinamentos, no exercício de 2010, foram treinados 128 (cento e vinte e oito) servidores.

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.3.2) Contadoria Geral



5.3.2.1) Projetos Associados às Ações Estratégicas – 4 projetos

Durante 2010, foram desenvolvidos projetos associados às seguintes Ações Estratégicas:

a) Ação nº 09: Implementar o Módulo de Registro de Preços.

Status: Meta cumprida.

b) Ação nº 10: Implementar o débito automático para as concessionárias.

Status: Meta suspensa em função de mudança pelo Tesouro Municipal na especificação da função.

c) Ação nº 11: Estudar o módulo de Notas Fiscais.

Status: Meta cumprida, tendo sido emitido o Relatório CG/CTG nº 002/2010.

d) Ação nº 17: Implementar a conciliação bancária automática.

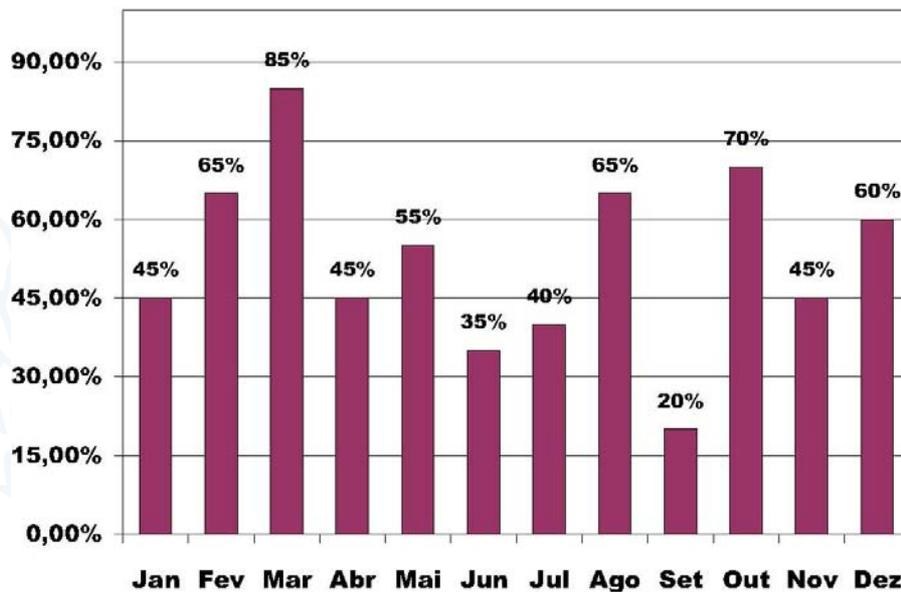
Status: Meta cumprida.

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

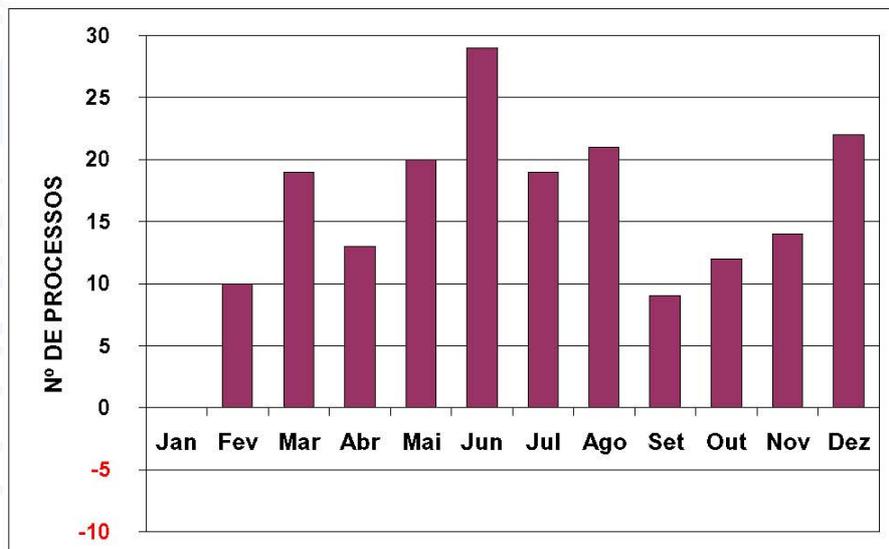
5.3.2) Contadoria Geral

5.3.2.2) Indicadores das Principais Atividades

PERCENTUAL DE NÃO CUMPRIMENTO DE PRAZO NA ENTREGA DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS PELOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - EXERCÍCIO DE 2010



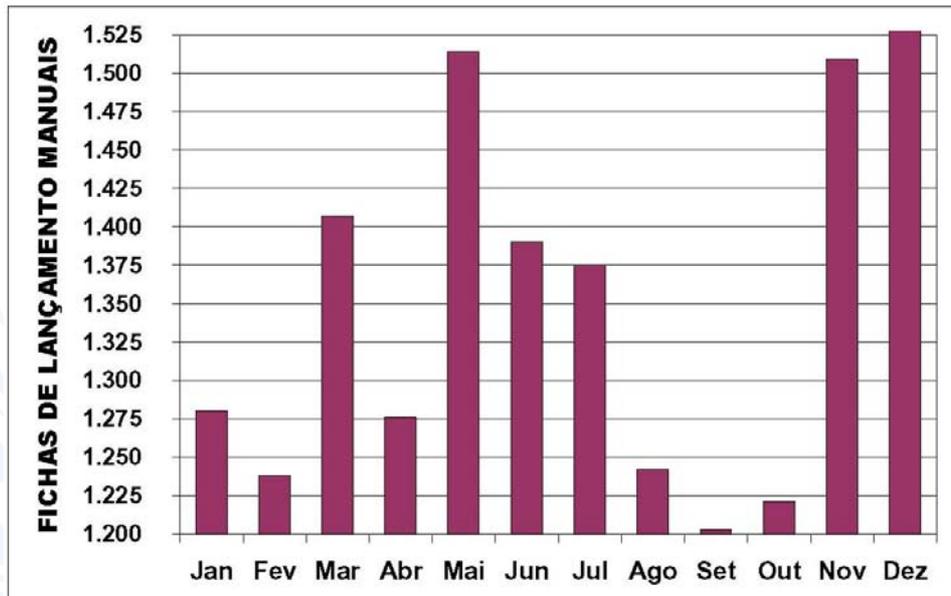
QUANTIDADE DE PROCESSOS ANALISADOS DE ABERTURA DE CRÉDITO/DESCONTIGENCIAMENTO - EXERCÍCIO DE 2010



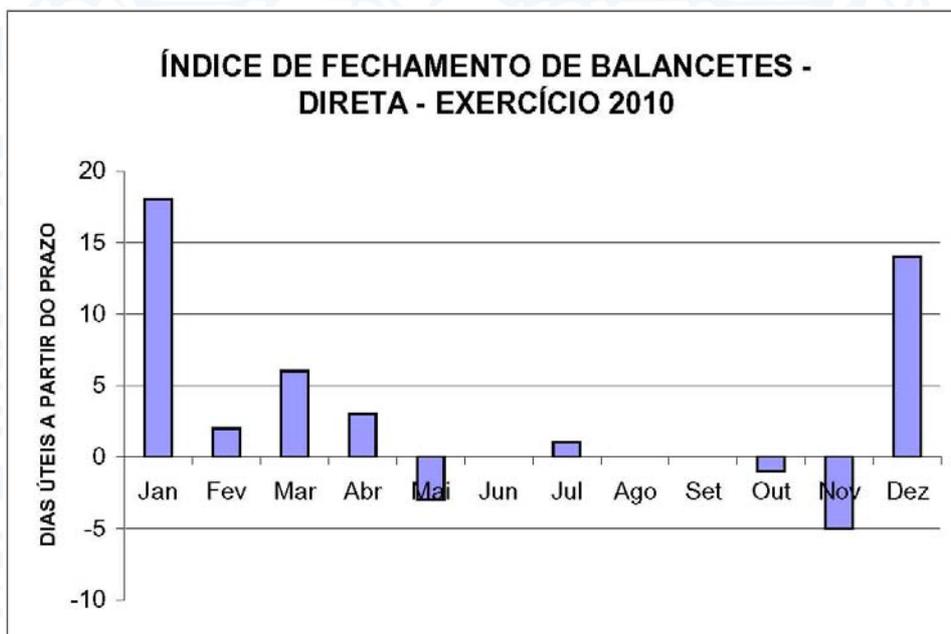
5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.3.2) Contadoria Geral

**QUANTIDADE DE LANÇAMENTOS MANUAIS DO FINCON
INCLUINDO OS ÓRGÃOS DIRETA, TCM E CÂMARA - EXERCÍCIO 2010**



**ÍNDICE DE FECHAMENTO DE BALANCETES -
DIRETA - EXERCÍCIO 2010**



5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.3.3) Coordenadoria Geral de Análises da Despesa



As competências para as atividades finalísticas da CGAD, de acordo com o Decreto nº 33.013 de 03/11/2010, são as seguintes:

- orientar, coordenar e supervisionar as atividades e produtos desenvolvidos nas unidades subordinadas, em consonância com as diretrizes definidas;
- elaborar e submeter à aprovação da CONINT o Plano Anual de Análises de Processos de Despesa e Inspeções Físicas;
- informar às demais áreas da Controladoria Geral, o resultado das análises realizadas que possam impactar atividades específicas de outros setores;
- disponibilizar, periodicamente, relatórios dos produtos das análises desenvolvidas;
- acompanhar publicações, normas e legislações que possam influenciar as atividades e produtos desenvolvidos nas unidades subordinadas;
- editar ou sugerir à Subcontroladoria de Integração de Controles a edição ou alteração de atos normativos, concernentes ao Sistema de Controle Interno;
- manter atualizados os indicadores de desempenho decorrentes de suas atividades.

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.3.3) Coordenadoria Geral de Análises da Despesa



5.3.3.1) Projetos Associados às Ações Estratégicas – 09 Projetos

a) Ação nº 27 – Aprimorar análise de processo de despesa com ênfase em verificação "in loco". Status – Ação 100% concluída, restando a aprovação da CONINT.

b) Ação nº 12 – Instituir atividade de Inspeções Físicas. Status – Foi prevista a realização de 25 inspeções físicas para o período, tendo sido realizadas 87 inspeções portanto 248% além da meta prevista.

c) Ação nº 05 – Instituir sistema de controle de análises preventivas de processos. Status – Foi prevista como meta de resultado para 2010 a implantação de 76% do sistema, tendo sido atingido o percentual de 61%. A diferença de realização justifica-se pelas alterações necessárias nos levantamentos dos requisitos iniciais em razão da mudança na forma de atuação do setor definida pela direção da CGM. Temos também que destacar as alterações nos analistas responsáveis pelo desenvolvimento do sistema em razão da evasão do quadro de funcionários da Iplanrio.

d) Ação nº 08 – Aprimorar o sistema SISGEN. Status – Ação 100% concluída.

e) Ação nº 24 – Ampliar o monitoramento integrado de informações do SISGEN. Status – Ação 100% concluída.

f) Ação nº 25 – Revisar o processo de acompanhamento de preços realizado pela CGAD. Status – Ação 100% concluída.

g) Ação nº 07 – Implantação do Módulo Gerencial do SPMM. Status – Ação 100% concluída.

h) Ação nº 26 – Criar método para implementação de monitoramento. Status – Ação 100% concluída.

i) Ação nº 06 – Reestudar o Sistema de Convênios. Status – Ação 100% concluída.

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.3.3) Coordenadoria Geral de Análises da Despesa

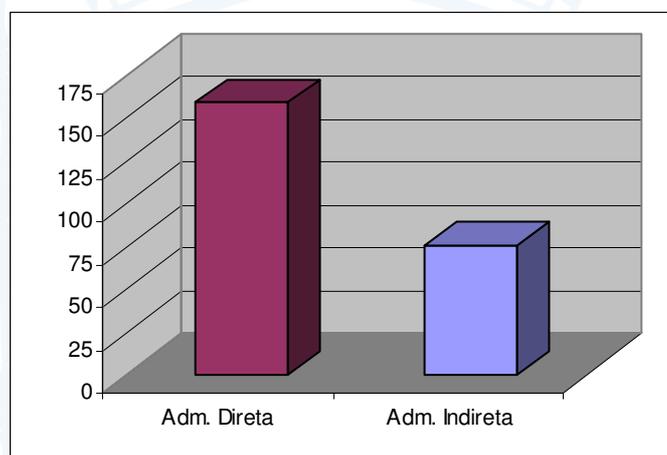


5.3.3.2) Indicadores das Principais Atividades

As principais atividades da Coordenadoria Geral de Análises da Despesa podem ser expressas pelos seguintes indicadores:

- Análises realizadas em virtude de processos solicitados – Análises específicas

Processos analisados – 235, conforme gráfico a seguir:



- Análises realizadas em virtude de assuntos diversos – Análises Específicas

- Processos analisados – 43, distribuídos nos seguintes assuntos:

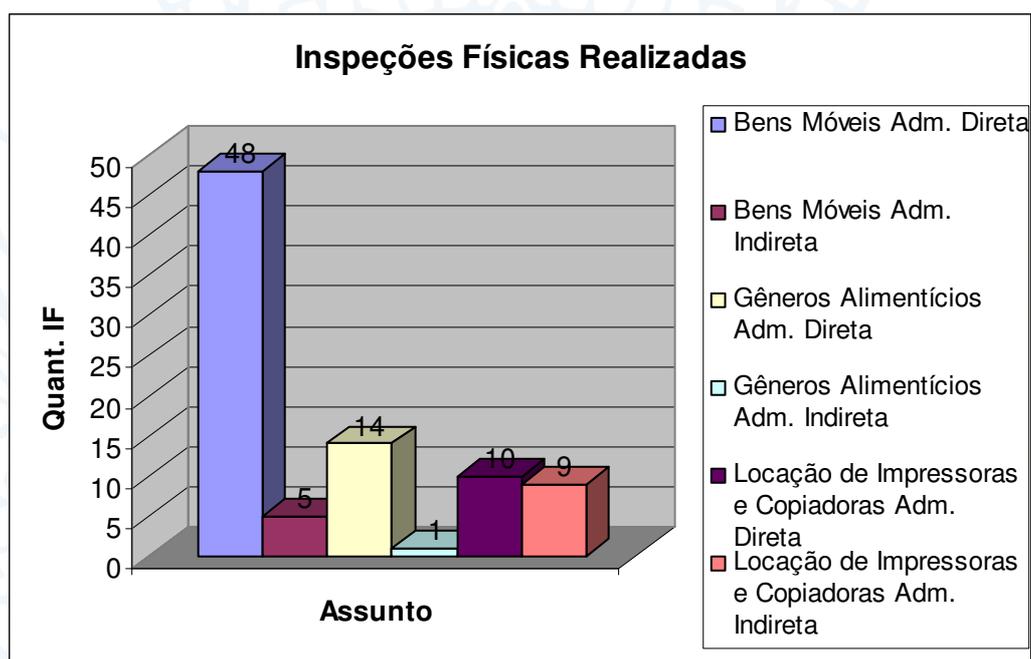
- Solicitações do gabinete do Controlador;
- Decreto nº. 30.539/09;
- Análise de licitações centralizadas;
- SDP – Solicitação;
- SDP – Prestação de Contas;
- Reequilíbrio Econômico-Financeiro;
- Sindicância;
- Convênio;
- Seguros;
- Contratação de Serviços.

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.3.3) Coordenadoria Geral de Análises da Despesa

- Inspeções físicas realizadas:

- Inspeções físicas realizadas – 87, conforme quadro a seguir:



5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.3.3) Coordenadoria Geral de Análises da Despesa



- Análise de preços:

Categorias	Número de Relatórios Emitidos p/ano	Número aproximado de itens p/relatório	Periodicidade das Pesquisas	Periodicidade dos Relatórios
Serviços de Limpeza e Conservação	2	50	Semestral	Semestral
Serviço de Vigilância e Segurança	2	25	Semestral	Semestral
Sistema de Custos de Obras e Serviços de Engenharia – SCO-RIO	12	3200	Mão de Obra – Anual Equipamentos – Semestral Materiais – Trimestral	Mensal
Gêneros Alimentícios	24	223	Quinzenal	Quinzenal
Materiais de Uso Geral e Informática	12	187	Mensal	Mensal

- Análises realizadas no processo encaminhado para liquidação contábil:

ÓRGÃO / ENTIDADE	PROCESSOS ANALISADOS	PROCESSOS EM EXIGÊNCIA	% PROCESSOS EM EXIGÊNCIA / ANALISADOS
PGM	37	1	2,7027%
SEPDA	319	58	18,1818%
SESQV	223	35	15,6951%
SETUR	173	32	18,4971%

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.3.3) Coordenadoria Geral de Análises da Despesa

ÓRGÃO / ENTIDADE	PROCESSOS ANALISADOS	PROCESSOS EM EXIGÊNCIA	% PROCESSOS EM EXIGÊNCIA / ANALISADOS
SMA	1071	81	7,5630%
SMAS	2306	342	14,8309%
SME	497	117	23,5412%
SMPD	1027	130	12,6582%
SMTE	511	94	18,3953%
CGM	531	8	1,5066%
CVL/GBP	1850	201	10,8649%
SECT	242	58	23,9669%
SEDES	182	32	17,5824%
SEOP	681	59	8,6637%
SMC	2039	202	9,9068%
SMF	1556	123	7,9049%
SMTR	517	45	8,7041%
VISA	781	153	19,5903%
SMSDC	37301	4054	10,8683%
SERIO	143	6	4,1958%
SECONSERVA	2130	225	10,5634%
SMAC	666	68	10,2102%
SMEL	919	235	25,5713%
SMH	1385	222	16,0289%
SMO	3254	519	15,9496%
FPJ	871	61	7,0034%
GEO-RIO	783	48	6,1303%
IPLANRIO	838	86	10,2625%
IPP	589	27	4,5840%
PLANETARIO	678	102	15,0442%
PREVI-RIO	495	40	8,0808%
RIOCENTRO	334	24	7,1856%
RIOCOP	50	12	24,0000%
RIOTUR	1428	155	10,8543%
RIO-ZOO	780	106	13,5897%
TOTAL	67187	7761	11,5513%

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.4) Assessoria Técnica de Custos e Informações Gerenciais



As principais competências para as atividades finalísticas desenvolvidas pela ATCIG são as seguintes:

- assessorar o Controlador Geral nos assuntos atinentes à área de Custos e Informações Gerenciais;
- elaborar as análises gerenciais demandadas à ATCIG;
- especificar e homologar as funcionalidades e relatórios dos sistemas informatizados sob sua responsabilidade;
- analisar a integração do Sistema de Informações Gerenciais com demais sistemas informatizados transacionais da Administração Pública Municipal, propondo ou coordenando a interação com os respectivos gestores;
- auxiliar os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal na implementação do Sistema e definição dos Indicadores de Custos;
- prover os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal com informações e análises de resultados para o planejamento, controle e prestação de contas;
- acompanhar publicações, normas e legislações que possam influenciar as atividades e a operação dos sistemas informatizados sob sua responsabilidade, propondo e implementando as adequações necessárias;
- elaborar e manter atualizados os manuais de utilização dos sistemas informatizados sob sua responsabilidade, divulgando as mudanças e atualizações;
- dar suporte e capacitação aos usuários, quanto às regras de negócios implementadas nos sistemas informatizados sob sua responsabilidade;
- manter atualizados os indicadores de desempenho decorrentes de suas atividades.

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.4) Assessoria Técnica de Custos e Informações Gerenciais



Em 2010, foram gerados os seguintes produtos e desenvolvidas as seguintes atividades:

- Para melhor atender aos usuários do Sistema de Informações Gerenciais - SIG, concluímos a migração da solução SIG para o novo servidor *blade* adquirido em 2010. A partir de janeiro de 2011, os usuários poderão ter disponível o Sistema de Informações Gerenciais nesta plataforma com uma capacidade maior no tempo de respostas as suas consultas. O controle de acesso será por usuário e não mais por licença institucional disponibilizada por grupo de usuários em cada órgão da PCRJ, atendendo a política de segurança definida pela IplanRio.
- Ainda em 2010, o SIG implementou a visão "Consulta Convênios a Vencer nos Próximos 4 Meses" e "Créditos Adicionais", além de implantar a atualização diária dos dados extraídos da Réplica FINCON. Através deste módulo, foi possível implantar os indicadores de Execução de Subtítulo.
- Foram criados no módulo de custos indicadores de verba do Sistema Ergon: variação mensal, por órgão e por competência. Ainda no módulo de custos do Sistema de Informações Gerenciais, houve a implantação dos indicadores de gestão e custo da Iplan Rio em 2010 e a apresentação das Estruturas Formal e Funcional por órgão - módulo de custos/SIG.
- Coube à ATCIG a coordenação do grupo de trabalho para elaboração da Resolução CGM 965 que dispõem sobre o preenchimento de informações necessárias a apropriação de custos na tela de registro de liquidação da despesa no Sistema Contábil – FINCON.
- Para atender a Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e determina a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o Aplicativo Rio Transparente disponibilizou novas visões, a saber: Quadro de Detalhamento da Despesa (Orçamentário); Programa; Ação (Orçamentário); Modalidade de Licitação; Contratos.

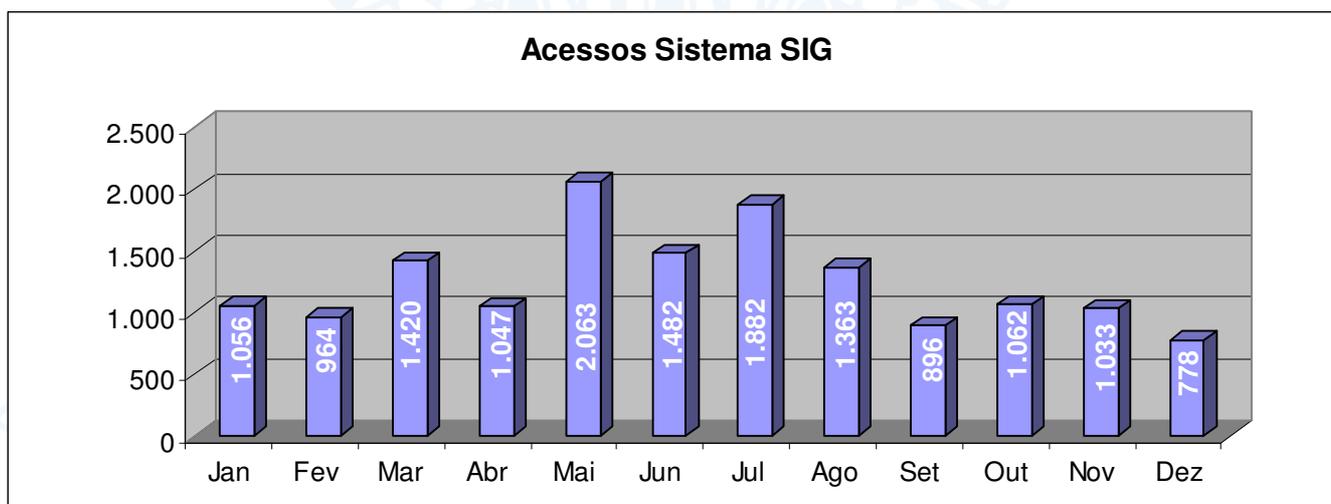
5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.4) Assessoria Técnica de Custos e Informações Gerenciais

5.4.1) Indicadores das Principais Atividades

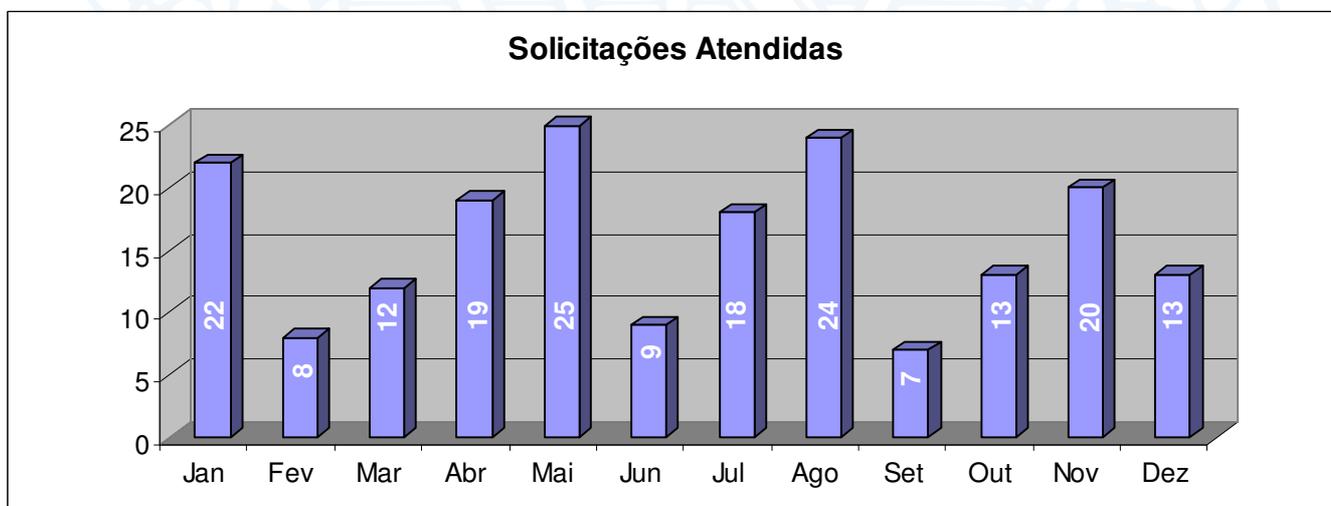
Quantidade de acesso ao Sistema de Informação Gerencial

Total de 15.046 acessos, conforme gráfico a seguir:



Quantidade de solicitações atendidas sobre Análises Gerenciais de Custos

Total de 190 solicitações, conforme gráfico abaixo:

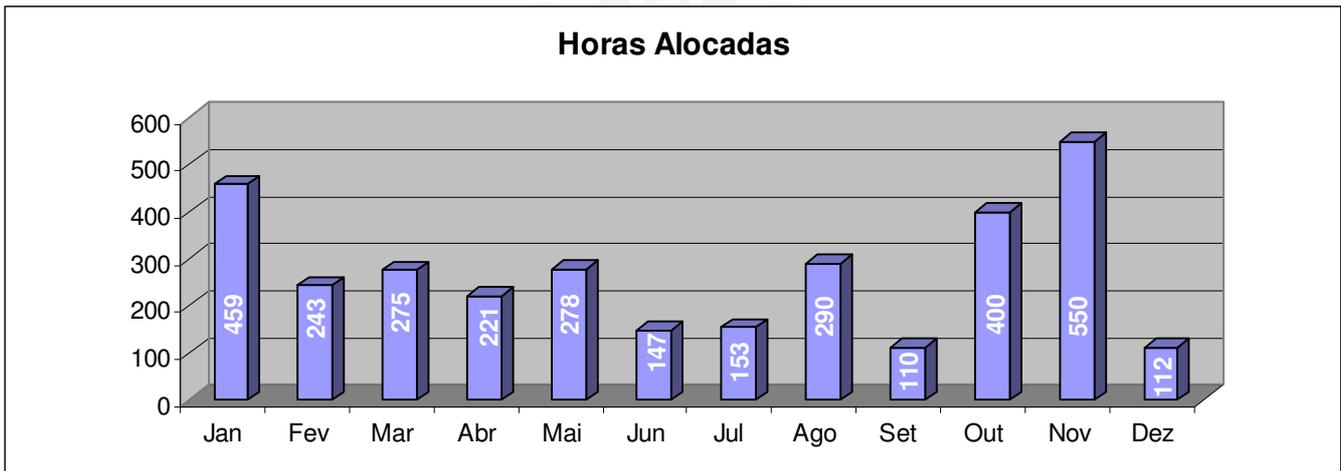


5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.4) Assessoria Técnica de Custos e Informações Gerenciais

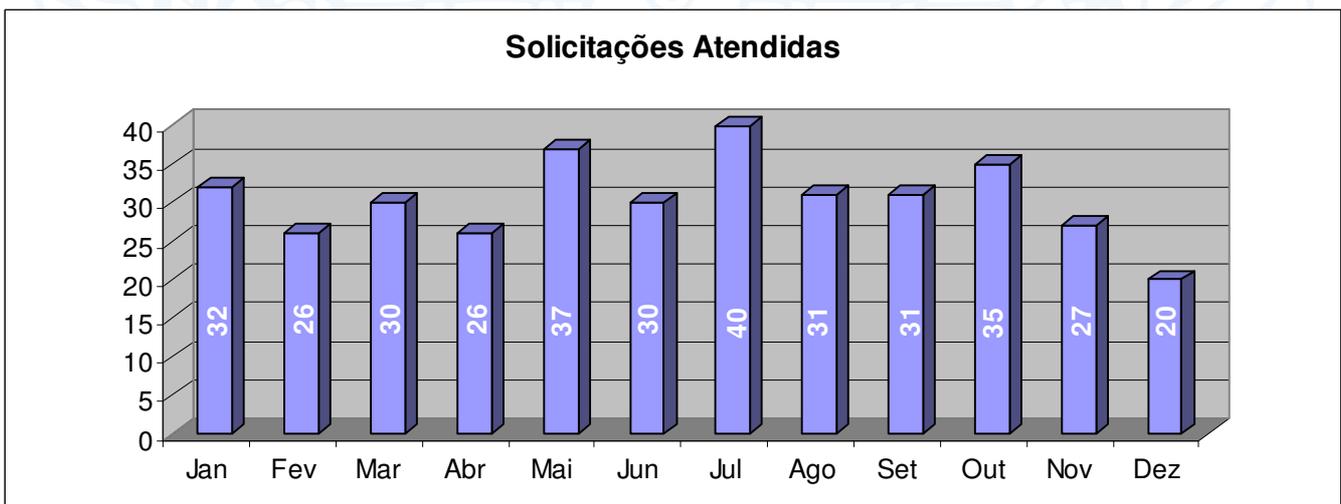
Quantidade de horas alocadas nas solicitações sobre Análises Gerenciais de Custos

Total de 3.238 horas, conforme gráfico a seguir:



Quantidade de solicitações atendidas sobre Análises Gerenciais de Receita e Despesa

Total de 365 solicitações, conforme gráfico a seguir:

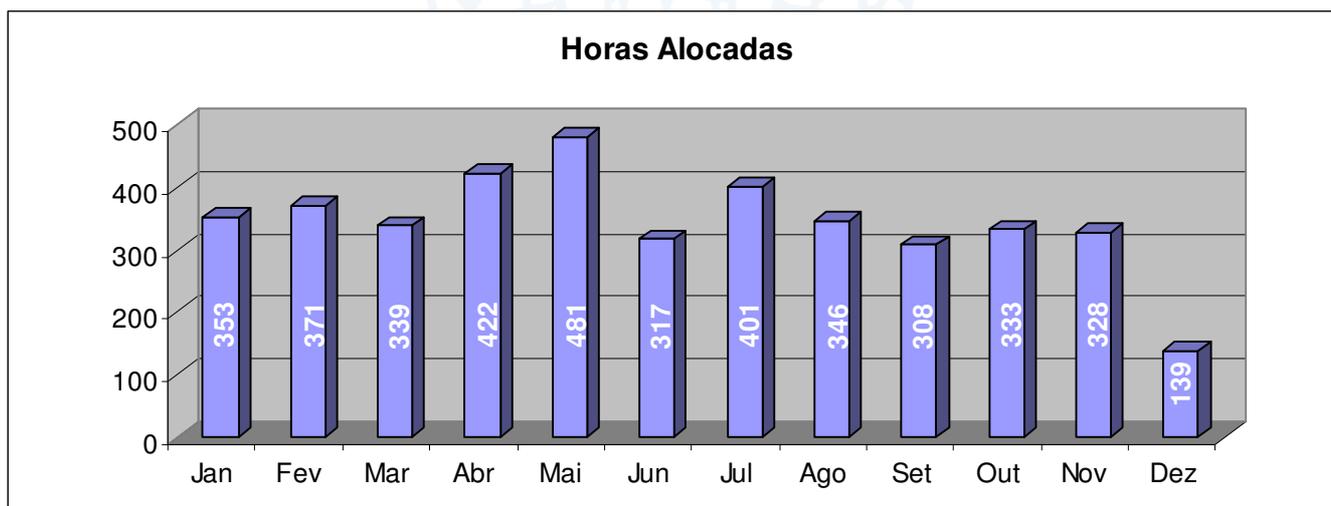


5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.4) Assessoria Técnica de Custos e Informações Gerenciais

Quantidade de horas alocadas nas solicitações sobre Análises Gerenciais de Receita e Despesa

Total de 4.138 horas, conforme gráfico a seguir:



5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.5) Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais de Controle



A Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais de Controle da Controladoria Geral do Município (CG/ATRIC), criada em novembro de 2010 pelo Decreto nº 33.013/10, recebeu as seguintes competências:

1. Coordenar o relacionamento interinstitucional entre a CGM e órgãos e entidades de controle, e outros de interesse da CGM, articulando ações integradoras;
2. Coordenar intercâmbios técnicos entre a CGM e órgãos e entidades de controle e outros de interesse da CGM, articulando ações para o conhecimento mútuo das práticas de controle adotadas;
3. Coordenar as visitas técnicas realizadas à CGM;
4. Desenvolver estratégias de comunicação e ações de relacionamento com organizações públicas e privadas e com a sociedade, com vistas ao fortalecimento da gestão pública;
5. Promover eventos técnicos que visem a disseminação de práticas e estudos realizados em temas relativos ao controle;
6. Monitorar as ações estratégicas da CGM e coordenar o processo de planejamento estratégico;
7. Disseminar, junto à CGM, legislação, normas e demais informações de interesse do controle interno, bem como os resultados das ações da Atric;
8. Manter atualizado o Manual de Procedimentos de Controle Interno e a legislação da CGM no sistema único de legislação.

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.5) Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais de Controle



Algumas dessas competências já eram desenvolvidas na estrutura anterior pela Subcontroladoria de Integração de Controles, sendo aquelas dispostas nos itens 5 a 8. As demais foram incluídas na referida reestruturação, tratando-se de ações de coordenação centralizada de atividades que eram desenvolvidas isoladamente por cada setor na estrutura anterior.

Em se tratando de uma área criada em 2010, serão detalhados a seguir os procedimentos adotados para a sua implementação.

A fim de atender a essas competências, a CG/ATRIC se organizou em 4 núcleos de trabalho internos, a saber:

- A) Núcleo de Eventos, Ouvidoria e administração geral;
- B) Núcleo de Relacionamento Interinstitucional de Controle e Intercâmbio;
- C) Núcleo de Legislação e Manual;
- D) Núcleo de Monitoramento Estratégico.

As atividades desenvolvidas a partir de agosto de 2010, quando se iniciaram, informalmente as funções da CG/ATRIC, estão reportadas a seguir:

a) Eventos, Ouvidoria e Administração Geral

Núcleo Responsável pela organização de eventos técnicos, pela Ouvidoria da CGM, pelo suporte administrativo às atividades do setor e assessoramento técnico à gestão pelo titular do setor.

As principais atividades desenvolvidas por esse núcleo estão descritas nas seções 5.7 – Ouvidoria e 6 – Eventos Promovidos.

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.5) Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais de Controle



b) Relacionamento Interinstitucional e Intercâmbio

b.1) Relacionamento Institucional

A representação da Controladoria Geral junto à Rede de Controle de Gestão Pública é feita por meio do Assessor-Chefe Técnico da CG/ATRIC e da Subcontroladora de Integração de Controles. As informações sobre os objetivos dessa Rede estão descritas na seção 9 deste Relatório.

Além da participação na Rede de Controle, foi atualizado o cadastro de organizações públicas de controle externo e interno, universidades, faculdades de ciências contábeis e empresas da iniciativa privada. A partir desse cadastro, foi instituída comunicação sistemática com essas organizações, para as quais são enviadas pela CG/ATRIC informativos periódicos sobre a atuação da CGM. Em 2010, esse cadastro totalizou 291 organizações.

O relacionamento interinstitucional da CGM está descrito na Seção 9 deste Relatório.

b.2) Intercâmbio

O núcleo de intercâmbio é encarregado de receber na CGM visitas de outras organizações ou solicitações de informações, processo que foi denominado intercâmbio junto à CGM; bem como proporcionar visitas de servidores da Controladoria a outras instituições, processo denominado de intercâmbio externo.

b.2.1) Intercâmbio junto à CGM

Responsável por coordenar as ações de intercâmbio, representadas por visitas à CGM e por solicitação de informações demandadas à CGM para conhecimento do trabalho desenvolvido.

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.5) Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais de Controle



b.2.1.1) Visitas de Outras Organizações – Programa de Visitas à CGM

Dentre ações para promover a vinda de outras instituições à Controladoria como forma de divulgação dos trabalhos realizados pelo órgão, mas também prevendo a troca de experiências com os visitantes, podemos elencar:

➤ A criação do *Programa de Visitas* aos diversos setores da Controladoria por representantes de outras instituições, considerando as seguintes ações:

- a) Disponibilização no site da CGM de botão de chamada para o *Programa de Visitas*
- b) Criação de e-mail programadevisitas.cgm@pcrj.rj.gov.br
- c) Visita de Benchmarking da equipe ATRIC à Comlurb em 24/08/2010, com o objetivo de buscar as melhores práticas do programa “A Comlurb é Carioca”.
- d) Envio de mala direta para divulgação do programa a instituições públicas e privadas relacionadas ao Controle Interno, e entidades de ensino públicas e privadas que possuem o curso de Ciências Contábeis no Estado do Rio de Janeiro.
- e) Elaboração de apresentação institucional da CGM aos visitantes, com o objetivo de situá-los no contexto da CGM. Essa apresentação informa a estrutura organizacional, principais competências e principais produtos de cada setor, além de informações conceituais básicas sobre Controle Interno, a função principal da CGM.
- f) As visitas recebidas pela CGM são informadas a todos os seus servidores por meio de informativo específico da CG/ATRIC. Essa comunicação se dá em dois momentos: no momento em que o visitante está iniciando sua visita; e no dia seguinte, com o resultado da avaliação do visitante sobre a visita realizada.

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.5) Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais de Controle

Programa de Visitação
Agende sua visita à CGM

Botão criado no Site da CGM.

Programa de Visitação Agende sua visita à CGM

Caso queira conhecer de perto os trabalhos realizados pela CGM, envie e-mail contendo nome, organização a qual pertence, cargo que ocupa e tema de interesse para o endereço: programadevisitas.cgm@pcrj.rj.gov.br

Entraremos em contato para agendar uma data.

Mensagem que aparece ao clicar o botão.

- Realização de levantamento dos produtos e serviços prestados por cada um dos setores da CGM para elaboração, em 2011, do Portfólio CGM, para divulgação dos trabalhos desenvolvidos pelo órgão, como forma de fomento às visitas à CGM.
- Elaboração de Minuta de Metodologia de Intercâmbio junto à CGM

Com o objetivo de sistematizar, padronizar e orientar a execução das tarefas desempenhadas no processo de intercâmbio junto à CGM, desde a etapa do planejamento à etapa de comunicação dos resultados do intercâmbio foi elaborada uma minuta de Metodologia de Intercâmbio junto à CGM. Essa metodologia será instituída em 2011.
- Foram recebidas 02 instituições, sendo 01 vinculada à PCRJ e 01 fora do Estado do Rio de Janeiro, conforme a seguir:

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.5) Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais de Controle



INTERCÂMBIO INTERNO - PROGRAMA DE VISITAS À CGM					
Nº	Dados da Visita				
	Data Solicitação	Nome do órgão	Setor	Área de Interesse	Data da Visita à CGM
01	16/09/10	CET-Rio - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro	CET/PRE/AGI	Conhecer o trabalho da CGM como um todo. Conhecer o contexto em que a Controladoria se insere no Município	30/09/10
02	19/10/10	Prefeitura de Juiz de Fora	Depart. de Auditoria Interna - Subsecretaria do Sistema de Controle Interno - Secretaria de Fazenda	Auditoria de folha	10/11/10

b.2.1.2 Solicitações de Informações

A CG/ATRIC recebeu 03 Solicitações de Informações de órgãos externos acerca de seus procedimentos de trabalhos. Nesse caso, a Atric recebe a solicitação, encaminha para a área técnica competente, monitora e encaminha a resposta ao órgão solicitante.

b.2.2 - Intercâmbio externo – Visitas a outras organizações

Dentre as ações relacionadas à promoção e atendimento às demandas de intercâmbio externo podem ser relacionadas:

- **Levantamento de áreas para intercâmbio pelos setores da CGM**
 - a) Realização de entrevistas em todos os setores da Controladoria, utilizando formulário desenvolvido para a pesquisa;
 - b) Consolidação da pesquisa em planilha;

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.5) Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais de Controle



c) Elaboração de relatório apresentando os resultados consolidados.

➤ **Elaboração de Metodologia de Intercâmbio com outras instituições pela CGM**

O objetivo é orientar a execução das tarefas desempenhadas no processo de intercâmbio realizado pela CGM, desde a etapa do planejamento à etapa de comunicação dos resultados do monitoramento do intercâmbio, incluindo algumas técnicas de entrevista, de forma a obter os melhores resultados na troca de experiências entre a Controladoria e outras instituições.

- Reuniões de Capacitação de servidores da CGM na Metodologia de Intercâmbio com outras instituições pela CGM, com a condição prévia à realização da visita, tendo sido capacitados 16 servidores.
- As visitas realizadas por servidores da CGM a outras organizações são informadas a todos os demais servidores da CGM por meio de informativo específico da CG/ATRIC.

Essa comunicação se dá em dois momentos: na manhã do dia de início da visita; e após o retorno da equipe visitante, com informações sobre o resultado da visita.

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.5) Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais de Controle

b.2.2.1) Visitas Realizadas

INTERCAMBIO EXTERNO								
Nº	Data	Setor	Área de interesse	Objetivo resumido da visita	Instituição visitada	Local (Estado / Município)	Data da visita	Qte. Servidores da CGM que participaram da visita
01	10/08/10	CGAD	Contratos de gestão / Organizações Sociais	Conhecer o controle e acompanhamento dos contratos de gestão assinados com Organizações Sociais	Prefeitura Municipal de São Paulo	São Paulo - São Paulo	01/09/10 a 03/09/10	5
					Governo do Estado de São Paulo			
02	11/08/10	GAB	Contratos de gestão / Organizações Sociais	Conhecer o controle e acompanhamento dos contratos de gestão assinados com Organizações Sociais	Governo do Estado do Ceará	Ceará - Fortaleza	08 e 09/09/10	3
03	08/09/10	CGAD	Monitoramento de Situações de Controle	Identificar o ambiente tecnológico, metodologia e procedimentos de trabalho implementados.	Observatório da Despesa - CGU	vinda dos técnicos à CGM- Rio de Janeiro	Visita da CGU - Observatório da Despesa Pública em 15/10/2010	10
					Tribunal de Contas da União	DF - Brasília	Ida ao TCU em 19 e 20/10/2010	4
04	17/11/10	ADG	sistema de monitoramento de recomendações emitidas pela CGU	ADG e CGAD conhecerem o sistema "Monitor Web" que monitora as recomendações emitidas pela CGU	CGU-RJ	RJ - Rio de Janeiro	19/11/2010	2

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.5) Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais de Controle



b.2.2.1.1) Detalhamento das instituições visitadas:

Intercâmbio Externo	
Local da visita	Organizações visitadas
1. São Paulo	1. Coordenadoria de Modernização e Desburocratização da Secretaria Municipal de Modernização, Gestão e Desburocratização da Cidade de São Paulo
	2. Núcleo Técnico de Contratação de Serviços de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo
	3. Comissão de Avaliação da Execução dos Contratos de Gestão com OSs da Secretaria do Estado de Saúde de São Paulo
	4. Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde da Secretaria Estadual de Saúde
	5. Organização Social SECONCI - Serviço Social da Construção Civil e as seguintes unidades por ela geridas por meio de Contrato de Gestão: <ul style="list-style-type: none"> ○ AME Heliópolis; ○ Serviço Estadual de Diagnóstico por Imagem – SEDI; ○ Centro Estadual de Armazenamento e Distribuição de Insumos de Saúde – CEADIS.
	6. Coordenadoria de Administração Financeira/Departamento de Controle e Avaliação/Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ
	7. Secretaria de Estado de Gestão Pública
2. Fortaleza /Ceará	8. COTEF- Coordenadoria de Cooperação Técnico-Financeira da Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado do Ceará
	9. Secretaria Estadual de Saúde do Ceará
	10. Secretaria Estadual de Cultura do Ceará
	11. Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura
	12. Controladoria Geral do Estado do Ceará
3. Brasília	13. Projeto Síntese da Assessoria Adjunta de Planejamento da Secretaria de Controle Externo - ADPLAN/SEGEX do Tribunal de Contas da União
	14. Secretaria de Fiscalização da Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas da União
	15. Observatório da Despesa Pública da Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas da Controladoria Geral da União *
4. Rio de Janeiro	16. Controladoria Geral da União –RJ

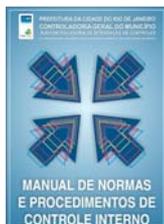
* intercâmbio invertido - O Sr. Libório diretor da Secretaria veio ao Rio para palestra e reunião com equipe de intercâmbio da CGM.

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.5) Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais de Controle



c) Núcleo de Legislação e Manual



Como forma de disseminar junto aos órgãos e entidades municipais os produtos que devam ser utilizados pelos usuários na execução dos procedimentos de controle, a CG/ATRIC mantém atualizado o Manual de Normas e Procedimentos de Controle Interno. Sua atualização é mensal, a partir da identificação de alterações nos procedimentos previstos na legislação que o afeta.

Durante o ano de 2010 foram efetuadas algumas modificações na estrutura do Manual, objetivando auxiliar os usuários na leitura e no conhecimento das normas aplicáveis. Foi criado um glossário para cada TOMO, agregando os conceitos já existentes em cada NOR PRO. Além disso, para cada item das diretrizes e procedimentos foi apresentada a fundamentação legal, objetivando instruir o usuário com a legislação pertinente aos procedimentos previstos no Manual, facilitando a identificação de uma alteração da legislação pelo próprio usuário em seu dia a dia. Com isso, o item que tratava sobre esta fundamentação legal, foi transferido para o final de cada NOR PRO. Outra mudança foi a forma de apresentação do item diretrizes, que foi agrupado por assunto, além de uma nova numeração das páginas e divisão das NOR PRO.

A disponibilização continua sendo realizada através do site da CGM.

Ainda visando suprir os servidores com informações atualizadas sobre as mudanças legislativas, a CG/ATRIC elabora os informativos D.O. em Dia – Município e D.O. em Dia – União, com a compilação dos principais atos de interesse do controle interno publicados nesses diários oficiais.

O D.O. em Dia – Município é divulgado diariamente e o D.O. em Dia – União, semanalmente, por meio de correio eletrônico a todos os servidores da CGM. No final de 2010, passamos a divulgar o D.O. em Dia – União duas vezes da semana, além de edição extra, quando necessário.

Adicionalmente, é elaborado o informativo “Controladoria em Foco” que tem como objetivo dar conhecimentos aos servidores da CGM de trabalhos acadêmicos realizados e notícias veiculadas de interesse do controle interno.



5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.5) Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais de Controle



d) Núcleo de Monitoramento Estratégico

As atividades desenvolvidas por esse Núcleo estão descritas na seção específica nº 4 deste Relatório.

5.5.1) Projetos Associados às Ações Estratégicas - 3 Projetos

a) Ação nº 22 - Promover estudos para identificar indicadores operacionais de acordo com os processos finalísticos de cada setor.

Status - Concluído - Foi realizado Relatório contendo sugestões de indicadores operacionais para os produtos e serviços de cada setor da CGM

b) Ação nº 28 – Participar da implementação do Sistema único de Legislação da Prefeitura –
Status – Concluído – Todas as Resoluções e demais atos normativos da CGM foram incluídos no sistema.

c) Ação nº 30 – Implantar Projeto “Conhecendo a Prefeitura”.

Status – Concluído Realizados 2 eventos, conforme detalhado na Seção 6.3 deste Relatório.

5.5.2) Indicadores das Principais Atividades

Resultados alcançados no Programa de Visitas à CGM

Instituído no mês de agosto, nos 4 meses de atuação o Programa de Visitas apresentou os seguintes resultados:

- Foram recebidas 02 instituições, sendo 01 vinculada à PCRJ e 01 fora do Estado do Rio de Janeiro;
- Foram recebidos 3 visitantes;

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.5) Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais de Controle



- Foram atendidas 3 solicitações de informações demandadas por órgãos externos.

Resultados alcançados no intercâmbio externo

Instituído no mês de agosto, nos 4 meses de atuação os resultados do intercâmbio externo são os seguintes:

- Foram realizadas 4 visitas de intercâmbios externos;
- Foram visitadas 16 instituições diferentes;
- Os intercâmbios realizados abordaram 3 temas constantes do levantamento da demanda de intercâmbio;
- 24 Servidores da CGM participaram das visitas de intercâmbio externo, os quais receberam orientação da CG/ATRIC para aplicação da metodologia para realização de intercâmbio pela CGM;

Resultados referentes à serviços relativos à legislação

- Foram emitidos 238 D.O. em dia – Município;
- Foram emitidos 62 D.O. em dia – União;
- Foram emitidos 16 informativos Controladoria em Foco.

Os resultados das atividades desenvolvidas pelos Núcleos: Monitoramento Estratégico, Ouvidoria, Eventos Promovidos e Relacionamento Interinstitucional de Controle estão apresentados nas seções específicas deste Relatório de nºs. 4, 5.7, 6 e 9, respectivamente.

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.6) Assessoria de Comunicação Social



As competências da Assessoria de Comunicação Social são as seguintes:

- Divulgar, avaliar e distribuir às áreas da Controladoria Geral, através da Intranet ou por outros meios de comunicação, informações e material de interesse, produzidos pelos demais setores do Órgão;
- Criar e executar material institucional, editorial e promocional da Controladoria Geral;
- Gerenciar o conteúdo da página da Controladoria Geral na Internet, Portal CGM e da Intranet;
- Atuar na área de divulgação externa da Controladoria Geral intermediando contatos com a imprensa;
- Promover a interação e a troca de informação entre o órgão e seus servidores;
- Atualizar e manter recursos de sinalização da Controladoria Geral do Município;
- Selecionar e arquivar material jornalístico relativo ao órgão e à área de controle na Administração Pública.

A Assessoria de Comunicação Social cumpriu durante o exercício de 2010, a diretriz estabelecida pela direção da CGM que foi continuar investindo nas políticas e produtos criados para intensificar a comunicação interna. Produtos como “Por Dentro dos Sistemas” e “Foco na CGM” foram criados, procurou-se melhorar esteticamente a página da Intranet e o Portal da CGM. Na parte de correio eletrônico criou-se um novo layout para os produtos com objetivo de tornar a comunicação mais limpa e incentivar a interação com os servidores visto que foi uma solicitação deles.

5.6.1) Projetos Associados às Ações Estratégicas - 2 Projetos

a) Ação nº. 23 – Modernizar a Intranet CGM – Foram realizadas as ações:

- identificação de quais os produtos e serviços são importantes para o público externo e interno;
- seleção de lista de conteúdos da INTRANET;
- identificação dos responsáveis pelos conteúdos da Intranet;
- visitas as áreas da CGM para identificar o novo layout da Intranet de acordo com o perfil da CGM;
- repaginação do conteúdo atual visando uma melhor busca da informação;
- visita e levantamento de tecnologia para modernização da nova INTRANET.

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.6) Assessoria de Comunicação Social

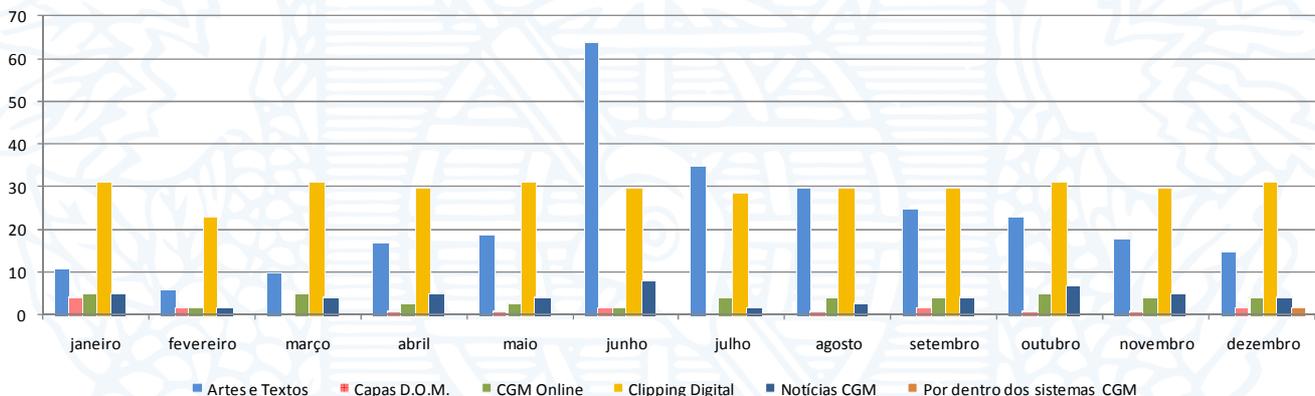


b) Ação nº. 29 – Adequar as informações do Site CGM às diretrizes do novo portal da PCRJ – Foram realizadas as ações:

- identificação das informações na Intranet e Internet a serem migradas para o portal;
- definição das informações que não estavam no site e que serão criadas no novo portal;
- os conteúdos referentes a 2011 das seções Controladoria e Estrutura foram hospedados no novo portal;
- criação dos links na área esquerda do novo portal.

5.6.2) Indicadores das Principais Atividades

O gráfico abaixo demonstra os quantitativos dos principais produtos produzidos:



- **CGM – Online** - comunicado enviado via notes, que divulga toda sexta-feira as últimas atualizações do site e intranet-CGM.
- **CGM - Notícias CGM** – comunicado sobre os principais acontecimentos e eventos envolvendo a Controladoria. Tais como: treinamentos, visitas recebidas, capacitação de gestores, participação da CGM em eventos.
- **CGM – Foco** - divulgar realizações ou inovações produzidas pelos setores da CGM. Essa medida visa atender tanto às atuais diretrizes da Controladoria, de promover a integração dos setores, como o desejo expresso por muitos servidores de conhecer melhor o trabalho dos demais colegas.
- **Por Dentro dos Sistemas CGM** – Disseminar o conhecimento dos sistemas CGM aos funcionários.

5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.6) Assessoria de Comunicação Social



- **Clipping Digital** - notícias selecionadas, diariamente, partir de sítio de empresa contratada pela Prefeitura como provedora de conteúdo. Foco principal em notícias envolvendo auditoria e controle, administração municipal e a cidade do Rio, além de notícias mais relevantes envolvendo o estado do Rio e a União.
- **Produção e editoração de textos e material gráfico para comunicação interna** - Cartazes, panfletos, textos etc.
- **Murais Institucionais** – veículos vitrine que contém informações atuais, curtas e de fácil leitura, e remeter, quando for o caso, à busca de informações detalhadas em outros veículos, como a Intranet.



5) Projetos e atividades desenvolvidos em 2010

5.7) Ouvidoria

As principais competências da Ouvidoria da CGM são:

- Receber solicitações dos cidadãos que necessitam interagir com a Prefeitura para apresentar reclamações sobre a prestação de serviços;
- Encaminhar a questão à área competente para solucioná-la;
- Sugerir e recomendar soluções, atuando na prevenção e solução de conflitos;
- Buscar a correção de erros, omissões e abusos;
- Apurar as questões levantadas, em sua área de atuação, e propor as soluções que entender cabíveis.

A Ouvidoria da CGM recebeu durante o exercício de 2010 as seguintes solicitações, apresentadas de forma consolidada:

Fonte: Relatório do Sistema de Ouvidoria – SISO base 31/12/10

SOLICITAÇÕES RECEBIDAS	QTE.
Solicitações analisadas e encaminhadas a outros órgãos para resposta direta ao solicitante	103
Solicitações analisadas e respondidas pela CGM	60
Total de solicitações	163

Solicitações analisadas e respondidas pela CGM

ASSUNTO	SOLICITAÇÕES
Diversos CGM	26
Contas públicas	10
Auditorias	14
Fora do âmbito municipal-CGM	8
Não Especificado	2
TOTAL DE SOLICITAÇÕES	60
NATUREZA	SOLICITAÇÕES
Informação	31
Reclamação	18
Sugestão	8
Pedido de serviço	2
Agradecimento	1
TOTAL DE SOLICITAÇÕES	60
STATUS	SOLICITAÇÕES
Solucionada	59
Registrada	1
TOTAL DE SOLICITAÇÕES	60

6) Eventos Promovidos

6.1) 1º ENINTE



Com o objetivo de estimular o conhecimento e debate pelos técnicos da Controladoria Geral acerca de temas importantes para o Controle Interno e para a Gestão Municipal, a Controladoria Geral realizou em 2010 diversos eventos, conforme a seguir:

1º ENINTE

Com o objetivo de aprimorar o seu relacionamento com outros órgãos de controle, a CGM realizou, em conjunto com a Controladoria Geral da União, o 1º ENINTE - Encontro de Integração da CGU e CGM-RJ com outros órgãos de Controle Público. O encontro foi realizado nos dias 22 e 23 de junho de 2010 e teve como objetivo a troca de experiências em Controle.

Contou com palestrantes das seguintes organizações: Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, Auditoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, Superintendência da Receita Federal, além dos organizadores Controladoria Geral da União e Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro.

Para a Controladoria Geral do Município a realização desse evento, voltado, principalmente, para seu quadro técnico, reforça o interesse do órgão em integrar-se às ações conjuntas de controle; em estimular a troca de experiência com profissionais de outras instituições e oferecer oportunidade para que seus profissionais conheçam ações e técnicas desenvolvidas por outros órgãos.

Para a Controladoria Geral da União, a integração entre os órgãos de controle faz parte das suas atribuições, dentro do relevante Programa de Fortalecimento da Gestão Pública.

6) Eventos Promovidos

6.1) 1º ENINTE



Ocorreram as seguintes palestras:

1ª palestra

LINHAS DE ATUAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL (CGU-RJ) - por Marisa Pignataro

2ª palestra

INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O CONTROLE SOCIAL – GRUPO DE TRABALHO DE CONTROLE SOCIAL (GTCS) - por Marcelo Paluma Ambrozio

3ª palestra

CONTROLE SOCIAL DOS GASTOS PÚBLICOS – A EXPERIÊNCIA DO OBSERVATÓRIO SOCIAL (RFB) - Luciene Ferro da Cunha

4ª palestra

AUDITORIA DE NATUREZA OPERACIONAL ANOP (TCU-RJ)
Marcio Emmanuel Pacheco

5ª palestra

A ATUAÇÃO EM AUDITORIA AMBIENTAL (TCM-RJ)
por Marta Varela da Silva

6ª palestra

A EXPERIÊNCIA NO EXAME DOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA AMBIENTAL (AGE-RJ) - Sandra Regina Lopes de Oliveira e Teresa Francisca do Nascimento

7ª palestra

AUDITORIA DE OBRAS PÚBLICAS (TCE-RJ) - José Luiz Lima Abreu

6) Eventos Promovidos

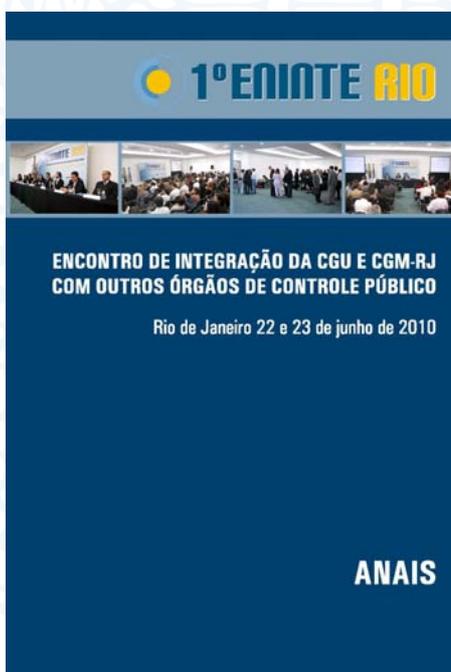
6.1) 1º ENINTE

8ª palestra

EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E NOVOS DESAFIOS (CGM-RJ) - por Márcia Andréa Peres

Cerca de 140 profissionais, entre servidores da CGM e convidados, assistiram às palestras, que proporcionaram uma troca de experiências enriquecedora. Ao final, foi feita pelos presentes a avaliação do evento em que 76% classificaram como “ótimo”, enquanto 24% consideraram “bom”, comprovando, assim, o alcance dos objetivos.

O registro do evento e os resumos das palestras proferidas foram incluídos na publicação “Anais do 1º Eninte”, que está disponível na seção Publicações do Site CGM. A Controladoria Geral do Município espera que, mais do que o registro formal de um encontro, essa publicação possa fornecer material de pesquisa, não só para servidores de órgãos de controle interno e externo, como para a classe contábil e para todos que tenham interesse em conhecer o controle público.



6) Eventos Promovidos

6.2) Seminários CGM

Realizados desde 2001, os “Seminários da CGM” são eventos abertos a todos os servidores da Prefeitura e objetivam estimular o debate acerca de temas de interesse do controle interno e da administração pública por meio da apresentação de especialistas nesses temas.

Foram realizados 3 seminários em 2010, totalizando 37 seminários desde o início do programa.

Os temas abordados foram os seguintes:

O Anteprojeto de Lei Orgânica da Administração Pública Federal – Palestra realizada em 10 de junho e proferida pela Sra. Valeria Salgado, gerente de projetos da Secretaria de Gestão do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, ela é graduada em Psicologia pela UNB, Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal da Bahia e atua em projetos de inovação institucional na Administração Pública Federal. Em um desses projetos, coordena os debates sobre Anteprojeto de Lei que foi proposto pela comissão de juristas, tema da referida palestra. Compareceram 78 servidores.



Foto: Eliane Carvalho

6) Eventos Promovidos

6.2) Seminários CGM

Os 10 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal e o Anteprojeto de Lei de Qualidade Fiscal - Palestra realizada em 08 de setembro por Selene Peres Nunes, graduada em economia pela UFRJ, mestre em economia pela UNB, professora de finanças públicas em cursos de pós-graduações, tem vários artigos publicados e recebeu quatro prêmios da Secretaria do Tesouro Nacional. Como assessora econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, foi uma das responsáveis pela elaboração do Projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal e pela sua negociação técnica com o Congresso Nacional. Atualmente exerce a função de gerente de normatização, padronização e consolidação das contas públicas e coordena o grupo técnico de padronização de relatórios da Secretaria do Tesouro Nacional, é coordenadora técnica dos cursos de gestão orçamentária, financeira e contratações públicas para municípios oferecidos pela ESAF. É também uma das responsáveis pela elaboração do Projeto de Lei de Qualidade Fiscal, de autoria do senador Renato Casagrande. Compareceram 80 servidores.



6) Eventos Promovidos

6.2) Seminários CGM

A Experiência da Controladoria Geral da União acerca do Observatório de Despesa Pública - Palestra realizada em 15 de outubro por Gilson Libório de Oliveira Mendes, diretor de Informações Estratégicas da Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas da Controladoria Geral da União. Mestre em Aplicações Militares, pós-graduado em Política Estratégica pela Universidade de Brasília e em Supervisão Escolar pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Representante no Comitê Interamericano Contra o Terrorismo da Organização dos Estados Americanos (OEA), no mecanismo 3 + 1 Argentina, Brasil, Paraguai e Estados Unidos e no Mercosul. Ele possui prêmios em projetos na área de tecnologia aplicada ao governo, professor de pós graduação da Fundação Escola Superior do Ministério Público de Minas Gerais, palestrante dos cursos de programa nacional de combate à lavagem de dinheiro e de cursos de operações de inteligência para diversos órgãos dos governos federal e estadual. Compareceram 102 servidores.



Cadernos CGM

A partir da transcrição das palestras técnicas dos “Seminários da CGM”, são elaboradas, pela Assessoria de Comunicação Social da CGM, as publicações “Cadernos da CGM”, os quais são disponibilizados no site da Controladoria e distribuídos a órgãos e entidades públicas e privadas, solidificando cada vez mais a marca da CGM no cenário do controle interno em nível nacional.



6) Eventos Promovidos

6.3) Conhecendo a Prefeitura



Com o objetivo de disseminar junto aos servidores da CGM os projetos e atividades desenvolvidos pelos diversos órgãos e entidades da Administração Municipal, a Controladoria Geral instituiu, em 2010, o Programa "Conhecendo a Prefeitura". Esse programa é desenvolvido por meio de palestras proferidas por gestores e especialistas da PCRJ.

Dois eventos foram realizados em 2010, abordando os seguintes temas:



Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e – Nota Carioca - O palestrante foi o Sr. José Rufino Neto, Fiscal de Rendas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, que atua na Gerência de Planejamento e Programação Fiscal da Coordenadoria do ISS e Taxas da Secretaria Municipal de Fazenda. A NFS-e substitui as tradicionais notas fiscais impressas. O evento contou com a participação de 88 servidores.



Projeto Porto Maravilha - O palestrante foi o Sr. Alberto Gomes da Silva, Assessor da Presidência, representando o Sr. Jorge Luiz de Souza Arraes, Presidente da CDURP - Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro S/A. O objetivo do Projeto Porto Maravilha é trazer uma nova vida para a Região Portuária da cidade. Com a união das esferas Municipal, Estadual e Federal e iniciativa privada, o Projeto Porto Maravilha pretende revitalizar toda a Zona Portuária, transformando-a em um pólo turístico e de investimento. O evento contou com a participação de 58 servidores.

6) Eventos Promovidos

6.4) Discussões Técnicas



O Programa “Discussões Técnicas” tem como objetivo promover a disseminação de informações e de trabalhos relacionados à administração pública e ao Controle Interno.

Em 2010, foi promovido um evento para apresentação de dissertações de duas alunas do Mestrado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, nos temas:

- 1) A atitude do profissional de contabilidade com relação à fraude: uma abordagem apoiada em cenários – defendida por Aline M.C. Silva;
- 2) O Código de Ética da PCRJ: Um estudo de caso na Controladoria Geral do Município – defendida por Vânia Carvalho.



7) Participações em grupos de trabalho e comissões instituídas pelo Prefeito



A Controladoria participa dos seguintes órgãos colegiados instituídos pelo Poder Executivo Municipal:

- a) **CPFGE** – Comissão de Programação Financeira e Gestão Fiscal - Decreto nº. 30.385/09 e 19.457/01;
- b) **CODESP** – Comissão de Programação da Despesa de Pessoal – Decreto nº. 30.429/09;
- c) **COQUALI** – Comissão de Qualificação de Organizações Sociais – Decreto nº. 30.780/09;
- d) **CACO** – Comissão de Análise de Contratações de ONGs, Associações e Fundações Privadas – Decreto nº. 27.503/06;
- e) **Conselhos Fiscais** das sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações do Município do Rio de Janeiro – Decreto nº. 12.979/94;
- f) **Câmara Gestora** do Sistema de Custos de Obras e Serviços de Engenharia – Decreto nº. 19615/01;
- g) **Câmara Gestora** de Gêneros Alimentícios – Decreto nº. 30480/09.

8) Transparência e controle social das contas públicas



A Lei Orgânica Municipal estabelece o controle popular das contas no capítulo da Organização dos Poderes, conforme art. 97, que estabelece:

“Art. 97 - As contas do Município ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar sua legitimidade, nos termos da lei.

§ 1º - A exposição das contas será feita em dependência da Câmara Municipal em horário a ser estabelecido pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, que designará um plantão para, se solicitado, prestar informações aos interessados”.

A Controladoria Geral atenta a importância desse tipo de controle, através da Assessoria Técnica de Custos e Informações Gerenciais disponibiliza ao cidadão carioca diversos serviços que possibilitam o acompanhamento da aplicação dos recursos municipais, tais como:



Acompanhamento de todos os pagamentos orçamentários e extraorçamentários realizados pelo Poder Executivo da Cidade do Rio de Janeiro, bem como todos os recursos arrecadados detalhando as origens e desdobramentos. Essas informações estão disponíveis no site da CGM através do Sistema Rio Transparente.

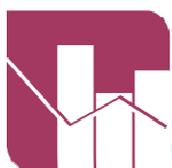
Para atender a Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e determina a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o Aplicativo Rio Transparente disponibilizou novas visões em 2010, a saber: Quadro de Detalhamento da Despesa (Orçamentário); Programa Ação (Orçamentário); Modalidade de Licitação e Contratos.

Em 2011, este aplicativo será migrado para um novo servidor com maior capacidade.

8) Transparência e controle social das contas públicas



Publicação “Prestação de Contas Simplificada” disponível no site CGM que visa apresentar em linguagem mais simples os recursos arrecadados e as respectivas aplicações. Além de disponível no site, essas publicações são impressas e distribuídas para órgãos da Prefeitura e órgãos de controle de todo o país.



No site da CGM podem ser encontradas na seção de informações gerenciais de receita e despesa, em forma gráfica e amigável, diversas informações relevantes sobre: origens e aplicações de recursos, orçamento x execução, execução da receita, arrecadação tributária, execução da despesa, despesa por função de governo, despesa por tipo de atividade.

Ainda no que se refere à disponibilização de informações, no site CGM pode ser encontrada a seção “Contas Públicas”, que apresenta os seguintes produtos desenvolvidos pela Contadoria Geral, servindo, também, como um importante instrumento de acompanhamento:



Relatórios completos da execução orçamentária, inseridos nas prestações de Contas do Prefeito.



Relatórios de Audiência Pública, que tem como objetivo abordar, de forma resumida, alguns aspectos considerados mais relevantes da execução orçamentária e financeira da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, oferecendo elementos para melhor compreensão dos quadros e tabelas da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, publicados no Diário Oficial do Município.

Sendo assim, a Controladoria Geral contribui para que o cidadão carioca possa conhecer como os recursos que são entregues à Prefeitura estão sendo aplicados, indo ao encontro do importante papel do controle social como atividade complementar ao Controle da Administração.

9) Relacionamento Institucional Externo



Na reestruturação da Controladoria Geral ocorrida pelo Decreto nº 33.013/10, foi criada a Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais de Controle, a qual, dentre suas funções, está a coordenação do relacionamento interinstitucional da CGM. As ações relativas a essas atividades estão detalhadas na seção 5.5 deste Relatório.

ADESÃO À REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA

A Controladoria Geral formalizou em 28 de agosto de 2010 sua adesão à Rede de Controle da Gestão Pública - Rede- RJ. A criação dessa Rede tem como finalidade principal ampliar e aprimorar, de modo expresse e efetivo, a integração entre as instituições e órgãos públicos participantes com atuação no Estado do Rio de Janeiro e desenvolver atividades direcionadas à fiscalização da gestão pública, ao diagnóstico e combate à corrupção, ao incentivo e fortalecimento do controle social, ao tráfego de informações e documentos, ao intercâmbio de experiências e à capacitação de seus quadros. Integram esta Rede, inicialmente, as representações no Estado do Rio de Janeiro das seguintes organizações: Ministério Público Federal, Controladoria Geral da União, Secretaria da Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Tribunal de Contas do Município do Rio e Secretaria do Estado de Fazenda do Rio de Janeiro.

Com esse ato, a CGM formalizou seu compromisso de participar na construção de um controle público cada vez mais efetivo e integrado, o que certamente refletirá em benefícios para a sociedade em geral.

9) Relacionamento Institucional Externo



Complementarmente à atuação na Rede de Controle, a CGM desenvolveu atividades junto às seguintes organizações:

TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Relacionamento institucional de extrema relevância por estar vinculado à função mandatária constitucional atribuída ao controle interno de auxílio a esse Egrégio Tribunal de Contas no cumprimento de sua missão institucional. A diretriz do corpo diretivo desse Douto Tribunal possibilita a convivência de espaço para debates técnicos e trocas de experiências em questões afetas ao controle, enriquecidas pelo qualificado corpo técnico integrante dessa Colenda Corte de Contas.

CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

A Controladoria Geral interage com essa Augusta Casa de Leis formulando respostas a Requerimentos de Informações solicitadas pelo seu Presidente e apresentando esclarecimentos necessários ao exercício de suas funções legislativas. Participa, também, de Audiências Públicas junto à Câmara Municipal com o objetivo de demonstração pelo Poder Executivo do cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Além disso, a Controladoria Geral realiza a certificação das prestações de contas anuais dessa Colenda Casa de Leis, servindo de condição prévia à análise pelo Egrégio Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A Controladoria Geral recebe demandas oriundas de esclarecimentos necessários às análises de inquéritos instaurados por esse laborioso órgão, prestando auxílio nas informações referentes à atuação do Controle Interno.

9) Relacionamento Institucional Externo



CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO

Em 2010 a Controladoria Geral do Município estreitou o relacionamento com a Controladoria Geral da União, realizando parceria na realização do 1º Eninte – Encontro de Integração da CGU e CGM-RJ com outros órgãos de Controle Público. Esse evento está destacado na seção 6.1 deste relatório.

Além disso, representantes da Controladoria Geral da União participaram como palestrantes no Programa Seminários CGM, conforme detalhado na seção 6.2 deste Relatório.

A Controladoria Geral da União participou, também do Programa de Intercâmbio da CGM, recebendo servidores para troca de experiências na implantação do Observatório de Despesa.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

A Controladoria Geral do Município participa como convidada nas reuniões do Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis coordenado por essa laboriosa Secretaria.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO

A CGM mantém importante relacionamento institucional com esse Conselho. No decorrer do ano de 2010, a CGM estreitou o seu relacionamento externo com o Conselho Regional de Contabilidade Regional Rio de Janeiro (CRC-RJ), seja por meio de sua equipe dirigente, seja pela presença de servidores deste Órgão no corpo de Conselheiros dessas instituições. Como resultado, pode-se enumerar as seguintes ações:

9) Relacionamento Institucional Externo



- Participação de servidores da CGM junto à administração do CRC-RJ - Vice-Presidente de Pesquisa e Desenvolvimento, Câmara de Pesquisa e Desenvolvimento e Câmara de Registro;
- Em janeiro de 2010 a Controladoria Geral recebeu a visita da recém empossada Presidente do Conselho Regional de Contabilidade, Diva Maria de Oliveira Gesualdi. Diva é a primeira mulher a presidir o CRC-RJ. O encontro teve como proposta estreitar o relacionamento entre as duas instituições;
- Participação da Presidente do CRC-RJ na mesa de autoridades da abertura do 1º Eninte – Encontro de Integração da CGU e CGM-RJ (Descrição do evento na seção 6.1 deste Relatório) com outros órgãos de Controle Público, bem como cobertura jornalística do evento pela TV CRC;
- Disseminação de informações técnicas oriundas do CFC e CRC-RJ, aos servidores do Órgão por meio dos informativos "Controladoria em Foco" e "D.O.em dia – União, conforme informado na seção 5.5 deste Relatório;
- Liberação, sem ônus, das instalações do CRC-RJ para realização de treinamentos de interesse do Órgão;
- Cessão gratuita de vagas na grade de treinamento do CRC-RJ para os servidores da CGM.

10) Diretrizes para 2011

Os projetos para 2011 são desafiadores e visam principalmente: adequar o Sistema FINCON ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP; especificar e homologar o módulo de obrigações a pagar no Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária - FINCON; otimizar os procedimentos de liquidação orçamentária das despesas com concessionárias, implantar o Sistema Descentralizado de Pagamento em órgãos da Administração Direta, concluir o desenvolvimento do Sistema de Controle de Análise de Processos; ampliar as inspeções físicas, implantar as análises processuais in loco, consolidar o Projeto Informações Estratégicas para Controle – IEC, realizar análises do cumprimento das metas dos acordos de resultados firmados pelos entes municipais, incrementar auditorias de folhas de pagamento, aprimorar a utilização de matrizes de risco para o planejamento das auditorias, implantar sistema informatizado para o controle das fragilidades detectadas nas auditorias, implementar novas visões no Sistema de Informações Gerenciais, aprimorar o Manual de Normas e Procedimentos de Controle, ampliar o intercâmbio externo de servidores da CGM e o programa de visitas e incrementar o relacionamento institucional com outros órgãos de controle.

11) Conclusão

A Controladoria Geral do Município, congregando as funções finalísticas de contabilidade, auditoria e análise de despesas, destaca as seguintes atividades em 2010: liquidação contábil, análises processuais prévias ao empenhamento, inspeções físicas em órgãos e entidades municipais, análise de processos de crédito suplementar / descontingenciamento, emissão de Relatórios de Auditoria, elaboração e publicação da Prestação de Contas do Prefeito, das demonstrações contábeis da Administração Direta e seus Fundos Especiais e dos demonstrativos em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal e a publicação de algumas tabelas de preços de referência para aquisições da PCRJ.

Com relação aos sistemas geridos pela CGM, destacam-se: a gestão do Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária – FINCON, com realização de diversas melhorias, em especial, a implantação do módulo de Registro de Preço; a modernização tecnológica realizada no Sistema de Informações Gerenciais; a criação de novas visões no Sistema Rio Transparente, disponível no Site CGM, para atendimento à Lei Complementar nº 131/2009, que determina a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira; a gestão e a realização de diversos aprimoramentos dos Sistemas de Controle de Bens Patrimoniais, de Gêneros Alimentícios, e de Preços Máximos e Mínimos. Destaca-se, também, especificação e homologação das funcionalidades do Sistema Informatizado de Controle do Sistema Descentralizado de Pagamento e o início do desenvolvimento do Sistema de Controle de Análise de Processos, para suporte às atividades de controle.

Objetivando à permanente inovação de suas atividades, foram iniciados: o Projeto IEC - Informações Estratégicas para o Controle, cujo objetivo é efetuar a análise de grandes volumes de dados buscando subsidiar os trabalhos de controle e o monitoramento da despesa pública em temas específicos.

Para o próximo exercício, novos desafios estão sendo traçados, fazendo com que a CGM continue a busca incessante por contribuir para que a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro possa prestar serviços cada vez mais efetivos aos cidadãos cariocas.

A Controladoria Geral teve sua estrutura organizacional e competências redefinidas, em 2010, através do Decreto nº 33.013/2010, que teve como uma das suas motivações o disposto no Decreto nº 32.523/2010, referente ao aprimoramento de exame preventivo, baseado em análise de risco dos processos de despesa, fortalecendo as inspeções in loco".

Para atingir esses objetivos e, ainda, manter as demais atividades de controle, a Controladoria Geral realinhou alguns processos de trabalho e adequou o planejamento estratégico a essas novas diretrizes definindo ações prioritárias, que serviu como um instrumento norteador de suas atividades.

O presente relatório tem por finalidade demonstrar as ações desenvolvidas pela Controladoria Geral ao longo de 2010 para alcançar esses objetivos e para cumprir sua missão institucional, reportando, também, os resultados obtidos. Representa um documento relevante por registrar mais uma etapa na história da Controladoria Geral.

Com muita dedicação e comprometimento, os integrantes da Controladoria Geral construíram cada qual em sua atividade e setor, um caminho que fez com que chegássemos ao final de 2010 tendo cumprido rigorosamente os objetivos impostos a este órgão conforme relatados acima, cujos resultados temos motivada satisfação em apresentar no presente relatório.

Boa Leitura.

Antonio Cesar Lins Cavalcanti
Controlador Geral do Município



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

R. Afonso Cavalcanti, 455 sala 1409 - Cidade Nova - CEP 20211-901

Rio de Janeiro - RJ - <http://www.rio.rj.gov.br/cgm> - Tel: (21) 2976-3344

